

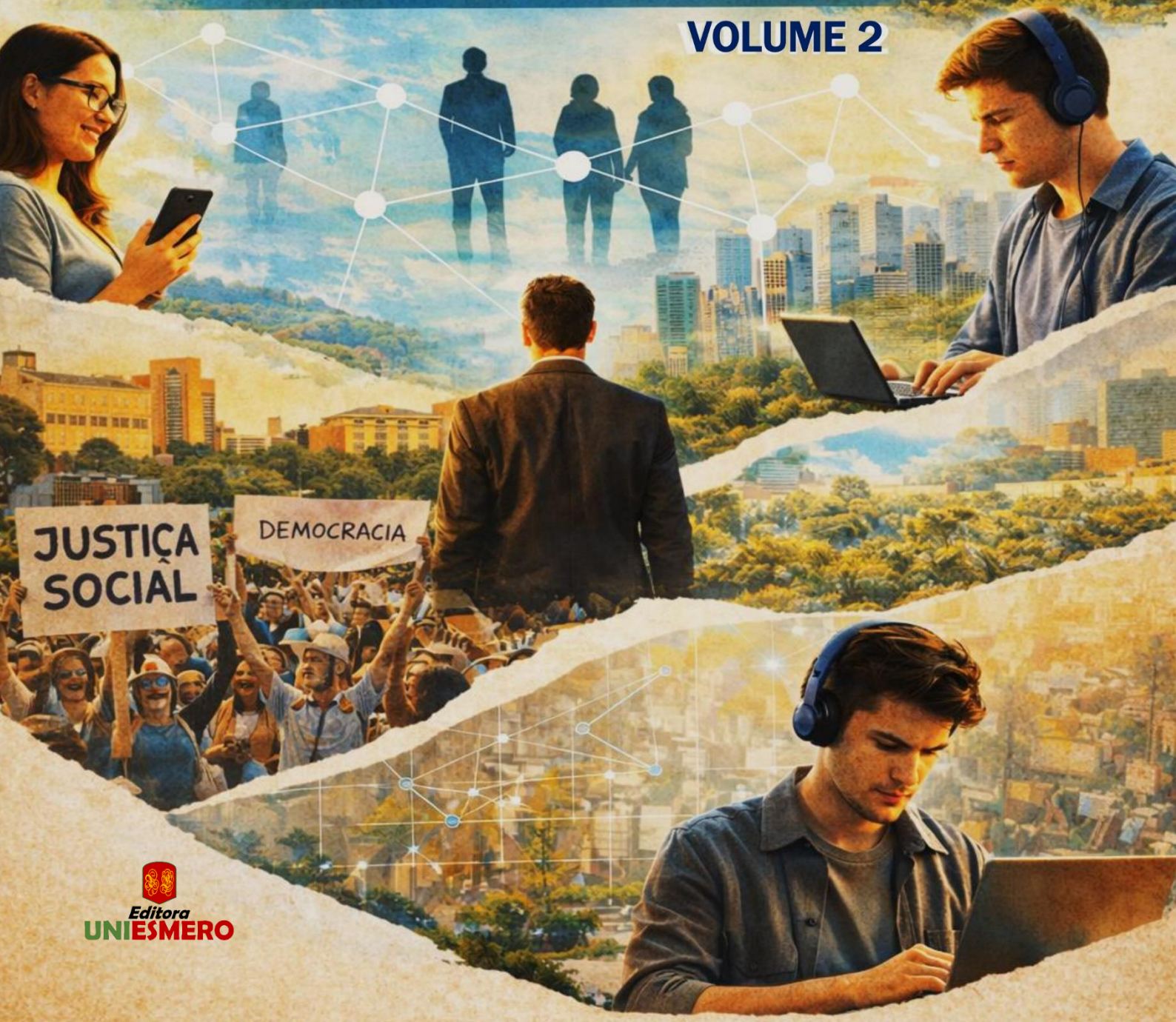
Resiane Silveira (Org.)

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REDE



CAMINHOS DE REFLEXÃO

VOLUME 2



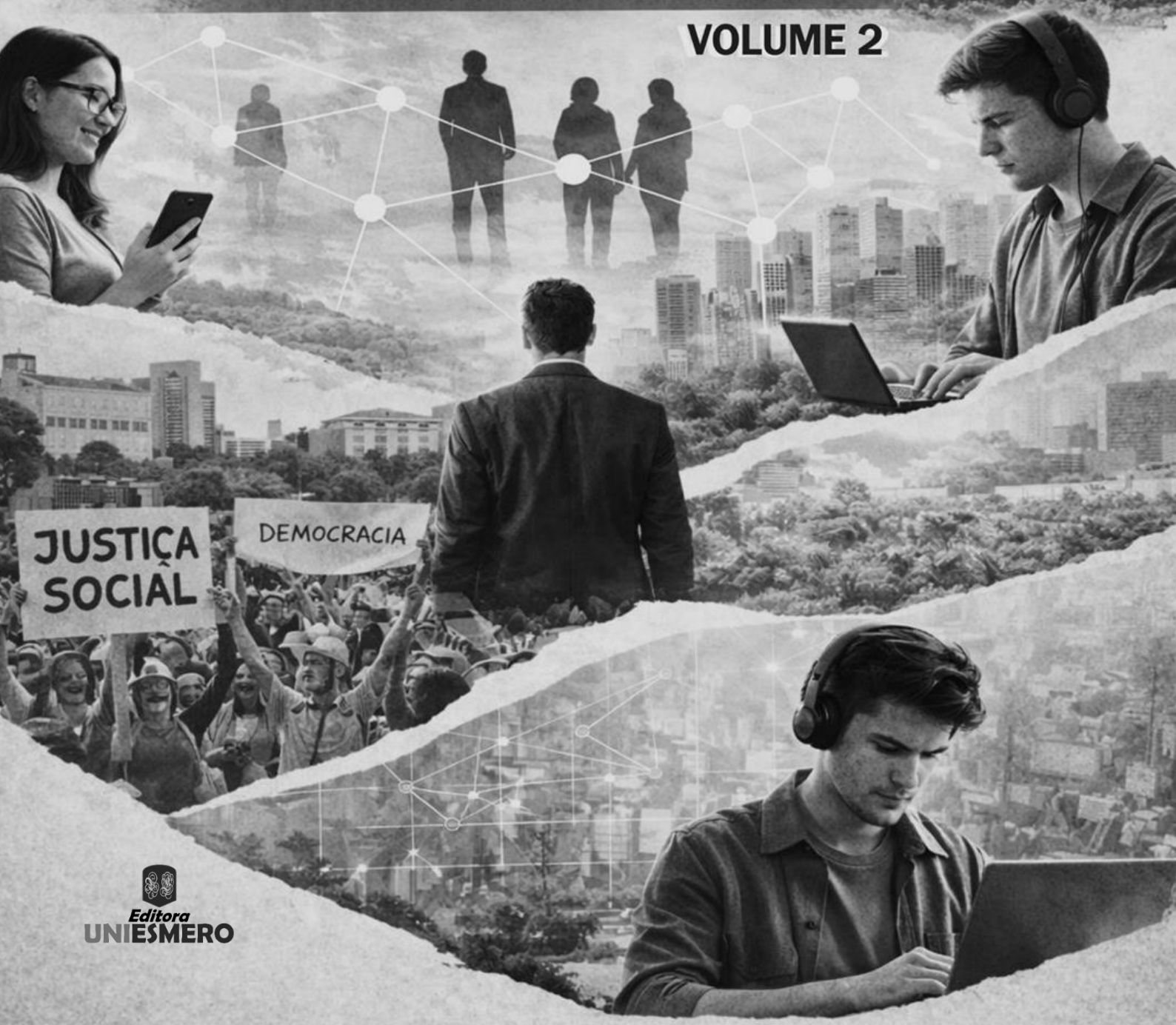
Resiane Silveira (Org.)

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REDE



CAMINHOS DE REFLEXÃO

VOLUME 2



Editora
UNIESMERO

2026 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão - Volume 2
/ Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG):
Editora Uniesmero, 2026. 131 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5492-166-4
DOI: 10.5281/zenodo.19208053

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,
Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 300.7
CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2026/03/ciencias-sociais-em-rede-caminhos-de.html>



***Ciências Sociais em Rede:
Caminhos de Reflexão***

Volume 2

AUTORES

**Allana da Silva Barbosa
Amanda Maria Saturnino De Andrade Dantas
Andrea Cristina Fermiano Fidelis
Beatriz de Oliveira Toral
Daniela Emilena Santiago
Gustavo Pilizari
Henrique Fernandes Alves Neto
Julia Lima Campos
Lislei Teresinha Preuss
Maria de Fátima da Silva
Marli de Freitas Mendes
Nilton Soares Formiga
Patricia Raquel de Moura Leite
Solange Emilene Berwig
Theo Alves Corrêa
Vallerie Sabrinne Santana Santos**

APRESENTAÇÃO

É com elevada consideração intelectual que se apresenta ao leitor a obra *Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão*, cujo título já anuncia, com clareza conceitual e vigor simbólico, a tessitura complexa que sustenta suas páginas. Vivemos em um tempo marcado pela interconectividade estrutural, pela circulação acelerada de informações e pela reconfiguração constante das formas de sociabilidade. Nesse cenário, as Ciências Sociais não apenas permanecem pertinentes, mas revelam-se indispensáveis para a compreensão das dinâmicas que atravessam os sujeitos, as instituições e as estruturas que conformam a vida coletiva.

A expressão “em rede” transcende aqui o mero sentido tecnológico. Ela remete a uma concepção epistemológica que reconhece a interdependência entre saberes, a transversalidade dos fenômenos sociais e a necessidade de diálogo entre diferentes matrizes teóricas. Se outrora os paradigmas buscavam delimitar fronteiras rígidas entre disciplinas, hoje a reflexão social exige a superação de compartimentalizações estereis, abrindo-se à interlocução entre sociologia, antropologia, ciência política, economia, filosofia e demais campos do saber. A rede, portanto, constitui-se como metáfora e método: metáfora da complexidade social e método de investigação que privilegia conexões, fluxos e interações.

A contemporaneidade impõe desafios inéditos. A globalização, as transformações no mundo do trabalho, as disputas identitárias, as crises democráticas, as desigualdades persistentes e as novas formas de mobilização social configuram um panorama que exige análise rigorosa e sensibilidade crítica. Não se trata apenas de descrever fenômenos, mas de compreendê-los em sua historicidade e em suas implicações normativas. O conhecimento social, quando orientado por compromisso ético e responsabilidade pública, torna-se instrumento de emancipação e de aprimoramento da vida coletiva.

Neste livro, o leitor encontrará um percurso reflexivo que não se limita à exposição de teorias consagradas, mas que propõe problematizações, questionamentos e perspectivas inovadoras. Os autores, atentos às transformações estruturais que atravessam as sociedades contemporâneas, oferecem contribuições que dialogam com tradições clássicas do pensamento social, ao mesmo tempo em que incorporam

abordagens emergentes. Tal equilíbrio entre tradição e renovação confere à obra densidade analítica e relevância acadêmica.

A noção de “caminhos” sugere pluralidade e abertura. Não há aqui uma pretensão de exaustividade ou de verdade definitiva. Ao contrário, reconhece-se que o conhecimento nas Ciências Sociais é, por natureza, processual e dialógico. Cada capítulo representa uma trilha possível, uma via de acesso à compreensão de questões complexas. O leitor é convidado não a uma recepção passiva, mas a uma participação ativa no debate, exercitando a crítica e ampliando horizontes interpretativos.

Cumprir destacar que o caráter “em rede” desta obra também se manifesta na valorização da pesquisa colaborativa e do intercâmbio intelectual. Em tempos nos quais a produção do conhecimento tende a ser acelerada e, por vezes, fragmentada, reafirma-se aqui a importância da reflexão amadurecida, do rigor metodológico e da fundamentação teórica consistente. A interdisciplinaridade não é apresentada como modismo, mas como exigência epistemológica diante da complexidade dos fenômenos analisados.

A linguagem adotada pelos autores reflete o cuidado com a precisão conceitual e com a clareza argumentativa. O texto procura equilibrar profundidade teórica e acessibilidade, de modo a dialogar tanto com especialistas quanto com estudantes e leitores interessados em compreender os fundamentos e os desdobramentos das questões sociais contemporâneas. Trata-se de uma obra que pode servir tanto como referência acadêmica quanto como estímulo à reflexão crítica em diferentes contextos formativos.

No contexto brasileiro e latino-americano, as Ciências Sociais assumem papel singular. As desigualdades históricas, as heranças coloniais, as tensões entre tradição e modernidade e os desafios à consolidação democrática impõem agendas específicas de investigação. Embora ancorada em debates globais, esta obra não perde de vista as particularidades locais, reconhecendo que a produção de conhecimento social deve ser sensível às realidades concretas nas quais se insere.

Assim, *Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão* apresenta-se como convite à travessia intelectual. Travessia que exige abertura ao diálogo, disposição para o questionamento e compromisso com a construção coletiva do saber. Em um mundo no qual as certezas se mostram cada vez mais frágeis e as transformações se sucedem com rapidez vertiginosa, a reflexão social torna-se espaço privilegiado de compreensão e de resistência crítica.

Que este livro, ao ser percorrido por seus leitores, cumpra a função de iluminar caminhos, suscitar debates e fortalecer a convicção de que o conhecimento, quando compartilhado em rede e orientado pelo rigor científico e pela responsabilidade ética, constitui um dos mais poderosos instrumentos de transformação social. Que suas páginas inspirem novas pesquisas, aprofundem inquietações e contribuam para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na tessitura dinâmica da vida coletiva.

Com estas palavras, entrega-se ao público uma obra que, pela densidade de suas análises e pela amplitude de suas perspectivas, reafirma a vitalidade das Ciências Sociais e sua incontornável relevância no cenário contemporâneo. Que o leitor encontre, neste percurso, não apenas respostas, mas sobretudo perguntas fecundas — aquelas que mantêm vivo o espírito crítico e renovam, incessantemente, os caminhos da reflexão.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
CALAMIDADES PÚBLICAS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS E RECONSTRUÇÕES	11
<i>Allana da Silva Barbosa; Marli de Freitas Mendes; Lislei Teresinha Preuss</i>	
Capítulo 2	
O PSICÓLOGO NO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS ÉTICOS, JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS	30
<i>Maria de Fátima da Silva; Solange Emilene Berwig</i>	
Capítulo 3	
AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO DIGITAL: UMA ANÁLISE DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO YOUTUBE	50
<i>Henrique Fernandes Alves Neto</i>	
Capítulo 4	
TRABALHAR COM JUSTIÇA, VIVER COM SAÚDE? SAÚDE MENTAL E SUPORTE ORGANIZACIONAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DO CEARÁ	70
<i>Andrea Cristina Fermiano Fidelis; Amanda Maria Saturnino De Andrade Dantas; Nilton Soares Formiga</i>	
Capítulo 5	
VOCÊ TEM DIREITO A UM TELEFONEMA: ALÔ, GABO, SOU EU !	99
<i>Beatriz de Oliveira Toral; Daniela Emilena Santiago; Gustavo Pilizari; Julia Lima Campos; Theo Alves Corrêa</i>	
Capítulo 6	
EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POVO E ANTIPOVO NA RETÓRICA POPULISTA	113
<i>Patricia Raquel de Moura Leite; Vallerie Sabrinne Santana Santos</i>	
AUTORES	128

Capítulo 1
CALAMIDADES PÚBLICAS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS E
RECONSTRUÇÕES

Allana da Silva Barbosa

Marli de Freitas Mendes

Lislei Teresinha Preuss





CALAMIDADES PÚBLICAS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS E RECONSTRUÇÕES

Allana da Silva Barbosa

*Graduanda em Serviço Social, Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG,
allanabarbosadasilva16@gmail.com.*

Marli de Freitas Mendes

*Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela
UEPG, mahfmendes@yahoo.com.br.*

Lislei Teresinha Preuss

*Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutora em Serviço Social/UFSC,
ltpreuss@uepg.br*

RESUMO

As calamidades públicas representam situações de risco mediante a instalação e proliferação de desastres, sejam eles naturais ou não, onde apontam a indispensabilidade de políticas públicas eficazes e capacitadas para atuar na mitigação dos impactos sociais e econômicos. Outrossim, exprimem diversificadas lacunas em sua implementação e elementos onde, especificadamente a população rural e os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica experienciam os impactos em conjunturas imensuráveis. Ademais, a territorialidade determina um fator imprescindível mediante a discussão, manifestando a correlação entre território, os desastres, a vulnerabilidade socioeconômica e a ineficácia das políticas públicas estabelecidas. Nesse sentido, observa-se que os desastres não se distribuem de maneira homogênea no espaço, sendo intensificados por dinâmicas históricas, sociais e econômicas que configuram os territórios. A precariedade da infraestrutura, a ocupação irregular de áreas de risco,



a desigualdade socioespacial e a insuficiência de planejamento urbano e rural ampliam significativamente os danos ocasionados pelas calamidades. Além disso, as mudanças climáticas e a intensificação de eventos extremos reforçam a necessidade de estratégias integradas de prevenção, resposta e reconstrução. Dessa forma, torna-se fundamental a articulação entre os entes federativos e a consolidação de políticas públicas intersetoriais que priorizem a redução das vulnerabilidades estruturais, promovendo justiça territorial e proteção social às populações mais atingidas.

Palavras-chaves: Calamidades Públicas. Políticas Públicas. Territorialidade.

ABSTRACT

Public calamities represent situations of risk through the installation and proliferation of disasters, whether natural or not, where they point to the indispensability of effective and capable public policies to act in the mitigation of social and economic impacts. In addition, they express diversified gaps in their implementation and elements where, specifically, the rural population and citizens who are in a situation of socioeconomic vulnerability experience the impacts in immeasurable conjunctures. Furthermore, territoriality determines an essential factor through discussion, manifesting the correlation between territory, disasters, socioeconomic vulnerability and the ineffectiveness of established public policies. In this sense, it is observed that disasters are not distributed evenly across space, being intensified by historical, social, and economic dynamics that shape territories. The precariousness of infrastructure, irregular occupation of risk areas, socio-spatial inequality, and insufficient urban and rural planning significantly increase the damage caused by calamities. Moreover, climate change and the intensification of extreme events reinforce the need for integrated strategies for prevention, response, and reconstruction. Thus, it becomes essential to coordinate among federal entities and consolidate intersectoral public policies that prioritize reducing structural vulnerabilities, promoting territorial justice, and providing social protection to the most affected populations.

Keywords: Public Calamities. Public Policies. Territoriality.

INTRODUÇÃO

A obra "Manual de Direito Administrativo", desenvolvida e articulada por José dos Santos Carvalho Filho, renomado doutor especializado em direito público pela Aix-Marseille Université, universidade localizada ao sul da França, e reconhecido nacionalmente por seu trabalho na Universidade de São Paulo (USP), define o conceito de calamidade pública como: "A calamidade pública é caracterizada pela ocorrência de um

desastre, seja de origem natural ou provocada, que resulte em grandes danos e que exija a adoção de medidas emergenciais pelo poder público para preservar a vida e a ordem pública.". Outrossim, aborda as mais múltiplas facetas do Direito Administrativo enquanto, simultaneamente, assinala e usufrui da noção de calamidade pública para exemplificar e justificar a imprescindibilidade da intervenção do Estado mediante o estabelecimento da situação de normalidade e, especificadamente, na proteção dos cidadãos. Ademais, segundo artigo de Hésio Fernandes Pinheiro, intitulado "Calamidade pública"¹, publicado na Revista de Direito Administrativo, determina o conceito de calamidade pública conforme:

Como calamidade pública só pode ser considerada, em tese, além das secas prolongadas e devastadoras, dos grandes incêndios e inundações e de outros flagelos semelhantes, a invasão súbita do Território de um Estado por moléstia contagiosa ou pestilencial, suscetível de grande expansão epidêmica, de disseminação rápida e de alta letalidade, diversa daquelas que só se desenvolvem ao favor da ausência de providências adequadas e do descuido no emprego dos meios conhecidos de profilaxia usual (PINHEIRO, [s.d.], p. 38).

A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 é identificada como a regulamentação mais relevante mediante ao cenário dos desastres naturais e eventos adversos, atuando na instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispondo sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, onde ocorre a aprovação referente ao desenvolvimento de complexos de informações e formas de monitoramento dos desastres.

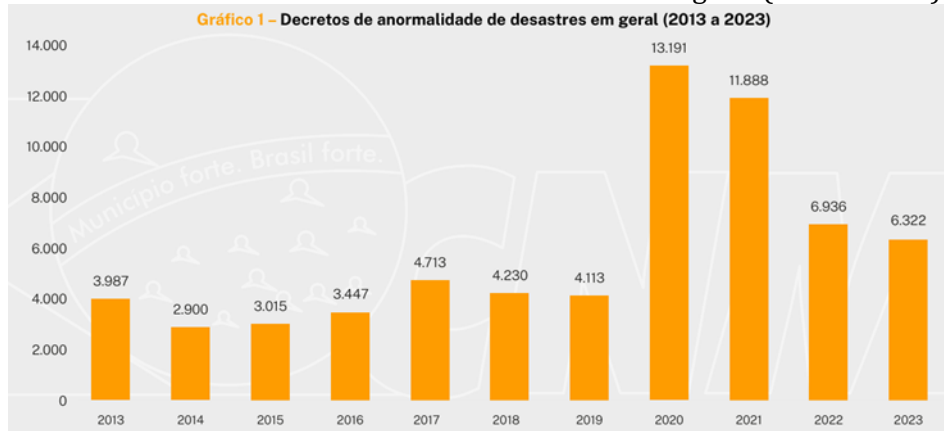
Com base no estudo técnico realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulado como "Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023"², precisamente no primeiro parágrafo, assinala que entre janeiro de 2013 a dezembro de 2023, exatamente 5.233 municípios foram afetados por desastres, de origem natural ou não, onde 64.742 decretações de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública foram evidenciadas. Outrossim, desde 2013, 94% dos municípios se encontraram em risco ao menos uma vez decorrente da vigência de algum tipo de desastre, assinalando a importância da ação e intervenção dos entes federados e da implantação e

¹ PINHEIRO, H. F. Calamidade pública. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 36, p. 38-46, 1954. DOI: 10.12660/rda.v36.1954.13699.

² CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023**.

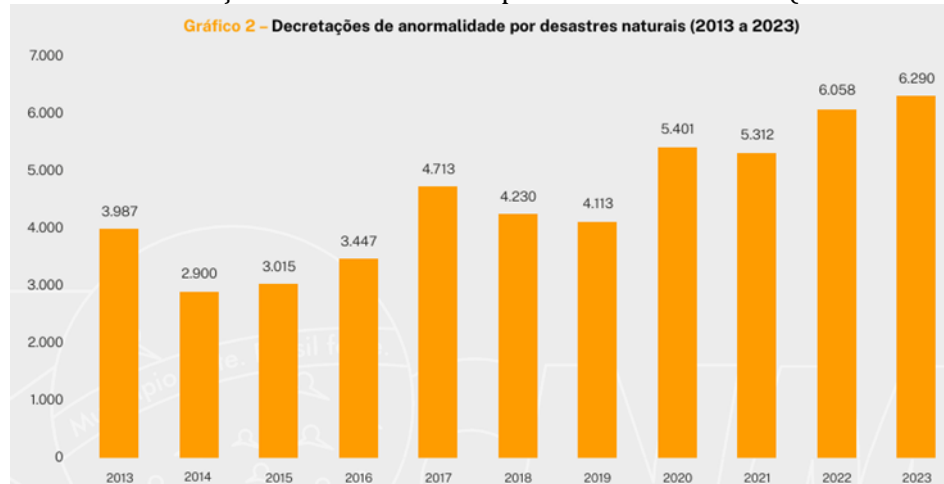
desenvolvimento de políticas públicas que visem a maior proteção da população no combate ao enfrentamento da ocorrência de desastres.

Gráfico 1. Decretos de anormalidade de desastres em geral (2013 a 2023)



Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

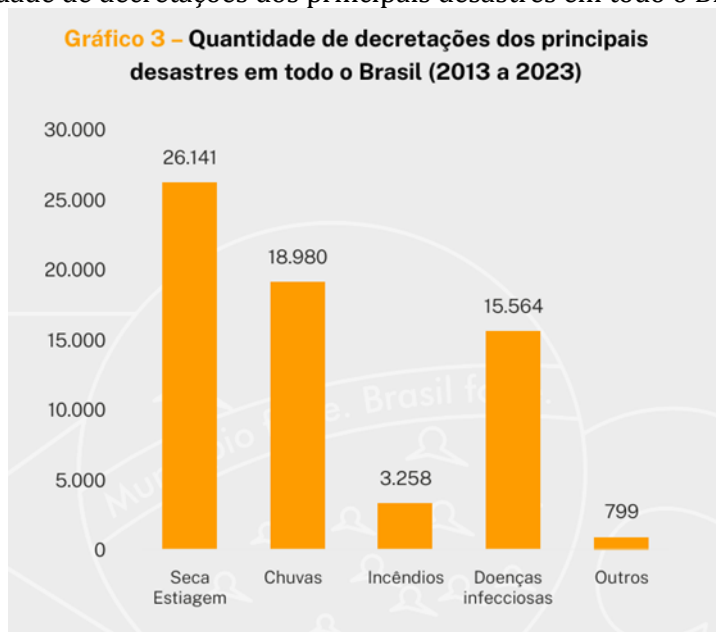
Gráfico 2. Decretações de anormalidade por desastres naturais (2013 a 2023)



Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

Recentemente, no Brasil, coexiste a incidência de um dos mais relevantes decretos de Estado de Calamidade Pública promulgado através de PDLs (Projeto de Decreto Legislativo), em decorrência de desastres. O PDL 88/2020, promulgado no dia 20 de março de 2020, conforme aprovação sob vigência do Congresso Nacional, onde instituiu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus (Covid-19), representando 26% das anormalidades entre 2013 e 2023, devido a sua proliferação em escala mundial. Ademais, outras 258 decretações mediante anormalidades em razão de "Doenças Infecciosas Bacterianas, Parasítica e Virais", conforme categoria estabelecida pela CNM, foram identificadas no período entre 2013 e 2023.

Gráfico 3. Quantidade de decretações dos principais desastres em todo o Brasil (2013 a 2023)



Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

Ademais, o gráfico aponta que a seca, a estiagem e a chuva são os desastres responsáveis pelo maior número de decretos no período de dez anos, onde: seca/estiagem: 41% total de 64.742 decretações; chuvas: 29% do total; doenças infecciosas: 24% do total; incêndios: 5% do total; e outros tipos de desastres: 1% do total.

Milton de Almeida Santos, mais conhecido como professor Milton Santos, nasceu no dia 03 de maio de 1926, no interior da Bahia, foi um dos mais renomados geógrafos e pensador brasileiro. Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1948, foi professor e desenvolveu diversas obras, tais como: "O Povoamento da Bahia" (1948), "Futuro da Geografia" (1953), "Zona do Cacau" (1955), entre outras. Ademais, representou o primeiro geógrafo de toda a América Latina a vencer o prêmio Vautrin Lud, assinalado como o "Nobel da Geografia".

Conforme descrito em sua obra "Por uma Geografia Nova"³ (1978), delimitar uma definição singular e precisa mediante conceitos que possuem diversas complexibilidades, tais como o espaço e território, representam uma ação hermética, considerando as suas grandiosidades e elementos distintos com base em diferentes conceitualizações e conjunturas. Outrossim, apresenta a concepção de espaço conforme

³ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

as relações sociais do passado e presente e, especificadamente, sobre a estrutura simbolizada pelas relações presentes na sociedade contemporânea.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Segundo o artigo "CALAMIDADE PÚBLICA, POBREZA E TERRITÓRIO"⁴, desenvolvido pela conteudista Cyntia Medeiros, onde possui como base orientadora a Política de Assistência Social e de qual forma ela pode atuar na mitigação dos desastres através de suas ações de intervenção, aponta que os eventos geradores de emergências socioassistenciais são tipificados em três categorias dessemelhantes: "fatores físicos e ambientais (climáticos, geográficos), fatores socioeconômicos e fatores políticos, administrativos, organizacionais (regulação, fiscalização de políticas ambientais, urbanas e de proteção civil).".

Ademais, assinala a dimensão social na decorrência dos desastres onde, em razão da vulnerabilidade socioeconômica, milhares de famílias residem em áreas suscetíveis a possíveis desastres, outros fatores, como a segregação socioespacial, a desigualdade social e a gentrificação afetam visceralmente esse processo. Segundo o discurso de Cyntia: "O acesso à moradia digna representa uma luta constante no âmbito das questões relativas a riscos e desastres, envolvendo aspectos jurídicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, éticos e ambientais.". Outrossim, (CAMPOS, 2017)⁵ adiciona:

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais contemporâneos, afetando todas as esferas da vida humana. Contudo, seus impactos são sentidos de maneira desigual, com comunidades vulneráveis sofrendo de forma desproporcional. Essas comunidades, frequentemente localizadas em áreas de risco, possuem menor capacidade de adaptação e resposta a desastres naturais. A interseção de fatores econômicos, sociais e ambientais exacerba essa vulnerabilidade, criando um ciclo de pobreza e fragilidade ambiental difícil de romper. (CAMPOS, 2017).

⁴ MEDEIROS, Cyntia. **CALAMIDADE PÚBLICA, POBREZA E TERRITÓRIO**. 1ª ed. Pernambuco: Secretaria de Assistência Social, 2021.

⁵ CAMPOS, Amanda. **O reflexo das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.

Baseado no artigo "O Impacto das Mudanças Climáticas nas Comunidades Vulneráveis"⁶, onde ressalta a suma importância do discernimento de que os impactos das mudanças climáticas, correlacionadas aos desastres, dispõem de maior risco as comunidades vulnerabilizadas, considerando a falta de recursos, os serviços de proteção social, as políticas públicas e sociais, habitações irregulares em áreas propensas a desabamento, inundação, entre outros fatores, salientando a imprescindibilidade da consciência de classe para a compreensão das dimensões antagônicas presentes na sociedade regulamentada pelo capitalismo.

Adiciona (FRANCO, 2015)⁷:

Os efeitos das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis incluem perda de habitação, insegurança alimentar, migração forçada e impactos na saúde física e mental. Inundações, secas e tempestades são cada vez mais frequentes e intensas, devastando áreas já fragilizadas. A insegurança alimentar resulta da perda de colheitas e da degradação dos recursos naturais, enquanto a migração forçada cria crises humanitárias e pressiona ainda mais as infraestruturas urbanas. (FRANCO, 2015).

Ademais, mediante a mesma linha de pensamento e argumentação, afirma (CUNHA, 2015)⁸:

A falta de infraestrutura adequada é um dos principais problemas enfrentados por essas comunidades. Estruturas de habitação precárias e sistemas de saneamento inadequados aumentam o risco de danos durante eventos climáticos extremos. Além disso, a carência de serviços essenciais como saúde e educação impede uma resposta eficiente às crises, deixando as populações mais expostas aos impactos das mudanças climáticas. Essa situação é agravada pela falta de recursos financeiros, que limita a capacidade dessas comunidades de investir em medidas de prevenção e adaptação. (CUNHA, 2015).

Em conformidade com Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, mais conhecida como Norma Valencio, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em seu livro "Sociologia do Desastre"⁹ (2009):

O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de

⁶ **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Comunidades Vulneráveis**. Revista Fonte, vol. 1, n. 1, p. 1-10, [s.d.].

⁷ FRANCO, Alex. **O desenvolvimento ambiental no contexto no sistema capitalista**. São Paulo, 2015.

⁸ CUNHA, Fátima. **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Populações Vulneráveis**. São Paulo, 2015.

⁹ VALENCIO, Norma. **Sociologia do Desastre**. São Carlos: RiMA Editora, 2009.

reprodução das práticas que garantem a sobrevivência do grupo erodindo, por conseguinte, os sentidos ancorados nas paisagens e nas relações, sempre fugidias. (VALENCIO, 2009, p. 53).

Correspondente a obra “Pensando o Espaço do Homem”¹⁰ (2012) de Milton Santos, ele analisa as concepções assumidas mediante o valor do cidadão com base em sua territorialidade e, simultaneamente, desempenha uma crítica a vulnerabilidade da efetividade dos serviços e das políticas sociais mediante a proteção e garantia da qualidade de vida para os cidadãos, especificadamente os que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica.

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 2012, p. 190).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o objetivo central do artigo utiliza-se de abordagem descritiva e exploratória. De acordo com Gil (2011, p. 27), a pesquisa exploratória é definida enquanto primeira etapa de uma investigação mais ampla. Enquanto complemento para a pesquisa exploratória, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2011, p. 50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, e possui como aspecto positivo proporcionar ao pesquisador uma gama de fenômenos ampla.

DESENVOLVIMENTO

O território das calamidades públicas

A obra “A natureza do espaço”¹¹ (1996), elaborada no final dos anos 1980 e início da década de 1990, foi intrinsecamente influenciada pelas motivações instaladas no período, em especial, sob as metamorfoses sociais e espaciais, caracterizadas por sua

¹⁰ SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

¹¹ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

propagação em mundial onde ocorriam com base nas mudanças tecnológicas e científicas. Outrossim, Milton desenvolve e aprimora a sua compreensão de território/territorialidade sob o olhar de uma conjuntura territorial definida historicamente.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p. 51).

As calamidades públicas estão intimamente correlacionadas com o território de sua instalação e proliferação, especificadamente sob a visão das dinamicidades territoriais, onde a vulnerabilidade mediante os desastres é concernente aos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais. Ademais, os territórios possuem suas próprias especificidades e características, ocasionando na maior, ou menor, cadência de instauração de possíveis desastres. As dinamicidades e particularidades, sejam elas de âmbito natural - no sentido de natureza, especificidades próprias da região, como o clima, o solo, entre outros fatores, ou não, afetam de modo distinto os territórios e populações, logo que se referem a elementos próprios de certas localidades. Outrossim, as particularidades assinaladas como “não naturais”, correspondem as mudanças sociais, culturais, climáticas, entre outras, ocasionadas pela implantação e vigência do sistema de produção capitalista, onde atua diretamente de modo aniquilador, transformando a relação entre o homem e a natureza, fundamentado na diligência do lucro acima de todas as espécies vivas.

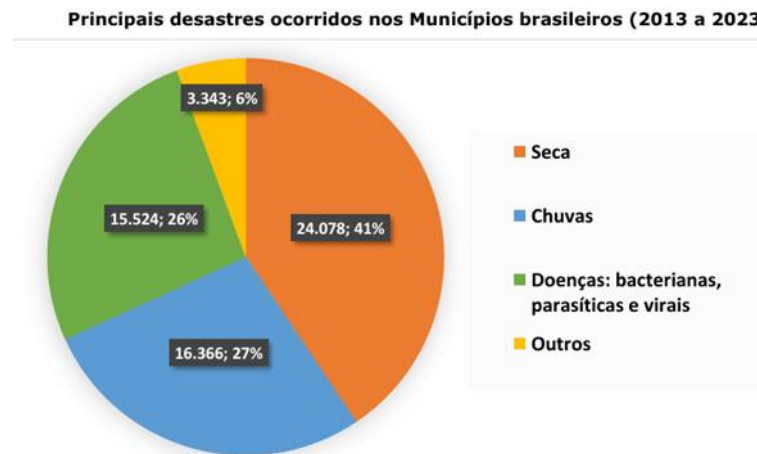
Conforme descrito por (LÖWY, 2013) em sua obra “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista”¹²:

Quando a relação entre a impossibilidade de conciliação desse sistema com o desenvolvimento sustentável é feita, no cerne da questão, na verdade, a relação que está sendo exposta é que em uma sociedade que é regida pelas leis do capital e que o que se sobressai é a mercantilização de tudo ao nosso redor, coisas como solo, água, ar, e até mesmo os próprios seres vivos transformam-se em mercadorias (LÖWY, 2013).

¹² LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 1, p. 76-86, 10 abr. 2013.

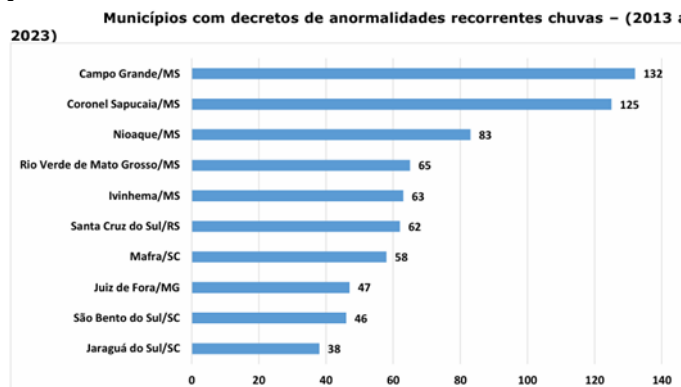
Conforme o estudo técnico "Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023" realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), sob o enfoque das dinamicidades e especificidades territoriais naturais e “não naturais”, os gráficos a seguir demonstram perfeitamente a diferenciação mediante a proliferação de desastres em circunstâncias e âmbitos diferenciados. O primeiro gráfico apresenta as tipificações referente aos principais desastres sucedidos nos municípios brasileiros entre o período de 2013 a 2023, e o segundo os municípios com decretos de anormalidades recorrentes de chuvas (2013 a 2023), com base na cadência territorial.

Gráfico 4. Principais desastres ocorridos nos Municípios brasileiros (2013 a 2023)



Fonte: (S2ID/MIDR) Coordenadorias Estaduais e Municipais – Elaboração Técnica da CNM.

Gráfico 5. Municípios com decretos de anormalidade recorrentes chuvas – (2013 a 2023)



Fonte: (S2ID/MIDR) Coordenadorias Estaduais e Municipais – Elaboração Técnica da CNM

Uma das principais tipificações concerne as calamidades públicas nos âmbitos rurais e urbanos, segundo Thiago Sales Pereira e Juliano Cepeda, ambos advogados, em seu estudo de autoria dupla "Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade

Pública nos Municípios"¹³, afirmam que coexistem diversos fatores e elementos entre os tipos de desastres e de como os fatores de vulnerabilidade podem diferir entre eles. Entretanto, nas áreas majoritariamente urbanas, a densidade populacional e a infraestrutura são apontadas como dois dos componentes principais no aumento do risco em casos de desastres, especificadamente devido a possíveis inundações, incêndios, deslizamentos de terra, entre outros constituintes. Por outro lado, as áreas rurais apresentam padrões diversificados, onde os desastres comumente identificados são assinalados como naturais, como secas, enchentes, tempestades, dentre outros. Outrossim, no âmbito rural, a lacuna sob a visão do acesso a serviços de emergência e a baixa resposta estatal atuam intrinsecamente no agravamento e alcance dos desastres.

Calamidades públicas nos Territórios: impactos sociais e econômicos

A decorrência das calamidades públicas representa grande impacto no âmbito social e econômico, mediante a perda de habitações, estruturas e instituições, configurando um processo de vulnerabilização das comunidades atingidas e, especificadamente, o dano aos cidadãos, logo que a ocorrência de desastres não afeta somente a esfera monetária, resultando em milhares de feridos e óbitos.

Em conformidade com Alessandra Katia Dallaverde, doutora e mestre em Direito Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e procuradora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em seu artigo "Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira: distinções necessárias"¹⁴ (2020), assinala a destruição da infraestrutura, a perda de propriedade e bens, a redução na produção, o aumento do desemprego e os custos baseado na resposta e recuperação dos efeitos como os protagonistas mediante a proliferação dos impactos econômicos. Outrossim, no âmbito dos impactos econômicos, a seguinte tabela representa, através de levantamentos estatísticos, os prejuízos causados mediante desastres nas regiões nacionais entre 2013 e 2023.

¹³ CEPEDA, Juliano; PEREIRA, Thiago Sales. Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade Pública nos Municípios. **Milaré Advogados**, 2024.

¹⁴ DALLAVERDE, Alessandra Katia. **Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira: distinções necessárias**. Revista da Advocacia do Poder Legislativo, v. 1, jan./dez. 2020.

Tabela 1 – Prejuízos dos desastres em geral por região 2013 a 2023 (R\$)

Tabela 12 – Prejuízos dos desastres em geral por região 2013 a 2023 (R\$)

Prejuízos por regiões				
Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
257.919.196.982	12.499.812.469	48.596.091.248	110.320.092.798	210.117.140.645

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

De acordo com o artigo “CALAMIDADE PÚBLICA, POBREZA E TERRITÓRIO” de Cyntia Medeiros, os impactos sociais mediante a decorrência de calamidades públicas são contínuos e levam demasiado tempo e investimento para a sua mitigação onde, o desalojamento, a perda de vidas e ferimentos e o estresse e trauma simbolizam padrões testemunhados em grande maioria dos incidentes e, sobretudo, a forma como essas decorrências influenciam diretamente na acentuação das desigualdades sociais. Ademais, Medeiros ressalta a importância da vigência de um planejamento eficaz e disserta sobre relevância da proteção dos direitos humanos das pessoas, em especial, sob períodos de calamidade pública.

É possível observar, que a maioria das situações que geram emergências sociais ocorrem sem que haja um planejamento para este tipo de ocorrência, no que diz respeito, especialmente a proteção dos direitos humanos destas pessoas. Podemos exemplificar como os mais básicos, aqueles relacionados às necessidades de subsistência das famílias: alimentos, água potável, vestuário, saneamento, alojamento e demais serviços básicos como os de saúde. Estes recursos devem ser disponibilizados sem que haja nenhum tipo de discriminação ou comprovação vexatória de necessidades. (MEDEIROS, 2021).

Outrossim, a tabela a seguir corresponde a quantidade de mortes por desastres em geral, ou seja, não especificadamente os naturais, por região, de 2013 a 2023.

Tabela 2 – Quantidade de mortes por desastres em geral por região (2013 a 2023)

Tabela 9 – Quantidade de mortes por desastres em geral por região (2013 a 2023)

Mortes por desastres em geral				
Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
560	242	85	1.451	329

Fonte: Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil e MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

Políticas Públicas: uma alternativa para o enfrentamento as calamidades públicas nos territórios

No Brasil, a proteção especial referente as calamidades públicas é o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências, vinculado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde conduz ações e delibera direcionamentos para o enfrentamento dessas situações após o reconhecimento da situação pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. O serviço é previsto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, cujo aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013. Ademais, conforme prescrito, “O objetivo é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção de abrigos temporários como estratégia de resposta a esses eventos.”.

Segundo disseminado por Maria das Graças Rua, acadêmica brasileira graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Madre Gertudes de São José, possui mestrado em Ciência Política e doutorado em Ciências Humanas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em sua obra “Políticas Públicas: Formulação, Implementação e Avaliação”¹⁵ (2020):

Políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações ou omissões do Estado, organizadas por meio de um processo político-administrativo, com o objetivo de resolver problemas coletivos e promover o bem-estar social. Essas políticas envolvem a formulação, execução e avaliação de programas governamentais que buscam atender às demandas da sociedade e alcançar objetivos previamente estabelecidos. (RUA, 2020).

Conforme Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho e Valdemir Pires, em sua obra "Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos"¹⁶ (2020), onde argumentam que a área que diz respeito as políticas públicas consolidou "um corpus teórico próprio, um instrumental analítico útil e um vocabulário voltado para a compreensão de fenômenos de natureza político-administrativa". Ademais, mediante a

¹⁵ RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas: Formulação, Implementação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2020.

¹⁶ COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir; SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas [livro eletrônico]: conceitos, casos práticos, questões de concurso**, 3. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2020.

funcionalidade da política em si, Phillippe SCHMITTER (1979, p. 38)¹⁷ propõe uma definição ressaltando sua funcionalidade: “a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”.

O Governo Federal dispõe de quatro renomados programas no âmbito dos desastres naturais, são eles: 1027 – Prevenção e Preparação para Desastres, 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução, 1138 – Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial e 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Outrossim, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), representa o órgão responsável pelo controle e administração das solicitações de Estado de Calamidade e Situação de Emergência, atuando diretamente na mitigação dos desastres, e, simultaneamente, na reestruturação e reinserção social. Conforme o site da Secretaria, o seu compromisso é:

A atuação da proteção e defesa civil tem o objetivo de reduzir os riscos de desastre e compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade.

O gráfico a seguir demonstra, estatisticamente, a transferência financeira referente aos programas da Defesa Civil aos municípios para diferentes segmentos entre 2009 e 2014, regulamentado pelo Manual Técnico do Orçamento (MOT).

Gráfico 6. O repasse aos Municípios.

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Drenagem Urb. e Cont de Erosão Marítima e Fluvial	48.037.785	210.285.684	345.418.863	231.290.872	149.050.687	22.309.484	1.006.393.375
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres				336.305.138	561.521.506	1.750.049.597	2.647.876.241
Prevenção e Preparação Para Desastres	115.031.479	130.445.446	92.958.121	62.486.614	56.005.124	20.269.990	477.196.773
Resposta aos Desastres e Reconstrução	176.613.688	714.773.765	215.503.257	101.763.677	34.937.694	53.148.120	1.296.740.201
Total	339.682.952	1.055.504.894	653.880.240	731.846.302	801.515.012	1.845.777.191	5.428.206.591

Fonte: O repasse aos Municípios – Elaboração Técnica da CNM.

Ademais, o Decreto Nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, responsável por regulamentar os artigos 1º, 3º, 4º e 5º da Lei Nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, direciona as transferências dos recursos financeiros obrigatórios aos Estados, ao Distrito

¹⁷ SCHMITTER, Phillippe. **Reflexões sobre o Conceito de Política**. In: BOBBIO, Norberto. Curso de Introdução à Ciência Política. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 31-39.

Federal e aos Municípios para a articulação de ações que atuem no gerenciamento e prevenção em áreas de risco devido a desastres.

A implementação das políticas públicas é de suma importância para a mitigação dos impactos decorrentes dos desastres de caráter natural ou não, que atuam na configuração das calamidades pública, porém, além da negligência mediante a consumação de ações para a atenuação dos desastres, especificadamente o que se refere as comunidades rurais, acentua-se o descaso e a ineficácia das políticas públicas atuais, em especial, mediante as populações que apresentam vulnerabilidade socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mediante as calamidades públicas e a territorialidade e, especificadamente, a correlação entre elas, ressalta o vínculo entre os desastres, naturais ou não, a vulnerabilidade socioeconômica e a ineficácia e necessidade da implementação de políticas públicas capazes de mitigar e recuperar as decorrências dos desastres.

Observou-se que as populações mais afetadas são as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde estão expostas a possíveis riscos devido a infraestrutura e as comunidades rurais, onde, conforme padrão, os desastres tendem a ser influenciados por elementos naturais. Outrossim, o Brasil possui estatísticas avassaladoras mediante as calamidades públicas, manifestados pelos PDLs que decretam o Estado de Calamidade Pública (ECP) e a Situação de Emergência (SE).

As políticas públicas voltadas para a gestão de riscos e desastres desempenham um papel fundamental na redução dos danos e na proteção das populações afetadas. No entanto, a ineficácia de majoritariamente todas essas medidas, especialmente nas áreas rurais e comunidades de baixa renda, evidencia a necessidade de maior investimento em infraestrutura, capacitação e articulação entre os diferentes entes estatais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.219, de 23 de novembro de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11219.htm#art41. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 abr. 2012. Disponível em: [L12608](#). Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Situação de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/calamidade-publica>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CAMPOS, Amanda. **O reflexo das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª Edição. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2009.

CEPEDA, Juliano; PEREIRA, Thiago Sales. Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade Pública nos Municípios. **Milaré Advogados**, 2024. Disponível em: <https://milare.adv.br/reconhecimento-de-situacao-de-emergencia-e-de-calamidade-publica-nos-municipios/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir; SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas [livro eletrônico]: conceitos, casos práticos, questões de concurso**, 3. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Danos e prejuízos causados por desastres: 2023. Brasília: **CNM**, 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2022/Estudos_tecnicos/202204_ET_DEF_Danos_Prejuizos_Causados_Desastres2023.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Municípios sofrem com os desastres naturais. Brasília: **CNM**, 2022. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET%20Vol%207%20-%2018.%20Munic%20C3%ADpios%20sofrem%20com%20os%20desastres%20naturais.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023. Brasília: **CNM**, 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/01_Panorama%20dos%20Desastres%20no%20Brasil%202013%20a%202023.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

CUNHA, Fátima. **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Populações Vulneráveis**. São Paulo, 2015.

DALLAVERDE, Alessandra Katia. **Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira: distinções necessárias**. Revista da Advocacia do Poder Legislativo, v. 1, jan./dez. 2020. Disponível em:

<https://revista.anpal.org.br/wp-content/uploads/2020/11/REVISTA-ANPAL-EFEITOS-FINANCEIROS-DO-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA-E-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA-FINANCEIRA.-DISTINCOES-NECESSARIA.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

FRANCO, Alex. **O desenvolvimento ambiental no contexto no sistema capitalista**. São Paulo, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lopes, J. (2014). Moraes, A. C. R. (2013), **Território na Geografia de Milton Santos**, Annablume, São Paulo, 130 p., ISBN 978-85-391-0526-7. Investigaciones Geográficas, Boletín Del Instituto De Geografía.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização**: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 1, p. 76-86, 10 abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

Marangon, M. P. (2021). **Gestão de Desastres e Calamidades Públicas no Brasil**. Editora Ciência Moderna.

MEDEIROS, Cyntia. **CALAMIDADE PÚBLICA, POBREZA E TERRITÓRIO**. 1ª ed. Pernambuco: Secretaria de Assistência Social, 2021. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/09092021095934-texto.modulo.1.a.atuacao.da.assistencia.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Moraes, A. C. R. (2011), **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia, Annablume, São Paulo.

PINHEIRO, H. F. Calamidade pública. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 36, p. 38-46, 1954. DOI: 10.12660/rda.v36.1954.13699. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/13699>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020. **Senado Federal**, 2020. Disponível em: [PDL 88/2020 - Senado Federal](https://www.senado.gov.br/legislacao/10/PDL88/2020-Senado-Federal). Acesso em: 02 de mar. 2025.

REVISTA FONTE. O Impacto das Mudanças Climáticas nas Comunidades Vulneráveis. Revista Fonte, vol. 1, n. 1, p. 1-10, [s.d.]. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-das-mudancas-climaticas-nas-comunidades-vulneraveis/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**: Formulação, Implementação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHMITTER, Phillippe. **Reflexões sobre o Conceito de Política**. In: BOBBIO, Norberto. Curso de Introdução à Ciência Política. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 31-39.

VALÊNCIO, Norma. **Sociologia do Desastre**. São Carlos: RiMA Editora, 2009.

Capítulo 2
O PSICÓLOGO NO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: DESAFIOS ÉTICOS, JURÍDICOS E
INSTITUCIONAIS

Maria de Fátima da Silva
Solange Emilene Berwig



O PSICÓLOGO NO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS ÉTICOS, JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS¹⁸

Maria de Fátima da Silva

Psicóloga pela URI – Campus Santiago/RS. Pós-graduada em Psicologia Jurídica pela FAVENI. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA – Campus São Borja-RS. Servidora pública, atua como psicóloga no atendimento a crianças pelo SUS na Prefeitura Municipal de Santiago/RS. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9687662140599859> E-mail: mariafsilvapsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9590-9038>

Solange Emilene Berwig

Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA, Campus São Borja-RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220> E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6964-044X>

RESUMO

Apesar da produção científica crescente sobre a atuação do psicólogo em contextos de violação de direitos de crianças e adolescentes, ainda são escassos os estudos que abordam especificamente o trabalho desse profissional no âmbito do Depoimento Especial. Este capítulo discute a

¹⁸ Parte deste texto foi publicado no I Seminário Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas da UFVJM;

atuação do psicólogo nesse contexto, compreendendo o Depoimento Especial como instrumento institucional de garantia de direitos no sistema de justiça brasileiro. Analisa-se o marco legal estabelecido pela Lei nº 13.431/2017, bem como as diretrizes e os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia, evidenciando as tensões entre a lógica jurídica de produção de prova e os princípios éticos da prática psicológica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza explicativa, fundamentada em revisão bibliográfica. Os resultados apontam a existência de divergências entre o sistema judiciário e a Psicologia quanto à função do psicólogo no procedimento, revelando desafios éticos, jurídicos e institucionais na consolidação de práticas de escuta protegida.

Palavras-Chave: Depoimento especial; Escuta especializada; Psicologia jurídica; Crianças e adolescentes; Sistema de justiça.

ABSTRACT

Despite the growing scientific production on the role of psychologists in contexts involving violations of the rights of children and adolescents, there are still few studies that specifically address the work of this professional in the context of Special Testimony. This chapter discusses the role of psychologists in this setting, understanding Special Testimony as an institutional instrument for guaranteeing rights within the Brazilian justice system. The legal framework established by Law No. 13,431/2017 is analyzed, as well as the guidelines and positions of the Federal Council of Psychology, highlighting the tensions between the legal logic of evidence production and the ethical principles of psychological practice. The research is qualitative in nature, with an explanatory approach, based on a bibliographic review. The results indicate the existence of divergences between the judicial system and Psychology regarding the role of psychologists in the procedure, revealing ethical, legal, and institutional challenges in the consolidation of protected listening practices.

Keywords: Special testimony; Specialized listening; Legal psychology; Children and adolescents; Justice system.

INTRODUÇÃO

Qual é a forma de atuação do psicólogo no contexto do Depoimento Especial (DE), conforme disposto na Lei nº 13.431/2017, e qual o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a respeito dessa prática? Essa é a pergunta norteadora que sustenta o presente estudo. Conforme apontam Gerhardt e Silveira (2009), uma investigação científica parte de uma dúvida ou inquietação que motiva o processo de produção do conhecimento. Nesse sentido, a formulação da questão de pesquisa emergiu da

articulação entre três fatores principais: o interesse pela temática, aprofundado durante a formação em Psicologia Jurídica e Políticas Públicas; os debates suscitados com a promulgação da chamada Lei da Escuta Protegida; e a necessidade de fortalecer o diálogo interdisciplinar entre as áreas do Direito e da Psicologia.

Além disso, o debate sobre o Depoimento Especial insere-se no campo das políticas públicas de proteção integral à infância e à adolescência, articulando o sistema de justiça, a rede de proteção social e os profissionais das áreas psicossociais. Trata-se, portanto, de uma temática que ultrapassa a esfera jurídica, envolvendo desafios institucionais, éticos e sociais na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a escuta especializada e o funcionamento da rede de proteção configuram-se como elementos centrais na garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Ao deslocar parte do atendimento para os serviços que compõem as políticas públicas de proteção, como saúde, assistência social, educação e justiça, a escuta especializada assume um papel fundamental no acolhimento, na prevenção da revitimização e no acompanhamento psicossocial das vítimas, fortalecendo uma atuação intersetorial voltada à proteção integral.

A proposta deste capítulo é analisar, a partir de revisão bibliográfica, a atuação do psicólogo frente ao Depoimento Especial (DE) de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, refletindo sobre os desafios éticos, técnicos e institucionais que envolvem essa prática no âmbito do sistema de justiça e das políticas de proteção. Para tanto, são traçados os seguintes objetivos: (1) apresentar uma breve contextualização histórica sobre os direitos de crianças e adolescentes e o surgimento do DE como instrumento de proteção; (2) compreender a atuação do psicólogo à luz da Lei nº 13.431/2017; e (3) examinar as críticas formuladas pelo CFP quanto à previsão normativa e à sua aplicação prática.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza explicativa, fundamentada em revisão bibliográfica. As fontes foram selecionadas por meio de levantamento em livros especializados, artigos acadêmicos, especialmente nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, e documentos oficiais disponíveis em sites governamentais, todos em língua portuguesa, utilizando os seguintes descritores: “Depoimento Especial”, “Psicologia Jurídica”, “Escuta Especializada”, “Crianças e Adolescentes”, “Lei nº 13.431/2017” e “Ética profissional”.

A estrutura do capítulo está organizada em três seções principais: a primeira discute o histórico da proteção dos direitos da infância e da adolescência, com ênfase na oitiva judicial; a segunda apresenta o desenvolvimento de práticas voltadas à escuta no judiciário brasileiro, como o Projeto Depoimento Sem Dano, a escuta especializada e o Depoimento Especial; e a terceira analisa o papel do psicólogo nesse contexto, explorando as tensões entre as orientações do sistema de justiça e o posicionamento ético e técnico da Psicologia.

A OITIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A GARANTIA DE DIREITOS

O Depoimento Especial (DE), como é conhecido atualmente, teve seu início com o projeto denominado Depoimento sem Dano, iniciativa pioneira no Brasil, criada em 2003 no Rio Grande do Sul, pelo juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar (CNJ, 2010). Todavia, a oitiva de crianças e adolescentes em juízo já era tema de discussão em âmbito internacional. Assim, para compreender a escuta de crianças e adolescentes no judiciário brasileiro, torna-se imprescindível a análise dos principais tratados internacionais sobre os direitos desse público.

Os direitos e garantias voltados à infância e adolescência têm sua origem nas diversas formas de exploração, violência e negligência às quais crianças e adolescentes foram historicamente expostos. Como aponta Azambuja (2019, p. 81), “a história do Brasil, assim como a história de diversas nações, no que se refere à proteção à infância, está marcada por sucessivas formas de violência”. Nesse sentido, evidenciou-se a necessidade de positivação de garantias e direitos voltados a esse grupo específico, especialmente por meio de normas jurídicas e políticas públicas de proteção.

Os primeiros movimentos com essa finalidade datam do início do século XX. Até então, crianças e adolescentes eram submetidos a jornadas de trabalho exaustivas e, especialmente os adolescentes, eram recrutados como soldados em diversos conflitos ao redor do mundo. Ou seja, não dispunham sequer do mínimo necessário à sobrevivência, tampouco eram compreendidos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento (Vannuchi; Oliveira, 2010).

Após a Primeira Guerra Mundial, o número de órfãos aumentou expressivamente, e o olhar para essas crianças, reconhecendo-as como sujeitos vulneráveis, com características específicas e merecedores de atenção e respeito, tornou-se indispensável.

Em 1919, a Sociedade das Nações (SDN) criou o Comitê de Proteção da Infância, considerado o primeiro órgão supranacional com foco prioritário na proteção infantil (Vannuchi; Oliveira, 2010).

Destaca-se, nesse contexto, a atuação das irmãs britânicas *Eglantyne Jebb* e *Dorothy Buxton*, fundadoras da organização *Save the Children Fund*, voltada à proteção de crianças no período pós-guerra. Em 1924, Jebb redigiu a Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças, aprovada pelo Comitê de Proteção da Infância. O documento estabelecia que a criança deveria receber os meios necessários ao seu desenvolvimento material e espiritual, sendo prioridade em situações de crise, devendo ser protegida contra toda forma de exploração e criada com consciência de seus talentos (Sociedade das Nações, 1924).

Embora a declaração previsse garantias importantes, ainda não destacava plenamente a condição peculiar de desenvolvimento da criança, limitando-se a assegurar direitos em contextos de risco e vulnerabilidade. Ainda assim, constituiu-se como o primeiro instrumento internacional de proteção à infância, influenciando diversos países na elaboração de legislações e políticas públicas específicas.

No contexto latino-americano, o período entre 1920 e 1925 foi particularmente relevante para o avanço das discussões sobre os direitos da criança. O III Congresso Americano da Criança, realizado no Rio de Janeiro em 1922, representou um marco ao debater temas relacionados à saúde, educação e proteção infantil. Posteriormente, no IV Congresso Pan-Americano da Criança, realizado em 1925, dez países, incluindo o Brasil, assinaram a ata de fundação do Instituto Interamericano da Criança (IIN), atualmente vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), instituição que desempenhou papel fundamental na estruturação de políticas públicas voltadas à infância na região.

No Brasil, as discussões promovidas nesses congressos influenciaram diretamente a formulação da primeira legislação nacional voltada à proteção da infância, o Código de Menores de 1927, que passou a organizar juridicamente as ações do Estado em relação às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O movimento de proteção à infância ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, diante da crescente vitimização de crianças nos conflitos armados. Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a coordenar ações voltadas à promoção dos Direitos Humanos, incluindo os direitos de crianças e adolescentes, já esboçados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A criação da ONU impulsionou o surgimento de agências especializadas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo Vannuchi e Oliveira (2010), instituições que inicialmente atendiam crianças vítimas da Segunda Guerra passaram, posteriormente, a adotar uma perspectiva internacional da infância, tornando-se referência mundial na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Diversas iniciativas foram implementadas nas décadas seguintes, culminando na adoção, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, que antecedeu a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989. A Convenção foi ratificada por 196 países, incluindo o Brasil, que a reconheceu oficialmente em 1990, mesmo ano da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (UNICEF, 2020).

Esses documentos marcam uma virada conceitual, na qual a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. Conforme afirmam Vannuchi e Oliveira (2010, p. 33), “rompe-se com a ideia da criança como objeto. Ela passa a ser vista como sujeito pleno, com direito a cuidados especiais”. Tal mudança representa a consolidação da doutrina da proteção integral, que orienta a formulação de políticas públicas e a organização dos sistemas de garantia de direitos, incluindo as práticas de escuta no âmbito judicial e na rede de proteção.

A Convenção de 1989 foi também o primeiro marco internacional a abordar explicitamente o direito à oitiva de crianças nos processos judiciais. Em seu artigo 12, estabelece que os Estados Partes devem assegurar à criança o direito de expressar livremente suas opiniões sobre assuntos que lhe digam respeito, devendo tais manifestações ser consideradas conforme sua idade e maturidade (ONU, 1989).

No Brasil, além da ratificação da Convenção, a Constituição Federal de 1988 consagrou garantias fundamentais às crianças e adolescentes, especialmente em seus artigos 5º e 227, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar a proteção integral dessa população. A operacionalização desses direitos avançou com a promulgação do ECA, considerado por Trevisan (2019, p. 39) um marco regulatório dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

A partir da criação do ECA, consolidou-se a doutrina da proteção integral, segundo a qual a criança e o adolescente devem ter todos os seus direitos assegurados de forma

articulada pelo poder público, pela família, pela sociedade e pelas políticas públicas (Brito, 2019).

No que se refere à oitiva de crianças e adolescentes, o ECA prevê expressamente o direito de serem ouvidos em juízo, abrindo caminho para a institucionalização de práticas voltadas à escuta protegida no sistema judiciário brasileiro. Nesse contexto, destaca-se o projeto pioneiro denominado Depoimento sem Dano, que deu origem ao atual Depoimento Especial, posteriormente consolidado pela Lei nº 13.431/2017.

PRÁTICAS VOLTADAS À ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O projeto denominado Depoimento sem Dano foi idealizado em 2003 pelo juiz José Antônio Daltoé Cezar, da 2ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, ao constatar que crianças e adolescentes vítimas de violência eram revitimizados ao prestarem depoimento diretamente a magistrados e, por vezes, na presença de seus agressores. Inspirado por Miriam de Santis, perita do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), e pela promotora Velela Dobke, Daltoé estruturou uma metodologia baseada em práticas interdisciplinares e em experiências internacionais. A proposta visava reduzir danos durante a coleta de prova judicial, garantir os direitos das vítimas e assegurar o respeito à sua condição de desenvolvimento.

Conforme o próprio autor, o Depoimento sem Dano consiste em:

uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em juízo. Tal método busca abarcar formas específicas de escuta com os seguintes objetivos: redução do dano durante a produção de provas em processos judiciais, nos quais a criança é vítima ou testemunha; garantia dos direitos de crianças e adolescentes, proteção e prevenção de seus direitos, quando, ao ser ouvida em juízo, sua palavra é valorizada, bem como sua inquirição respeita sua condição de pessoa em desenvolvimento; melhoria na produção da prova (Cezar, 2007, p. 61-62).

A escuta passou a ocorrer em sala especial, equipada com câmeras e microfones, na qual permaneciam apenas a criança e o profissional responsável, geralmente psicólogo ou assistente social. O ambiente foi planejado para ser acolhedor, com recursos lúdicos que favorecessem o vínculo e a comunicação e as perguntas formuladas pelo juiz e transmitidas ao técnico por meio de ponto eletrônico. Segundo Daltoé Cezar (2007b, p.

73), “o Depoimento sem Dano ocorre durante a audiência de instrução, sendo o juiz responsável pela condução”.

A metodologia incluía uma fase inicial de rapport, sem gravação, destinada à criação de vínculo com a criança, seguida da fase de perguntas propriamente dita. A transmissão em tempo real permitia que os demais participantes acompanhassem a oitiva e encaminhassem questionamentos ao técnico responsável. Ao final, o profissional realizava os encaminhamentos necessários, sem registro audiovisual.

Embora atualmente o uso de tecnologias seja comum, em 2003 o projeto representou uma importante inovação no sistema de justiça brasileiro. Inicialmente, foi implementado com equipamentos simples, custeados pelo próprio Daltoé Cezar, pelo promotor João Barcelos de Souza Junior e pela Vara de Direção do Foro. Em 2004, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul institucionalizou a prática e modernizou os equipamentos, ampliando a qualidade da escuta judicial.

A experiência foi posteriormente expandida para outros tribunais do país e obteve respaldo jurisprudencial, culminando na edição da Recomendação nº 33, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orientou os tribunais a implementarem serviços especializados destinados à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Apesar da disseminação da prática, nem todos os magistrados e profissionais das áreas da Psicologia e do Serviço Social aderiram de forma consensual à proposta. Brito e Parente (2012) observam que a técnica gerou tanto adesão quanto críticas por parte dos profissionais envolvidos. Contudo, como este capítulo não se propõe a aprofundar tais debates, não nos deteremos nessa análise.

Como desdobramento da recomendação do CNJ, foi realizado, em 2011, o I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro. O evento reuniu juízes, promotores, defensores públicos e técnicos de diversas regiões do país, com o objetivo de discutir práticas menos invasivas para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Em 2012, foi promovido o XV Curso sobre Proteção Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente, organizado pelo UNICEF e direcionado a magistrados, promotores, defensores públicos e advogados especializados na temática. Embora obstáculos ainda se apresentassem, como dificuldades técnicas e resistência de parte dos

profissionais, os esforços em favor da institucionalização de práticas de escuta protegida foram se consolidando progressivamente no país.

A promulgação da Lei nº 13.431/2017 representou um avanço significativo na regulamentação da oitiva de crianças e adolescentes no sistema judiciário brasileiro, ao institucionalizar procedimentos de escuta protegida como parte das políticas públicas de enfrentamento à violência infantojuvenil. Resultado da articulação entre instituições como a *Childhood Brasil*, a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o UNICEF e a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, a norma institui o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Com seus 26 artigos, a legislação promove alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamenta os procedimentos de escuta especializada e Depoimento Especial, define políticas públicas de atendimento e estabelece sanções em caso de descumprimento de seus dispositivos.

Com o intuito de assegurar essa proteção, a lei descreve as formas de violência que, quando sofridas por crianças e adolescentes, demandam procedimentos específicos de escuta, a saber: violência física, psicológica, sexual e institucional, todas claramente definidas pelo legislador.

Um dos principais avanços trazidos pela legislação foi a obrigatoriedade da escuta protegida, superando o entendimento anterior que a condicionava à disponibilidade das partes envolvidas no processo e conferindo-lhe maior efetividade jurídica.

A Lei nº 13.431/2017 institui duas modalidades principais de oitiva: a escuta especializada e o Depoimento Especial. A escuta especializada refere-se ao procedimento realizado no âmbito da rede de proteção, com o objetivo de obter informações estritamente necessárias à proteção da criança ou adolescente, sendo desenvolvida por serviços como saúde, assistência social e educação. Já o Depoimento Especial consiste no procedimento formal de oitiva perante autoridade policial ou judiciária, com valor jurídico para fins investigativos e processuais.

A partir da vigência da referida lei, a oitiva deixou de ser realizada apenas “sempre que possível”, expressão que anteriormente conferia ampla margem de discricionariedade às partes do processo, reduzindo a efetividade do direito da criança e do adolescente de serem ouvidos de forma protegida.

A Lei nº 13.431/2017 estabelece de forma clara as duas modalidades principais de oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, diferenciando a escuta especializada do Depoimento Especial, conforme disposto nos artigos 7º e 8º:

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (Brasil, 2017, *online*).

Observa-se que a legislação atribui à escuta especializada um caráter protetivo e intersetorial, sendo realizada no âmbito da rede de proteção, enquanto o Depoimento Especial se configura como procedimento formal de produção de prova no sistema de justiça.

Em seu artigo 12, a legislação estabelece como se dará o procedimento para o DE:

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais; II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;

IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;

V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo (Brasil, 2017, *online*).

Nota-se que muitos dos procedimentos inicialmente implementados nas experiências conduzidas pelo juiz Daltoé foram incorporados à legislação vigente. A transmissão simultânea do depoimento para a sala de audiência permanece como recurso essencial, garantindo a participação indireta das partes e evitando a revitimização da criança ou do adolescente. Além disso, a condução das perguntas continua sob responsabilidade do magistrado, assegurando a conformidade com os princípios do devido processo legal.

Outro ponto relevante refere-se à exigência de que a criança ou adolescente seja previamente informado sobre o procedimento, de forma clara e acessível. Destaca-se ainda a valorização da narrativa livre, que reconhece o direito da vítima de relatar os fatos segundo sua própria lógica e ritmo, sem a imposição de uma estrutura discursiva rígida. Nesse processo, o profissional especializado desempenha papel fundamental ao adaptar as perguntas elaboradas pelas partes, garantindo que a escuta respeite a linguagem, a compreensão e as particularidades do desenvolvimento da criança ou adolescente.

Diante disso, torna-se imprescindível que os profissionais envolvidos possuam formação adequada para manejar tecnicamente a comunicação, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e protetivo durante o procedimento.

Nesse sentido, Brito (2019) destaca que:

[...] a implementação da Lei exigirá um aperfeiçoamento das estruturas de atendimento hoje existentes e uma adequação de fluxos e protocolos destinados a otimizar a atuação dos diversos órgãos e agentes corresponsáveis, que precisam aprender a dialogar entre si e a trabalhar de forma harmônica, coordenada e, principalmente, eficiente, cada qual em sua área, porém somando esforços, na busca do objetivo comum que é a proteção integral e prioritária [...] (Brito, 2019, p. 40).

A Lei nº 13.431/2017 não define explicitamente qual profissional deve ser responsável pela realização do Depoimento Especial ou da escuta especializada, utilizando apenas a expressão “profissional especializado”. Contudo, observa-se que, desde a introdução dessas práticas no sistema de justiça brasileiro, os psicólogos têm sido frequentemente convocados para desempenhar esse papel, especialmente nos casos que envolvem danos de ordem psicológica.

Esse cenário suscita reflexões importantes sobre o papel específico do psicólogo nesses procedimentos, bem como acerca das orientações e posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia a respeito da atuação profissional em contextos judiciais, tema que será aprofundado na seção seguinte.

DISCUSSÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AO DEPOIMENTO ESPECIAL

A Lei nº 13.431 foi instituída em 2017, contudo, as discussões relativas às competências profissionais no que se refere à inquirição de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais já vinham sendo debatidas por profissionais de

diferentes áreas há algum tempo. No campo da Psicologia, observam-se divergências de posicionamento quanto à oitiva de crianças e adolescentes, conforme será apresentado a seguir.

O artigo 87, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre as linhas de ação das políticas de atendimento, nas quais o psicólogo encontra espaço de atuação. Tais ações envolvem políticas sociais básicas; programas de caráter supletivo para os que deles necessitarem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviços de identificação e localização de pais e responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; bem como a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

No ano de 2010, o Conselho Federal de Psicologia elaborou e publicou a Resolução nº 010/2010, que regulamentava a escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência no âmbito da rede de proteção. Como já exposto anteriormente, o Projeto Depoimento sem Dano teve início em 2003 e, com sua expansão por diversas comarcas do país, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Recomendação nº 33/2010, orientando os Tribunais de Justiça a criarem serviços especializados destinados à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no contexto judicial.

A literatura aponta que, até então, a escuta de crianças e adolescentes já vinha sendo realizada nos tribunais, sobretudo por psicólogos e assistentes sociais vinculados às instituições de atendimento às vítimas de violência. Na ausência de profissionais lotados diretamente no Judiciário, era comum que profissionais da rede de proteção assumissem essa função. Diante desse cenário, o CFP publicou a Resolução nº 010/2010 com o intuito de regulamentar a atuação dos psicólogos nesses contextos. Posteriormente, o CNJ reforçou a orientação para a criação de espaços especializados de escuta, com a devida qualificação de servidores da Justiça e magistrados.

A Resolução nº 010/2010 evidenciava o posicionamento do CFP de oposição à realização da escuta de crianças e adolescentes para fins de inquirição judicial. O documento contemplava os princípios norteadores da escuta psicológica, os marcos referenciais e os referenciais técnicos para o exercício profissional no âmbito da rede de proteção. Ressaltava ainda que o descumprimento das diretrizes poderia configurar falta ético-disciplinar. Entretanto, em 2012, a resolução foi suspensa em todo o território

nacional por decisão da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Posteriormente, em julho de 2020, foi definitivamente revogada pela Resolução CFP nº 02/2020, em cumprimento à determinação da 1ª Vara da Justiça do Estado do Ceará.

O CFP se posicionou publicamente por meio de nota divulgada em seu site institucional, reafirmando que a escuta psicológica deve se pautar por uma relação de cuidado, acolhedora e não invasiva, respeitando o tempo de elaboração da situação traumática, as particularidades do desenvolvimento e, sobretudo, buscando evitar a revitimização (CFP, 2012). A nota enfatiza ainda que não compete ao psicólogo realizar inquirição sob supervisão direta do juiz, responsável por determinar as perguntas a serem feitas à criança ou adolescente.

Segundo o CFP, a inquirição configura-se como procedimento jurídico, estruturado como interrogatório, cujo objetivo central é a produção de prova para a instrução processual, sendo, portanto, orientado pelas necessidades do processo judicial. Ao posicionar-se contrariamente à participação dos psicólogos nesse tipo de procedimento, o CFP passou a ser questionado por setores do Judiciário, reconhecendo, contudo, que o debate estava longe de se encerrar, o que se confirmou com a revogação definitiva da resolução apenas em 2020.

No que se refere à Lei nº 13.431/2017, o CFP também se manifestou por meio da Nota Técnica nº 01/2018, na qual critica o fato de a norma ter sido aprovada sem ampla discussão com a categoria profissional ou com a sociedade civil. A nota teve como objetivo orientar os psicólogos quanto aos impactos da legislação em suas práticas.

Entre as críticas apresentadas, destaca-se a promessa da lei em prevenir e coibir a violência sem, entretanto, apresentar estratégias concretas de prevenção. Além disso, embora mencione o Sistema de Garantia de Direitos, a legislação concentra suas ações em apenas duas frentes principais: a escuta especializada, voltada ao acolhimento, e o Depoimento Especial, direcionado à produção de prova. A escuta especializada é mencionada em apenas quatro dispositivos legais, enquanto o Depoimento Especial aparece em dezenove (CFP, 2018).

Dessa forma, o CFP conclui que a preocupação central da lei encontra-se no Depoimento Especial, em detrimento das ações de acolhimento e cuidado às vítimas. Aponta ainda que a norma apresenta lacunas quanto a determinados tipos de violência, com ênfase excessiva nos casos de violência sexual. Com base nessas análises, o conselho orienta os psicólogos a atuarem respaldados pelo Código de Ética Profissional, que

garante autonomia técnico-teórica e o direito de recusa diante de demandas para as quais não estejam tecnicamente preparados.

Em contraposição a esse posicionamento institucional, destaca-se a fala da psicóloga Sandra Pinto Levy, consultora em Psicologia Jurídica, supervisora nacional do CNJ e pioneira na implementação do Depoimento Especial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em capacitação promovida pelo Ministério Público do Paraná, em 2019, Levy defende que o Judiciário constitui um espaço legítimo para a atuação do psicólogo, especialmente por este possuir uma escuta diferenciada.

Segundo a autora, apesar da resistência por parte de alguns profissionais da Psicologia, o psicólogo não se limita à coleta de dados objetivos sobre os fatos narrados. Seu trabalho considera a subjetividade presente nas lembranças da cena vivenciada, compreendidas como produtos de processos psíquicos que podem envolver registros inconscientes e construções simbólicas, adquirindo diferentes significados (Levy, 2019).

Assim, embora exista um posicionamento institucional contrário à participação do psicólogo na realização do Depoimento Especial, há também profissionais que reconhecem sua relevância nesse contexto, sobretudo na mediação da oitiva de forma menos revitimizadora, contribuindo para a proteção integral de crianças e adolescentes.

Silva Sanson, Pelisoli e Von Hohendorff (2024) em estudo atual, discutem os aspectos favoráveis e desfavoráveis do uso do Depoimento Especial em casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na proteção da vítima e na minimização da revitimização. De um lado, os argumentos favoráveis destacam que o procedimento oferece um ambiente mais acolhedor e especializado, considerando as especificidades do desenvolvimento infantil e as consequências da violência, com o objetivo de proteger a criança e evitar sua exposição a múltiplas instâncias processuais, o que poderia intensificar o sofrimento psicológico.

A participação de psicólogos nesse processo é apontada como fundamental em razão do conhecimento técnico e da sensibilidade necessários para garantir que a criança se sinta segura e confortável durante o depoimento. Além disso, a interdisciplinaridade entre profissionais da saúde, da Psicologia, do Direito e do Serviço Social é ressaltada como elemento essencial para o êxito do procedimento.

Por outro lado, também são apontadas críticas relacionadas à possibilidade de o Depoimento Especial não garantir plenamente a proteção da vítima, em razão de aspectos como a exposição excessiva da criança e a indução de respostas por meio de perguntas

inadequadas. Soma-se a isso a ausência de uma definição clara acerca dos profissionais responsáveis pela escuta no contexto do procedimento e a necessidade de maior capacitação técnica.

Diante disso, torna-se fundamental refletir sobre os limites e as possibilidades do Depoimento Especial, especialmente no que se refere à atuação ética e profissional dos psicólogos, considerando tanto a proteção da vítima quanto a eficácia da prova no processo judicial.

Entende-se que ainda não se alcançou uma configuração ideal do Depoimento Especial, uma vez que se trata de um instituto relativamente recente, que continua gerando dúvidas e preocupações. Contudo, seu aprimoramento depende do debate qualificado e da incorporação das contribuições de diferentes áreas do conhecimento.

CONCLUSÃO

O presente capítulo buscou refletir sobre a atuação dos psicólogos no contexto do Depoimento Especial, destacando a importância de sua participação na garantia da proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, sem que haja a revitimização. A Lei nº 13.431/2017 e as normativas relacionadas à escuta especializada e ao Depoimento Especial representam avanços significativos na institucionalização de práticas de escuta protegida, mas também evidenciam lacunas na efetivação dos direitos dessas vítimas, especialmente no que se refere à proteção integral assegurada pela Constituição Federal e pelos tratados internacionais de direitos humanos.

A análise crítica do sistema sociojurídico mostra-se fundamental, uma vez que, embora a legislação busque criar um ambiente mais seguro para a criança e o adolescente durante a oitiva, ainda persistem desafios relevantes. A fragilidade da articulação entre os profissionais envolvidos, a necessidade de fortalecimento da rede de proteção e a insuficiência de estratégias preventivas no enfrentamento da violência configuram aspectos que demandam maior atenção por parte do poder público e das instituições responsáveis.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que os psicólogos, atuando de forma qualificada e em consonância com os princípios dos direitos humanos, desenvolvam práticas que ultrapassem a mera coleta de depoimentos. É fundamental considerar o contexto psíquico da criança e do adolescente, respeitando sua dignidade, seu tempo de

elaboração emocional e suas particularidades de desenvolvimento. Apenas por meio de uma atuação interdisciplinar, que envolva a qualificação contínua dos profissionais da rede de proteção e do sistema de justiça, será possível promover transformações efetivas no modelo de escuta, assegurando o bem-estar e a proteção integral das vítimas.

A reflexão sobre o papel do psicólogo no Depoimento Especial, à luz da Lei nº 13.431/2017, revela um cenário complexo, marcado por posicionamentos divergentes entre orientações institucionais e práticas profissionais. Enquanto o Conselho Federal de Psicologia manifesta críticas à participação dos psicólogos na inquirição judicial, defendendo uma escuta acolhedora e não invasiva, outros profissionais, como a Sandra Pinto Levy, a partir de seus estudos e práticas, ressalta a importância da atuação e intervenção dos psicólogos na mediação da oitiva, considerando os aspectos subjetivos envolvidos no relato da criança ou adolescente.

As críticas direcionadas à Lei nº 13.431/2017, especialmente quanto ao foco predominante no Depoimento Especial em detrimento de estratégias mais amplas de prevenção e acolhimento, apontam para a necessidade de uma abordagem mais integrada e holística da violência no sistema de justiça. A escuta especializada e o fortalecimento da rede de proteção emergem, nesse sentido, como elementos centrais para que as práticas institucionais não se restrinjam à produção de prova, mas contemplem o cuidado, o acompanhamento e a proteção contínua das vítimas.

Dessa forma, torna-se urgente a busca por um equilíbrio entre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e o respeito às especificidades da atuação psicológica. O aprimoramento das políticas públicas de prevenção, acolhimento e proteção, aliado à regulamentação mais clara das atribuições profissionais nas oitivas e depoimentos, contribui para a construção de um sistema de justiça mais sensível, humanizado e eficaz.

O debate acerca do papel do psicólogo no contexto jurídico, especialmente no Depoimento Especial, permanece em constante evolução. A consolidação de práticas que atendam de forma adequada às necessidades das crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais exige reflexão permanente, produção de conhecimento e aprimoramento dos protocolos institucionais. Assim, a colaboração interdisciplinar, associada a um olhar ético e comprometido com os direitos humanos, configura-se como caminho fundamental para o fortalecimento de um sistema de proteção mais justo e efetivo.

Por fim, a análise do Depoimento Especial e da escuta especializada contribui para o debate mais amplo sobre as políticas públicas de proteção à infância e adolescência, evidenciando a necessidade de práticas institucionais humanizadas, intersetoriais e comprometidas com a garantia plena dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Debate sobre depoimento especial: breves observações sobre a Lei

n. 13.431, de 4 de abril de 2017. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Discussões sobre o depoimento especial no Sistema Conselhos de Psicologia**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_DepoimentosEspeciais_web-FINAL-.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n.º 33/2010, de 23 de novembro de 2010**.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1194>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRITO, Leila Maria Torraca de; PARENTE, Daniella Coelho. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 178–186, 2012.

BRITO, Luana de Almeida. **Depoimento especial e a atuação do profissional da Psicologia**. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em:

<https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/3903>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Depoimento sem dano**: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007c.

_____. A criança vítima de abuso sexual pode ser inquirida em juízo de forma humanizada? In: OLIVEIRA, A. C.; FERNANDES, N. C. (Orgs.). **Violências contra crianças e adolescentes**: redes de proteção e responsabilização. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007b. p. 55–71.

_____. Inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo. In: DIAS, Maria Berenice (Org.). **Incesto e alienação parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica n.º 1/2018/GTEC/CG, de 24 janeiro de 2018**. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/cfp-nota-tecnica-no-1-2018-gtec-cg-sobre-os-impactos-da-lei-no-13-431-2017-na-atuacao-das-psicologas-e-dos-psicologos/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 010/2010**. Institui a regulamentação da escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção. Brasília, DF, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução**: Suspensão da Resolução CFP n.º 10/2010. Brasília, DF: CFP, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nota-sobre-a-suspensao-da-resolucao-cfp-no-10-2010/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. A construção e a utilização do diário de campo em pesquisas científicas. **International Journal of Qualitative Methods**, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Workshop: Como estruturar o Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência?** Avanços necessários para o cumprimento da Lei n.º 13.431/2012 (Sandra Pinto Levy). Workshop realizado no dia 16 de agosto de 2019, no auditório do Ministério Público do
Paraná. Disponível
em:

<https://www.youtube.com/watch?v=P8MLqkM6Bv0&list=PL9roGfKW hosvuXysvbSLbZ aQB1cBTOr 8q&index=2>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVA SANSON, J. A.; PELISOLI, C. da Luz; VON HOHENDORFF, J. Depoimento especial e atuação de psicólogos: argumentos favoráveis e desfavoráveis. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**,

v. 17, n. 1, 2024.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança.

Genebra, 1924. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2025.

TREVISAN, Giovanna Matias de Souza. Lei 13.431/17–Escuta especializada e

depoimento especial de crianças vítimas e testemunhas de violência: depoimento sem dano ou revitimização? 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Toledo, Presidente Prudente, 2019. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/7700/67648272>. Acesso em: 18 mar. 2025.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos das Crianças e Convenção sobre os Direitos da Criança. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt-br/legislacao>. Acesso em: 18 maio 2025.

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto.** Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

Capítulo 3
AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO DIGITAL: UMA ANÁLISE
DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO
YOUTUBE

Henrique Fernandes Alves Neto





AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO DIGITAL: UMA ANÁLISE DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO YOUTUBE

Henrique Fernandes Alves Neto

Filiação Institucional: Professor EBTT - IFPR

E-mail: henriqueaneto@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é uma parte do debate realizado na tese de doutorado, na qual o objeto de pesquisa são os produtos audiovisuais sobre Ciências Sociais que estão sediados no YouTube. O objetivo é compreender quais os sentidos e códigos recontextualizados nos conteúdos sobre Ciências Sociais. Existe alguma diferença entre as Ciências Sociais da sala de aula e da Internet? A construção deste objeto é orientada pelas reflexões teóricas de Basil Bernstein e seu conceito de recontextualização. Como será que o discurso pedagógico que, de alguma forma, afeta as Ciências Sociais, ganha espaço nas agências recontextualizadoras não-oficiais? Como o discurso sociológico transita por esses espaços? Mobilizaremos teóricos de campos de pesquisa variados, como Zuboff (2020), Van Dijck (2018), Couldry e Mejias (2019) e Kwet (2019), para apreender os conceitos capitalismo de vigilância, plataforma, dataficação, colonialismo de dados. Procuro alcançar este objetivo com a seguinte hipótese: na transição dos códigos/discursos/mensagem das Ciências Sociais de um campo a outro, as seguintes mudanças ocorrem: a) há um teor de entretenimentos nos conteúdos; b) há um esvaziamento científico do conteúdo; c) o fim do conteúdo volta-se para os vestibulares e Enem. Como estratégia metodológica, utilizaremos palavras-evento, palavras-argumento e palavras-multiverso para encontrar os referidos produtos audiovisuais; em seguida, criaremos categorias de análise desde o diálogo entre o empírico e os conceitos teóricos pertinentes no processo de estruturação do objeto. Por fim, teremos alguns parâmetros de produção de produtos de Ciências Sociais para o digital.

Palavras-chave: Plataforma; ensino de sociologia; produção audiovisual; recontextualização; digitalização.



1. Introdução

A plataforma de vídeo Youtube modificou como consumimos e produzimos produtos audiovisuais. Se antes existia uma “aura” mágica nas produções cinematográficas de alto investimento e um fascínio e esperança de estar em algum programa de televisão, o Youtube revoluciona esse universo e, após seu lançamento e popularização, apresenta como é possível “transmitir a si mesmo”. Contudo, não só o setor de entretenimento e publicidade tirou vantagem dessa capacidade inédita de transmissão, produção e compartilhamento de conteúdo. A educação também foi o objetivo de alguns produtores de conteúdo da plataforma. A criação de um setor específico do Youtube, o Youtube Edu releva como esse nicho de conteúdo também é importante para a plataforma.

Neste íterim é que nos perguntamos: como estão apresentados os vídeos e produtos audiovisuais que tratam das Ciências Sociais no Youtube? Ancorados pela proposta teórica de Basil Bernstein (1996) (principalmente o conceito de recontextualização), acreditamos ser possível construir um modelo que seja capaz de explicar o que é a educação no contexto digital. Para isso, precisamos compreender o que realmente é a comunicação pedagógica. Descrever e analisar a comunicação pedagógica exige a reflexão sobre o dispositivo pedagógico, pois é onde estão as regras estáveis que atuam sobre um potencial significativo pedagógico.

O dispositivo pedagógico, segundo Bernstein (1996), pode ser entendido como regras internas que regulam a comunicação pedagógica. Essas regras, por sua vez, são três: regras distributivas, regras recontextualizadoras e regras de avaliação. As regras distributivas são aquelas que regulam a produção do discurso – também identificadas como princípios dominantes, pois podem ser externos ao campo pedagógico. As regras recontextualizadoras dizem respeito ao processo de transmissão do discurso, ou seja, de colocar em circulação aquilo que foi produzido com base nas regras distributivas. Por fim, as regras de avaliação referente ao processo de aquisição do discurso pedagógico. Este conjunto de regras contém um dos principais elementos para a compreensão do dispositivo pedagógico, que é o código pedagógico. Está condensado no código pedagógico todas as outras regras e a essência do dispositivo de determinada conjuntura.

Todas essas regras são colocadas em ação em um potencial significativo pedagógico, que pode ser compreendido como um texto privilegiante (um currículo, uma

prática, um livro, um vídeo, ou qualquer outra representação pedagógica). O texto, portanto, passa pelo dispositivo pedagógico, é transformado pelas regras intrínsecas ao seu funcionamento e posto em circulação através da comunicação pedagógica que possui regras circunscritas à determinado contexto.

Com o desenvolvimento da pesquisa da tese, conseguimos identificar quatro princípios dominantes do dispositivo pedagógico. Esses princípios se tornarão as regras intrínsecas que modificarão o texto privilegiante a ponto de ser transmitido via comunicação pedagógica. São eles: superávit comportamental, colonialismo de dados, performatividade e conhecimento governante. Estes princípios foram relevados a partir de investigações teóricas de debates envolvendo o mundo digital, a plataformização e a neoliberalização das relações sociais.

Zuboff (2020) é a pesquisadora que nomeou essa nova etapa do capitalismo como de vigilância. Segundo ela, há uma mudança da produção, bem como dos processos que envolver a obtenção de mais-valia, as relações de trabalho e econômicas neste novo contexto. O superávit comportamental é uma descoberta que transforma o mundo e o objetivo das empresas da atual conjuntura. Concomitante a esse processo, é possível identificar padrões de colonialismo sobre os dados capturados, armazenados, processados e analisados. É de Couldry e Mejias (2019) o debate que envolve essas questões e está condensado no conceito de colonialismo de dados.

A multiplicidade de discussões sobre o neoliberalismo, por sua vez, nos levou a utilizar o debate de Ball (2020), visto que ele realiza um esforço de identificar uma rede de políticas educacionais globais que respondem ao mesmo intento e modelo de sociedade. Através de instituições e indivíduos, Ball (2020) consegue identificar princípios e propostas educacionais semelhantes em vários países que são diferentes – econômica, social e culturalmente falando. O governo pelos números busca gerir um determinado tipo de comportamento (performatividade) que tem como referência o mundo dos negócios. Neste caminho, as escolas começam a ganhar contornos de empresas, diretores de escolas são cobrados e vistos como gestores, os educadores são substituídos por colaboradores, e assim por diante.

O que nos chama atenção nestes quatro conceitos, que aqui identificamos como princípios dominantes do dispositivo pedagógico do século XXI, é a sua atuação em dois processos: a aquisição e a transmissão dos textos privilegiantes. Ora, ao assumir os vídeos/produtos audiovisuais de Ciências Sociais presentes no Youtube como objeto

deste trabalho, estamos nos pautando nessa dimensão da reflexão de Bernstein, ou seja, na transmissão destes vídeos/produtos. Sem deixar de lado uma análise que apreenda as relações dos vídeos com o Estado, ou com as demais categorias de classe, gênero e raça, este trabalho se debruça sobre as “relações do interior” dos vídeos, observando “as regras pelas quais aquele texto foi construído, o que o torna o que ele é, o que lhe confere suas características distintas, suas relações distintas, seu modo de transmissão e contextualização” (BERNSTEIN, 1990; p. 244).

O outro movimento que faremos é compreender o processo de aquisição: de um lado, há o texto privilegiante e na outra ponta o sujeito pedagógico, resultado do encontro de três forças distintas: a prática pedagógica oficial – responsável pela reprodução -, a prática pedagógica local – podendo ser de resistência ou reprodução - e contexto primário do sujeito (família, grupo de colegas e comunidade). É deste cenário de conflitos e relações que o sujeito pedagógico é produto, e a partir disso que ele entra em contato com o texto privilegiante. No caso deste trabalho, podemos pensar o Youtube como mais um contexto primário do sujeito pedagógico que, em relação com as outras duas práticas pedagógicas, produz um posicionamento específico deste sujeito ao texto privilegiante.

A partir dessa digitalização, tanto um novo contexto primário entrou em jogo – Youtube -, quanto uma nova forma de texto privilegiante apareceu como central para as relações de ensino e aprendizagem – os vídeos. Neste sentido, o potencial significativo pedagógico dos vídeos do Youtube – entendido como textos privilegiantes – passam pelo dispositivo pedagógico e suas regras para circularem na forma de comunicação pedagógica – salas de aulas virtuais. Analisar este novo conjunto de textos é a proposta deste trabalho. Isto posto, cabe o questionamento: como esse modelo de análise se aplica aos vídeos no Youtube?

A incursão prática, conduzida pelo arcabouço teórico acima descrito, deram alguns resultados. Foi possível identificar categorias de produtos audiovisuais sobre as Ciências Sociais, sendo algumas delas elas: acadêmica, sociologia escolar, assuntos relacionados à política. Destas categorias, realizamos a análise dos vídeos de sociologia escolar. Neste, identificamos a realização do código do dispositivo pedagógico através dos conteúdos, estilo de linguagem e formato dos vídeos. O que nos leva a considerar que a hipótese do nosso trabalho foi verificada como verdadeira, a saber, há uma modificação no código do que poderíamos chamar de um dispositivo pedagógico escolar tradicional em relação ao

código digital, agora fortemente determinado por princípios externos ao campo educacional.

2. O Modelo Teórico de Basil Bernstein: Dispositivo Pedagógico e Recontextualização

A compreensão da educação, para Basil Bernstein (1996), não se limita à análise das relações sociais externas a ela, mas exige o estudo do seu "condutor": a comunicação pedagógica. O dispositivo pedagógico é o mecanismo central que regula essa comunicação. Ele opera através de regras que transformam um "potencial significativo pedagógico" (um currículo, um vídeo) em "comunicação pedagógica".

As regras distributivas são o primeiro nível de análise e definem o que é "pensável e impensável", organizando as práticas pedagógicas para diferentes grupos e níveis de ensino. Elas são moldadas pelas relações entre o Campo Internacional, o Estado, o campo de produção e o campo de controle simbólico.

As regras recontextualizadoras regem o processo de transmissão do discurso pedagógico, dando origem ao discurso propriamente dito. Elas deslocam discursos de seu local de origem e os inserem em novos contextos, transformando-os em "discursos imaginários" e criando espaço para a ideologia. Essas regras diferenciam o discurso instrucional (DI), que transmite competências especializadas, do discurso regulativo (DR), que estabelece ordem, relações e identidades. O processo de descontextualização e recontextualização ocorre nos campos recontextualizadores oficial (CRO) e pedagógico (CRP), onde o texto é modificado por seleção, simplificação, condensação e reposicionamento.

Por fim, as regras de avaliação referem-se ao processo de aquisição do discurso pedagógico e estão condensadas no código pedagógico. O código expressa as regras de avaliação, definindo o que é legítimo e ilegítimo na comunicação, e é construído a partir da classificação (que se refere à distribuição de poder e o isolamento entre categorias sociais, gerando uma "voz") e do enquadramento (que regula as práticas comunicativas intra-categorias, moldando a "mensagem"). A sintaxe de geração (classificação) e a sintaxe de realização (enquadramento) são cruciais para a produção de um discurso pedagógico legítimo. O contexto comunicativo (com princípios interativos e localizacionais) é o espaço onde o código se materializa.

3. Os Princípios Dominantes do Dispositivo Pedagógico no Século XXI

Identificamos quatro princípios dominantes que estruturam a gramática do discurso pedagógico na primeira década do século XXI, operando em diferentes dimensões.

3.1. Superávit Comportamental e Colonialismo de Dados (Regras Distributivas)

A era atual do capitalismo, o capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), baseia-se na extração e comercialização de superávit comportamental – dados gerados pela experiência humana, utilizados para aprimorar produtos, mas principalmente para predição e modificação de comportamento. Empresas como o Google (e o grupo GAFAM) são agências do campo de controle simbólico que monopolizam esses recursos discursivos, transformando o comportamento humano em matéria-prima valiosa. O imperativo de extração impulsiona a arquitetura de extração, sustentada por economias de escala, escopo e ação. A sensorização da vida humana e a textualização eletrônica são elementos-chave nesse processo.

Essa lógica se aprofunda com o conceito de colonialismo de dados (Couldry e Mejias, 2019; Kwet, 2017, 2019). A vida humana é apropriada como matéria-prima para lucro, perpetuando o processo histórico de colonialismo⁶³. Os dados são vistos como *terra nullius* ("terra de ninguém") ou "resíduos de dados" (*data exhaust*), livremente capturados e comercializados. As "relações pautadas em dados" (*data relations*) e o "cache social" (*social caching*) são as novas formas de apropriação. As ideologias da conexão, dataficação e personalização, agrupadas sob o termo dataísmo (Dijck, 2017), naturalizam a vigilância e a apropriação, esvaziando o social e promovendo uma quantificação social controlada por empresas. Esses dois princípios — superávit comportamental e colonialismo de dados — organizam as regras distributivas do dispositivo pedagógico do século XXI.

3.2. Performatividade e Conhecimento Governante (Regras Recontextualizadoras)

No âmbito das regras recontextualizadoras, as reformas educacionais brasileiras, como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), estão

alinhadas a uma política educacional global. Essas reformas coadunam com o Movimento Global da Reforma Educacional (GERM) (Sahlberg, 2011), caracterizado pela padronização do ensino, foco em habilidades básicas, ensino voltado a resultados predeterminados, importação de ideias corporativas, responsabilização baseada em testes e controle do processo educativo.

Esses princípios se manifestam através da performatividade e do conhecimento governante (Ball, 2020). A performatividade refere-se a um currículo neoliberal que atua sobre os indivíduos, valorizando eficiência, aperfeiçoamento, responsabilidade individualizada e automaximização, promovendo uma "happycracia" (Cabanas e Illouz, 2022) que escamoteia o individualismo exacerbado. O conhecimento governante é o conhecimento técnico e quantificativo do processo educativo, que assume proeminência na construção do currículo neoliberal, sendo negociado por uma nova rede política de caráter global (empreendedores de políticas individuais, nova filantropia e *edu-businesses*). A BNCC, com sua ênfase em competências e habilidades, e o NEM, com a diluição de disciplinas e a flexibilização curricular, são vistos como a materialização de um modelo de desempenho que se alinha a esses princípios.

3.3. Plataformização e Perfilagem (Regras Avaliativas e Código Digital)

O código pedagógico do século XXI, que condensa as regras avaliativas, é caracterizado pela emergência de um código digital. Este código passa pela compreensão da plataformização (Srnicek, 2016) e da sociedade de plataforma (Dijck, Poell e Waal, 2018), que redefinem o enquadramento do discurso pedagógico. Plataformas digitais são infraestruturas que intermediam interações, exibem tendências de monopólio, usam subsídio cruzado e possuem uma arquitetura central que controla as possibilidades de interação, exercendo, assim, uma agência significativa. Elas codificam a realidade de acordo com seus próprios critérios, moldando o comportamento dos usuários e dos produtores de conteúdo.

A classificação, que define a "voz", também é reconfigurada por um novo padrão de subjetividade: a perfilagem (*profiling*) (Bruno, 2013). Diferente da classificação baseada na divisão social do trabalho, a perfilagem constrói identidades fluidas a partir de rastros digitais (cliques, tempo de tela, buscas, etc.) e dados estáveis/móveis. A extimidade (Sibilia, 2016) — a exteriorização da intimidade nas telas e redes sociais — valoriza a

aparência corporal e a visibilidade, fazendo com que a subjetividade seja construída para e a partir do exterior; sujeita a um "tempo presente" perpetuado e a uma constante necessidade de atualização. Isso resulta em uma classificação fraca (C-), com fronteiras difusas entre categorias identitárias, mas uma classificação forte (C+) na definição da posição frente à plataforma (consumidores ou programadores).

Esses princípios do código digital (superávit comportamental, colonialismo de dados, performatividade, conhecimento governante, plataformização e perfilagem) atuam na estruturação da gramática do discurso pedagógico do século XXI.

4. Metodologia: Desvendando as Ciências Sociais no YouTube

A pesquisa enfrentou o desafio da "black box society" (Pasquale, 2015), onde o funcionamento dos algoritmos das plataformas é mantido em segredo comercial. Para contornar essa opacidade, a metodologia se baseou em um tripé teórico:

1. Tecnografia (*technography*) (Bucher, 2016): Observar e descrever as tecnologias como uma interação entre diversos atores, não exigindo conhecimento de programação.

2. Imaginário Algorítmico (*algorithmic imaginary*) (Bucher, 2017): Compreender as percepções dos usuários sobre o funcionamento dos algoritmos, que, mesmo superficiais, moldam suas ações.

3. Fofoca Algorítmica (*algorithmic gossip*) (Bishop, 2019): Reconhecer o conhecimento técnico informal que os produtores de conteúdo adquirem sobre os algoritmos através de conversas e experiências.

4. Algoritmicamente Identificável (*algorithmically recognizable*) (Gillespie, 2018): Observar como os usuários adaptam seu comportamento para se encaixar nos critérios dos algoritmos e atingir seus objetivos.

A estratégia de pesquisa envolveu a seleção de 100 vídeos do YouTube relacionados às Ciências Sociais. Primeiramente, realizou-se uma decupagem conceitual de livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018, resultando em 563 termos. Dez desses termos foram selecionados aleatoriamente (ex: "Marx e a teoria da acumulação", "Formas de dominação", "Antropologia estrutural", "Mundo do trabalho", "Ritos de passagem", "Força de trabalho") e utilizados para buscar os 50 vídeos mais relevantes em cada

categoria no YouTube Data Tools. A análise concentrou-se nos primeiros 10 vídeos de cada busca que tivessem relação com Ciências Sociais/Sociologia escolar, totalizando 100 vídeos analisados. Os vídeos foram categorizados em tipos ideais: Escola Simulada, Montagem Audiovisual, Vlog Explicativo/Opinativo, Vídeos Animados, Transmissões ao Vivo, Vídeos Institucionais, Humorísticos e Musical.

5. Resultados da Análise dos Vídeos do YouTube

Para exemplificar como a análise foi realizada, descreveremos um dos termos pesquisados, a saber, “Marx e a teoria da acumulação”.

Conforme foi dito anteriormente, a partir da lista de conceitos oriundos dos livros didático, pudemos observar que existem aqueles que são mais genéricos (ou seja, podem estar presentes em mais de uma área do conhecimento), e outros mais restritos (portanto, específicos de uma certa área). Essa distinção também é percebida na teoria de Bernstein (1996), uma vez que há uma classificação forte e uma fraca que define as fronteiras entre os diferentes tipos de conhecimento. Neste sentido, o primeiro termo é característico de uma classificação forte, visto que a “teoria de acumulação” em questão é a de Karl Marx. Assim sendo, esperávamos encontrar vídeos que específicos das áreas de Ciências Sociais, em particular, a Sociologia clássica, Economia Política e Sociologia Escolar. Abaixo estão relacionados os vídeos encontrados a partir do termo em questão.

Quadro 1 – Vídeos encontrados no Youtube com o termo “Marx e a teoria da acumulação”

Nome do Canal	Ano de criação do canal	Título do vídeo	Data de publicação	Minutagem	Tipos ideais dos vídeos no YT
Ubiratangeo Professor	2006	Teoria da Acumulação: David Harvey, Karl Marx, Geografia Crítica e Marxismo	11/06/2020	2m45s	Montagem audiovisual
Prof:Sergio Mauricio Mauricio	2017	5 Aula1D Sociologia. Teoria da Acumulação de Marx.	25/08/2020	14m48s	Escola Simulada
JOEL BASTOS	2016	SOCIOLOGIA aula 03. Karl	06/04/2021	33m02s	Escola Simulada

		Marx e a Teoria da Acumulação			
JOEL BASTOS	2016	Sociologia - Karl Marx e a Teoria da Acumulação. aula 03. vídeo 1	06/04/2021	2m1s	Escola Simulada
TV Boitempo	2009	O que é ACUMULAÇÃO PRIMITIVA? #LéxicoMarx com Virgínia Fontes	18/05/2020	17m11s	Vídeos institucionais
Orientação Marxista	2018	A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL O CAPITAL DE MARX: Livro I Caps. 21-23 VID #13	03/06/2021	2h50m26s	Transmissões ao vivo
Róber Iturriet Avila	2009	Karl Marx (1818 - 1883) III - lei geral de acumulação - aula	03/06/2021	41m32s	Transmissões ao vivo
geo ilustrada	2020	Karl Marx - TRABALHO, MAIS VALIA, VALOR DE USO E DE TROCA E ALIENAÇÃO (Teorias Resumo)	02/11/2021	6m23s	Vídeos animados
Diacrônico História, Sociologia e Filosofia	2020	Surgimento do capitalismo para Marx Acumulação primitiva de capital	02/06/2021	20m56s	Vlog Explicativo/Opinativo
Descomplica	2009	KARL MARX - Filosofia Mapa Mental Quer Que Desenhe	01/12/2020	7m33s	Vídeos animados

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir deste quadro, podemos identificar alguns elementos que sugerem a existência de padrões nos conteúdos de Ciências Sociais no Youtube, mediadas pelo código digital.

Os três vídeos desta lista que se encaixam no tipo ideal “Escola Simulada” estão publicados em dois canais de professores que podem ter sido criados especificamente no contexto da pandemia, naquela janela de oportunidades que a pandemia da Covid-19 possibilitou para a recontextualização digital da educação no Brasil. Notamos, ao analisar os vídeos, que ambos os professores transferem o modo de expressar o conteúdo da sala de aula na escola para a sala de aula no digital, ou seja, utilizam dos princípios interativos do contexto comunicativo escolar no contexto comunicativo Youtube. Há uma tentativa emergencial de transferir os princípios interativos de um contexto para outro. O tempo de explicação, os exemplos, e uma certa dificuldade no manejo dos aparatos tecnologias e desenvoltura com a gravação indicam essa recontextualização.

Os vídeos do canal “JOEL BASTOS” possuem a estética de sala de aula, onde o professor se posiciona à frente de um quadro branco enquanto realiza a exposição do conteúdo. Entre um momento e outro da fala, o professor está de costas para a câmera e preenche o quadro branco com informações referentes ao conteúdo. Notamos que o professor utiliza tópico e breves citações no quadro para conduzir a explicação bem como para pontuar e reforçar o que foi falado. Observe que um dos vídeos do canal “JOEL BASTOS” possui mais minutagem que outro; isso acontece porque o segundo vídeo do canal é apenas um encerramento da aula. Neste vídeo em específico (Sociologia - Karl Marx e a Teoria da Acumulação. aula 03. vídeo 1), o professor se aproxima da câmera de modo a tentar enxergar quanto tempo de gravação ainda resta para a aula. Por mais simples que esse ato seja, ele indica a falta de familiaridade com as ferramentas disponíveis para a realização daquela prática pedagógica – este trecho poderia ser cortado, ou ele poderia ter utilizado o celular para marcar o tempo etc.

Como discutimos anteriormente, a brecha encontrada para a digitalização da educação foi a pandemia de Covid-19. Pela urgência, muitos optaram por replicar o que faziam em sala de aula, ou seja, exposição oral acompanhada de anotações – quadro branco, quadro negro, apresentações digitais etc. Contudo, este formato não está deslocado do digital. Nos testes metodológicos encontramos canais com foco em vestibulares e o ENEM que lançam mão deste modelo de vídeo (Escola Simulada) para

trabalhar os temas e conceitos selecionados, sendo eles: Brasil Escola¹⁹, ProEnem – Enem 2023²⁰, Curso Enem Gratuito²¹ e Descomplica²². A partir do referencial teórico mobilizado por esta tese, podemos levantar a hipótese de uma “fofoca algorítmica” para escolher qual o formato de vídeo seria mais relevante para a prática docente. Na falta de uma capacitação, muitos professores e professoras seguiram aquilo que já estava posto no contexto comunicativo Youtube.

Outro tipo ideal que se repete neste resultado de busca é o de “Transmissões ao vivo”. São dois canais que sediam vídeos deste formato, “Orientação Marxista” e “Róbert Iturriet Avila”. A especificidade dessa categoria é a minutagem dispendida na exposição de um tema ou conteúdo, que costuma ser maior do que a média. A estética é bem semelhante: ambos deixam as câmeras dos seus rostos, em plano médio, no canto da tela, pois a maior parte da tela é preenchida com uma apresentação (feita em *PowerPoint* ou software semelhante). Já a linguagem utilizada é distinta daquela dos vídeos de “escola simulada”.

O vídeo “A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL | O CAPITAL DE MARX: Livro I Caps. 21-23 VID #13” compõe uma playlist de um curso de leitura da obra de Karl Marx, especificamente a obra “O Capital”. Assim sendo, por mais didático que o criador seja, há um código elaborado de um currículo de coleção conduzindo a exposição do conteúdo. No vídeo de apresentação do canal, o criador (Gustavo Machado), deixa claro que o objetivo do canal é “apresentar rigorosamente o pensamento de Marx e da tradição marxista”, portanto, a apresentação preparada por ele possui citações diretas da obra. As citações são lidas e explicadas por ele, contudo, a linguagem ainda é distinta da categoria de vídeos anteriores.

Seguindo uma premissa semelhante, o vídeo “Karl Marx (1818 - 1883) III - lei geral de acumulação – aula” também é a continuidade de uma série de vídeos sobre o autor. O criador (Róber Iturriet Avila, professor de economia da UFRGS) lança mão de uma apresentação com fórmulas e citações retiradas do livro *O Capital*, combinada com exemplos e explicações alongadas sobre cada elemento do conteúdo selecionado.

Diferente dos vídeos da categoria “Escola Simulada”, estes relevam um domínio dos criadores dos princípios interativos do contexto comunicativo Youtube. Mesmo que a

¹⁹ <https://www.youtube.com/@brasilescola>

²⁰ <https://www.youtube.com/@ProENEMOficial>

²¹ <https://www.youtube.com/@CursoEnemGratuito>

²² <https://www.youtube.com/@descomplica>

linguagem não esteja focada em uma performance algoritmicamente identificável para “viralizar”, ambos demonstrar compreender qual voz e a forma da mensagem cabível no digital.

Do mesmo modo estão os vídeos reunidos nas categorias “Vídeos animados”, “Vlog Explicativo/Opinativo” e “Montagem audiosivual”. São formatos totalmente distintos, mas ambos demonstram conhecer o princípio interativo e localizacional do Youtube. Os “vídeos animados” são aqueles que se propõe a resumir algum conteúdo de maneira didática e visual. Muitos vídeos deste tipo utilizam a técnica de mapas mentais para organizar os desenhos/ilustrações com a narração/explicação do tema ou conceito. A minutagem é curta, de no máximo 10 minutos, por isso a exposição é curta e direta, apostando em esquemas para facilitar a memorização. Contudo, os vídeos em questão possuem diferenças importantes.

O vídeo “Karl Marx - TRABALHO, MAIS VALIA, VALOR DE USO E DE TROCA E ALIENAÇÃO (Teorias Resumo)” do canal geo ilustrada mistura desenhos feitos à mão em uma mesa digitalizadora com inserções de desenhos vetoriais digitais. Todos os desenhos procuram enfatizar a explicação, inclusive o criador do canal escreve breves textos que ajudam na compreensão do conteúdo. Para dar conta de desenhar todo o roteiro previsto, os desenhos são separados de acordo com os conceitos que estão sendo explicados pela voz que narra e, por isso, muitas vezes, alguns desenhos são apagados. O vídeo faz uso de memes (sonoros) para chamar a atenção para um conceito em específico, o que demonstra um domínio dos princípios interativos e de enquadramento do contexto comunicativo. Um elemento presente no vídeo é a ressalva que o narrador faz, ao longo da explicação, de que ele está fazendo um esforço para simplificar os conceitos apresentados. Há, portanto, uma consciente ação recontextualizadora dos conteúdos ali trabalhados. Inclusive, na descrição do vídeo, há uma indicação de artigo científico sobre o tema e, ao clicar no link, somos levados para um arquivo com anotações de leituras realizada pelo criador do canal. Novamente, percebemos a habilidade em deslocar os conceitos e conteúdos entre contexto comunicativos e, portanto, manipular códigos distintos.

Já o vídeo “KARL MARX - Filosofia | Mapa Mental | Quer Que Desenhe” do canal Descomplica utiliza apenas desenhos vetorizados para compor o mapa mental sobre o tema em questão. Há, portanto, um gasto de tempo maior e exige mais habilidade com os aparatos tecnológicos do que o formato de vídeo anterior. A edição de um vídeo neste formato é muito mais demorada, leva mais tempo e precisa de mais pessoas envolvidas no

processo. Não é por acaso que o canal Descomplica é um dos maiores do Youtube quando o assunto é educação. São mais de 4,17 milhões de inscrito (em 15 de março de 2023), somando mais de 311 milhões de visualizações em todos os vídeos do canal. De propriedade de Marco Fisbhen, o Descomplica é um ambiente virtual de aprendizagem²³, onde é possível fazer cursos pré-vestibulares até pós-graduação. O canal no Youtube é a porta de entrada gratuita para conhecer os outros serviços pagos da empresa – o que remete as características das plataformas apresentadas por Srnicek (2016), a saber, o subsídio cruzado.

O vídeo em questão propõe apresentar os principais conceito de Karl Marx, por isso, separada com cores diferentes um, deixando o mapa mental com uma estética própria e que se repete em outros vídeos deste tipo do canal. Ainda é possível baixar o mapa mental completo gratuitamente, conforme as orientações dadas na descrição do vídeo. Pelo seu tamanho na rede, muitos estudantes e professores recorrem aos conteúdos do canal e, conforme afirmamos anteriormente, seguem os modelos e padrões dos vídeos postados. Um deste modelos é a série “Quer Que Desenhe” do canal que é composta por vídeos do formato que estamos descrevendo. É uma forma de compreender o algoritmo, imaginando como é possível se torna identificável por ele.

A categoria “montagem audiovisual” foi representada pelo vídeo “Teoria da Acumulação: David Harvey, Karl Marx, Geografia Crítica e Marxismo” do canal Ubiratangeo Professor. O vídeo, ao que nos parece, é uma amostra grátis de aulas completas que o criador do canal oferece a partir de um site destinado para esse fim²⁴. Feito a partir da técnica da “voz em off” (narração) e fotos digitais, o vídeo possui breves tópicos sobre o assunto com citações e referências diretas ao autor tomado como base do debate. Apesar de curto, o criador do canal demonstra compreender os princípios interativos do Youtube a ponto de orientar os seus potenciais estudantes para um outro espaço digital, no qual ele consiga “controlar” de maneira mais eficiente a entrega de conteúdos, as visualizações, a interação. Neste deslocamento, há mudanças nos princípios localizacionais, visto que o contexto comunicativo é outro. Por ser curto e apresentar essa intenção de direcionamento dos estudantes, não há muito o que pontuar sobre o conteúdo do vídeo em questão.

²³ <https://descomplica.com.br/home/b/>

²⁴ <https://www.geografiaonline.com.br/>

Diferentemente é o caso do vídeo “Surgimento do capitalismo para Marx | Acumulação primitiva de capital” do canal Diacrônico | História, Sociologia e Filosofia criado pelo professor Munís Pedro Alves. Neste caso, temos um ótimo exemplo da categoria “vlog explicativo/opinativo”, que é o formato clássico do Youtube. Nele, a pessoa posiciona a(s) câmera(s) digital(is) para captar o seu rosto em plano médio, centralizado ou mais à direita ou esquerda da tela. Ao fundo, algo neutro como livros, os móveis do quarto, iluminações leves, ou até *chroma key* (fundo verde). A minutagem do vídeo depende do estilo do criador de conteúdo, porém, costumam ser maiores do que cinco minutos. Alguns vídeos possuem vinheta de abertura, outros optam por deixar uma música de fundo enquanto falam, há também aqueles que inserem informações gráficas digitais na tela (como letreiros, imagens, trechos de vídeos). Nesse formato de vídeo, a fala, o embasamento demonstrado pelo criador sobre o assunto, o carisma, a estética, e a qualidade da gravação e edição são relevantes.

No vídeo do professor Munís, todos esses elementos aparecem. Ele utiliza mais de vinte minutos para fazer uma descrição detalhada sobre o assunto e dividindo o tema em tópicos. A exposição é acompanhada de informações gráficas na tela. Na descrição do vídeo, o professor cita os textos acadêmicos de referência que utilizou para elaborar o roteiro, demonstrando a importância do rigor científico – e indica a compreensão da recontextualização do saber. Ao escolher este formato de vídeo, o criador, a partir do imaginário algorítmico, busca ser algoritmicamente identificável a partir dos princípios interativos da plataforma, sabendo manipular as regras de reconhecimento e, portanto, moldar a mensagem de acordo com a sintaxe de realização do Youtube. Ao nosso ver, este formato é um dos mais desafiadores, pois está depositado apenas na capacidade do criador de dominar estes princípios e o conteúdo que está debatendo.

Por fim, temos a última categoria “vídeos institucionais” ilustrada pelo vídeo O que é ACUMULAÇÃO PRIMITIVA? | #LéxicoMarx com Virgínia Fontes do canal TV Boitempo. A Editora Boitempo foi fundada em 1996 por Ivana Jinkings e é especializada na publicação de pensadores nacionais e internacionais de esquerda. Ela é conhecida também pela publicação dos livros de Karl Marx, principalmente O Capital, obra máxima do autor. Já o canal da editora foi criado em 2009 e as publicações variam entre seminários, entrevistas com autores e pensadores de relevância acadêmica, minicursos, aulas abertas, podcasts, transmissões ao vivo, lançamentos de livros e etc. O canal, portanto, é uma ação estratégica da editora de divulgação do trabalho, mas também de compartilhar o conhecimento e, por

isso, é um esforço de recontextualização. O código que organiza o dispositivo pedagógico do campo literário não é o mesmo código digital. Neste sentido, ao publicarem vídeos no Youtube, é necessária uma outra prática comunicativa, outras regras de realização porque há um novo tipo de mensagem. Mesmo que os princípios de classificação ainda estejam fortes e presentes nas publicações, visto que a editora se afirma como uma das referências nas publicações de esquerda no Brasil, o grau de isolamento, bem como as regras de reconhecimento podem interferir na voz estabelecidas nos vídeos.

É o caso do vídeo encontrado na pesquisa, no qual uma entrevistada fala sobre o conceito de acumulação primitiva. Compondo a série de vídeos intitulados “#LéxicoMarx” – nos quais são tratados de conceitos essenciais na obra marxiana -, Virgínia Fontes, historiadora, versa sobre o conceito de forma didática, contudo ainda com um forte grau de isolamento e com um código elaborado bem definido das Ciências Sociais. Ao longo da exposição, são inseridos pequenos vídeos de páginas sendo folheadas do livro *O Capital*, uma vinheta de abertura e nada mais. Ou seja, mesmo que esteja em um contexto comunicativo no qual os princípios interativos são ditados pela performatividade dinâmica, porosa, sobreposta, a escolha é por uma edição mais sóbria, séria e tradicional. Ao nosso ver, os “vídeos institucionais” se apresentam como resistência de um discurso pedagógico frente ao domínio de um outro código estruturante do discurso.

A essa primeira aproximação aos conteúdos de Ciências Sociais no Youtube foi suficiente para revelar que as hipóteses levantadas ao longo dos capítulos anteriores se apresentam de maneira parcial. Há, como vimos, características próprias do código digital que são externalizadas nos vídeos analisados. Contudo, ainda faltam elementos para compreender se essa mudança de código é tamanha a ponto de transformar, radicalmente, os conteúdos. Ao que nos parece, ainda os vídeos encontrados são vestígios de um currículo de coleção, com classificação e enquadramentos fortes, transmitidos a partir de um código elaborado. Veremos como isso se desenvolve nos próximos resultados de pesquisa.

6. Discussão e Conclusão: Onde Atua o Código Digital?

Concluimos que a hipótese inicial sobre o esvaziamento científico e o teor de entretenimento dos vídeos de Sociologia no YouTube se mostrou parcial. A Sociologia veiculada na plataforma mantém, em grande parte, o rigor científico e o estilo didático da

Sociologia escolar tradicional, atuando como uma espécie de "memória viva" de um currículo de coleção que está sendo desmantelado na educação básica brasileira. Apenas o foco em ENEM e vestibulares se confirmou como um padrão predominante.

O achado mais significativo da pesquisa é que os princípios dominantes do código digital (capitalismo de vigilância, colonialismo de dados, performatividade e conhecimento governante) não atuam diretamente na alteração do *conteúdo científico* dos vídeos do YouTube, mas sim na *reformulação do currículo* em nível político.

As reformas educacionais brasileiras, como o Novo Ensino Médio (NEM) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), são o principal *locus* de atuação desses princípios. O NEM, com sua fluidez curricular, diluição de disciplinas e a proposta de itinerários formativos, assemelha-se aos critérios de perfilagem das plataformas digitais, impondo um conhecimento governante externo e um currículo integrado e genérico em detrimento de um currículo de coleção. Exemplos como a obrigatoriedade da disciplina de Educação Financeira no Paraná, com sua lógica individualizante e performativa, e o uso de ferramentas como o LRCO (Livro Registro de Classe On-line) que promove a dataficação e vigilância da vida escolar, demonstram a materialização desses princípios.

A recente discussão sobre a revogação do NEM, impulsionada por movimentos sociais e estudantes, é um claro exemplo de como a disputa pelo currículo é, em essência, uma luta de classes. Grupos empresariais e instituições filantrópicas que financiaram e promoveram essas reformas continuam defendendo sua manutenção, atribuindo falhas à "má implementação" por parte dos educadores.

Nesse cenário, plataformas como o YouTube já começaram a se alinhar às mudanças propostas pela BNCC e pelo NEM, como evidenciado pela formação "A reformulação do YouTube Edu: o trabalho da UNESCO e as etapas do projeto". Isso sugere que, a curto prazo, os algoritmos podem favorecer vídeos alinhados ao currículo integrado do NEM, e a longo prazo, pode haver uma diminuição da visibilidade de vídeos com classificação forte, resultando no eventual "desaparecimento" de um retrato das Ciências Sociais no YouTube que a tese conseguiu capturar.

Em suma, a plataformização e o código digital não apenas transformam as relações comunicativas, mas se inserem profundamente na gramática do dispositivo pedagógico, determinando os rumos do currículo e da formação dos indivíduos. É uma luta contínua por um currículo voltado para a emancipação, qualidade e gratuidade para todos.

Referências

- ALVES NETO, Henrique Fernandes. **As Ciências Sociais no complexo internético: um estudo de recontextualização nos vídeos do Youtube**. 2023. 221f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2023.
- BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa : UEPG, 2020.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BISHOP, Sophie. Managing visibility on YouTube through algorithmic gossip. **New media & society**, v. 21, n. 11-12, p. 2589-2606, 2019.
- BRUNO, Fernanda. **Máquina de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BUCHER, Taina. Neither Black Nor Box: Ways of Knowing Algorithms. In: Kubitschko, Sebastian; Kaun, Anne (orgs.) **Innovative Methods in Media and Communication Research**. Palgrave Macmillan, Cham, 2016.
- _____. The algorithmic imaginary: Exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information, communication & society**, v. 20, n. 1, p. 30-44, 2017.
- CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia – fabricando cidadãos felizes**. São Paulo : Ubu Editora, 2022.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.
- DIJCK, José van. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59.
- DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martjin de. **The platform society**. New York: Oxford University Press, 2018.
- GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.
- KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, v. 60, n. 4, p. 3-26, 2019.
- KWET, Michael. Operation Phakisa Education: Why A Secret? Mass Surveillance, Inequality, and Race in South Africa's Emerging National E-Education System. **SSRN**, dez., 2017.

PASQUALE, Frank. **The black box society: The secret algorithms that control money and information**. Harvard University Press, 2015.

SAHLBERG, Pasi. The fourth way of Finland. **Journal of educational change**, v. 12, n. 2, p. 173-185, 2011.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

_____. **Platform capitalism**. Malden, MA: Polity Press, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humana no nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Capítulo 4
TRABALHAR COM JUSTIÇA, VIVER COM SAÚDE? SAÚDE
MENTAL E SUPORTE ORGANIZACIONAL NO MINISTÉRIO
PÚBLICO NO ESTADO DO CEARÁ

Andrea Cristina Fermiano Fidelis
Amanda Maria Saturnino De Andrade Dantas
Nilton Soares Formiga

**TRABALHAR COM JUSTIÇA, VIVER COM SAÚDE? SAÚDE MENTAL E
SUPORTE ORGANIZACIONAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DO
CEARÁ**

Andrea Cristina Fermiano Fidelis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0089-3681>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Natal, Brasil

E-mail: acris.fidelis@gmail.com

Amanda Maria Saturnino De Andrade Dantas

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9093-2298>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Natal, Brasil

E-mail: amanda.andrade@mpce.mp.br

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Natal, Brasil

E-mail: nsformiga@yahoo.com

RESUMO

Partiu-se do entendimento de que o trabalho pode promover saúde ou adoecimento, conforme a combinação de demandas, recursos e fatores psicossociais. investigou a relação entre trabalho, suporte organizacional percebido (SOP), qualidade de vida (QV) e saúde mental (ansiedade, depressão e estresse) em técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará, considerando as diretrizes OMS/OIT (2022) e a Resolução nº 265/2023 do CNMP. Participaram 30 técnicos (29–52 anos; M = 35,82; DP = 14,71), 55% mulheres, 64% casados, 63% graduados em Direito e 88% com especialização. A maioria trabalha manhã e tarde (94%). Quanto às condições laborais, 70% relataram acúmulo de trabalho e 85% referiram dores corporais associadas; 62% não



recorreram a tratamento psiquiátrico e 64% não fizeram/fazem psicoterapia. Em contrapartida, 88% realizam atividade física, sendo 70% três ou mais vezes por semana. Os instrumentos do suporte organizacional (SOP), qualidade de vida (QV) e transtorno emocional comum apresentaram boa confiabilidade. Nas regressões múltiplas (método Enter), o SOP não apresentou efeito preditivo significativo sobre ansiedade, depressão ou estresse. A QV foi a variável mais relevante: maior QV predisse, de forma negativa, menores níveis de ansiedade, depressão e estresse, ainda que nem todas as dimensões fossem consistentes em todos os desfechos. Na mediação, o SOP não influenciou a QV, mas a QV manteve efeito protetivo, reforçando a prioridade de políticas de QV e gestão de demandas alinhadas ao CNMP. Isso sugere intervenções sistemáticas: revisão de cargas, ampliação de recursos, apoio psicossocial, ações de QV, monitoramento contínuo e avaliação de resultados.

Palavras-chave: Suporte Organizacional, Qualidade de Vida, Ansiedade, Depressão, Estresse, Mediação.

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma parte essencial da vida humana, sendo influenciado pela sociedade e pelas suas constantes transformações. Essa atividade, à qual o indivíduo dedica grande parte de sua existência, paralelamente tem ocasionado experiências de produção de sofrimento e adoecimento (Lima, 2004; Lima, 2025).

Para Dejours, Dessors e Desriaux (1993), o trabalho poder gerar desgastes, é um fator substancial para o desenvolvimento e equilíbrio humano, de modo que o impacto na saúde mental não depende somente da natureza da atividade realizada, mas sim das condições em que este trabalho é desempenhado. Neste sentido, o sofrimento no contexto laboral é desencadeado pela percepção do trabalhador de não conseguir atender às demandas impostas pela estrutura organizacional, pelo temor em não satisfazer exigências como: cumprimento de horários, ritmo de produção, formação técnica, informação, processos de aprendizagem, nível educacional, capacitação, experiência prática e rapidez na obtenção de conhecimentos teóricos e operacionais (Dejours, 2007; 2017; Toledo, Guerra, 2009).

Seligmann-Silva (2011) revela uma peculiar relação entre trabalho e adoecimento mental, principalmente, quando se relaciona às transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as marcas da precarização total que atingem não apenas os processos de trabalho, mas avançam para os campos da vida familiar, dos vínculos

interpessoais, do lazer e da participação social, atingindo a sociabilidade humana como um todo.

Segundo Glina *et al.* (2001), a correlação de causa e efeito entre o trabalho e o adoecimento está intrinsecamente associada à análise da situação de trabalho e ao ambiente organizacional, bem como pela forma como os indivíduos percebem a influência das relações laborais no processo de adoecer. Para Franco *et al.* (2010), a precarização manifesta-se por meio de exigências intensificadas, como ritmos acelerados de produção e crescente competitividade, além de lacunas nos mecanismos de prevenção e responsabilização frente a acidentes ocupacionais. Soma-se a isso a escassez de reconhecimento e valorização social, o enfraquecimento dos vínculos profissionais, a descontinuidade nas trajetórias laborais e a naturalização de desigualdades estruturais, dentre outras características que deterioram as condições de trabalho, podendo desencadear processos de adoecimento tanto físico quanto mental.

Diante desta perspectiva, observa-se que a reestruturação implementada no setor público nos últimos anos, orientada pela excelência na avaliação dos processos e atendimento ao usuário/cidadão, tem introduzido formas sutis, porém significativas, de sofrimento no ambiente de trabalho. Conforme apontado por Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), os transtornos mentais associados à precarização e à violência têm sido reconhecidos em estudos clínicos e sociais, tanto no Brasil quanto em outros países, constituindo um eixo central das pesquisas em Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) e em sua relação com a violência decorrente da precarização social e do trabalho.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020) tem destacado os riscos psicossociais como uma das principais preocupações contemporâneas no campo da saúde e segurança ocupacional, especialmente diante das transformações tecnológicas, sociais e econômicas que reconfiguram o mundo do trabalho.

Segundo Sauter e Hurrell (2017; Formiga, Paula, Silva, 2022; Formiga, Oliveira et al., 2025), os fatores de risco psicossociais no trabalho referem-se às condições do trabalho que podem resultar no estresse e estão associadas aos aspectos do contexto laboral, tais como: ao conteúdo das tarefas, ao clima e cultura organizacional, às relações interpessoais e ao desenho dos postos de trabalho. Assim, diversamente dos riscos psicossociais, que dizem respeito aos danos em si, os fatores de risco correspondem aos

elementos que ampliam a probabilidade de ocorrência destes danos (Rodrigues, Faiad, Facsas, 2020).

Para Bouffartigue (2012) o aumento da intensidade dos ritmos produtivos, aliado à fragmentação das tarefas, comprometem os espaços de cooperação e reconhecimento no ambiente de trabalho, os quais são elementos fundamentais para a construção de sentido no trabalho. Buscando uma melhor delimitação dos fatores de risco psicossociais, os autores Ahumada e Martínez (2011) sugerem uma classificação desses fatores com base em sua natureza, distribuídas em sete categorias: 1) desempenho profissional; 2) direção; 3) organização e função; 4) tarefas e atividades; 5) meio ambiente de trabalho; 6) jornada de trabalho; e 7) organização e contexto social. Estas categorias, por si só, não constituem fatores de riscos, mas dependem da forma como o trabalhador vivencia tais fatores no ambiente laboral.

De forma geral, os fatores de risco psicossociais estão profundamente vinculados à dinâmica da interação entre os indivíduos e o ambiente de trabalho em que estão inseridos. Esses fatores englobam vários aspectos, incluindo o desempenho profissional, o grau de autonomia e controle sobre as atividades, a organização dos processos de produção, a jornada e a intensidade de trabalho, além das características organizacionais e das influências do ambiente interno e externo onde funcionam as organizações (Veloso Neto, 2015; Patrício, Vieira, Aparício, Roberto, Almeida, 2023; Jesus, Silva, Cruz, 2024),

De tal modo, vislumbra-se que os elementos ligados ao ambiente, à estrutura da organização, à natureza e condição do trabalho, às oportunidades de crescimento profissional, ao equilíbrio entre vida pessoal e trabalho, ao envelhecimento da força de trabalho, bem como a precarização e insegurança das relações de emprego, são hoje vistas como origens de riscos psicossociais (Costa, Santos, 2013).

Segundo Antunes (2018), o panorama global sobre a formação da nova classe trabalhadora da era digital, a qual denominou como o proletariado de serviços. Para os autores, desde a década de 1970, a partir das transformações das configurações que o trabalho vem assumindo, os fatores que favorecem o surgimento dos riscos psicossociais no trabalho passaram a ser reconhecidos como uma preocupação emergente em diferentes contextos e sua importância vem sendo tema de crescente atenção de governos, pesquisadores, organizações e entidades sindicais.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 7º, inciso XXII, o direito fundamental dos trabalhadores urbanos e rurais à

redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio da implementação de normas de saúde, higiene e segurança, estendido aos servidores ocupantes de cargo público, conforme previsto no § 3º do artigo 39 do mesmo diploma legal (Brasil, 1988, art. 7º, inciso XXII, e art. 39, §3º).

Essa previsão constitucional fundamenta a ampliação do conceito de risco laboral, que não se limita aos aspectos físicos, químicos ou biológicos, mas abrange também os riscos psicossociais, cuja relevância tem sido progressivamente reconhecida pelas normativas nacionais, como é o caso da edição da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualizada por meio da Portaria nº 1.419/2024, a qual passou a incluir de forma explícita os fatores de trabalho como elementos integrantes do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

A nova redação da NR-01 prevê aos empregadores a responsabilidade de identificar e avaliar os impactos dos riscos psicossociais sobre a saúde dos trabalhadores, independentemente do porte da organização. Além disso, orienta a elaboração de planos de ação que contemplem medidas preventivas e corretivas, como a reorganização das atividades laborais e o aprimoramento das relações interpessoais, bem como estabelece a necessidade de monitoramento contínuo das ações implementadas, com vistas à avaliação de sua eficácia e à realização de ajustes sempre que necessário (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

O documento técnico complementar à norma apresenta sete dimensões exemplificativas dos riscos psicossociais: organização do trabalho, relações interpessoais, reconhecimento e recompensas, suporte organizacional, justiça organizacional, ambiente físico e comunicação, e trabalho remoto e isolamento. Essas dimensões abrangem aspectos estruturais e subjetivos que influenciam diretamente o bem-estar dos trabalhadores, sendo fundamentais para a formulação de políticas preventivas e de promoção da saúde (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

Essa evolução normativa representa um avanço significativo na consolidação de uma abordagem mais abrangente e integrada da saúde no trabalho, reconhecendo que o bem-estar psicológico é tão relevante quanto os aspectos físicos e ergonômicos para a promoção de ambientes laborais saudáveis e produtivos.

No contexto específico do Ministério Público (MP), em 2021, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

promoveu a pesquisa nacional “Bem Viver: Saúde Mental no Ministério Público” (CNMP, 2021; 2023), tendo por objetivo a investigação dos fatores psicossociais que afetam a saúde mental de membros e servidores do Ministério Público, especialmente no cenário da pandemia de Covid-19, e, conseqüentemente, subsidiar a construção de políticas institucionais de cuidado e prevenção, contando com a participação de 4.077 respondentes de todo o país, dentre promotores/procuradores (membros) e servidores.

O relatório final da pesquisa revelou dados preocupantes relacionados à saúde mental de seus membros e servidores, destacando que 85,6% dos participantes apresentavam risco aumentado para transtornos mentais, 50,1% relataram experiências de assédio moral e 27,1% sofreram violência psicológica no ambiente de trabalho. Além disso, a pesquisa confirmou que os riscos psicossociais no Ministério Público não são pontuais, mas estruturais, identificando como os principais fatores de risco: a sobrecarga de trabalho e pressão por produtividade, a falta de reconhecimento e apoio institucional, ambientes físicos e tecnológicos inadequados, com baixa empatia e escuta, relações interpessoais conflituosas e ausência de políticas claras de prevenção e acolhimento.

Diante do levantamento abordado em âmbito nacional, ao final da pesquisa foi recomendada a implantação de políticas de prevenção e promoção da saúde mental, a criação de ambientes de convivência e bem-estar, a realização de avaliações psicológicas periódicas, o estabelecimento de canais seguros para denúncia de assédio e violência, além da inserção da temática nos cursos de formação e capacitação. Nesse sentido, torna-se pertinente aprofundar a análise do efeito mediador da qualidade de vida entre o suporte organizacional e os sintomas de ansiedade, depressão e estresse, a fim de contribuir para o avanço das práticas institucionais de cuidado com os servidores públicos.

O conceito de suporte organizacional está fundamentado na percepção dos trabalhadores quanto ao grau de valorização e cuidado que recebem da instituição em que atuam. Essa percepção é influenciada pela tendência dos indivíduos de atribuírem características humanas à organização, o que gera sentimentos de pertencimento e reciprocidade (Rhoades, Eisenberger, 2002). Quando os colaboradores reconhecem que a organização se preocupa com seu bem-estar, desenvolvem um senso de responsabilidade em contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, fortalecendo o vínculo afetivo com o ambiente de trabalho (Silva, 2019).

A Percepção de Suporte Organizacional (PSO), fundamentada na Teoria da Reciprocidade, está diretamente relacionada às expectativas de troca entre indivíduo e organização. Quando os trabalhadores percebem que são valorizados, tendem a retribuir com atitudes positivas, como engajamento e lealdade. Por outro lado, a ausência dessa percepção pode gerar distanciamento e desmotivação (Eisenberger et al., 2001; Andrade et al., 2013).

Dessa forma, Formiga *et al.* (2021; Formiga, Ribeiro, et al., 2025) afirmam que o suporte organizacional, quando associado ao comportamento organizacional positivo, contribui diretamente para o aumento do desempenho, da criatividade, da inovação e de atitudes colaborativas no ambiente de trabalho. Além disso, destacam que o investimento nas capacidades psicológicas dos trabalhadores potencializa comportamentos positivos e fortalece vínculos emocionais no grupo, o que favorece a construção de ambientes laborais mais saudáveis, colaborativos e produtivos.

Portanto, tendo em vista que o suporte organizacional contribui para que os trabalhadores aprimorem suas habilidades e alcancem melhores resultados (Bendassolli, 2012), compreender como os servidores percebem esse suporte é essencial para a formulação de políticas eficazes de promoção da saúde mental e em especial a qualidade de vida dos trabalhadores.

De acordo com Organização Mundial da Saúde (1995), a qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, considerando o contexto sociocultural, os valores predominantes e suas próprias metas, expectativas e preocupações.

Segundo Ogata e Simurro (2019), o conceito de qualidade de vida envolve múltiplas dimensões interdependentes, como saúde física, equilíbrio emocional, relações sociais, ambiente ocupacional, desenvolvimento intelectual, espiritualidade e condições ambientais. Essas dimensões não devem ser analisadas isoladamente, mas de forma integrada, dada a complexidade e a natureza multifatorial do fenômeno.

Para Limongi-França (2004; 2012), a qualidade de vida no trabalho é compreendida como um conjunto de ações que envolvem melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho, visando à promoção do bem-estar físico, psicológico e social dos trabalhadores. Souza, Michelin e Merino (2019), descrevem que a qualidade de vida no trabalho precisa ser analisada com precaução, tendo em vista

que o seu resultado, geralmente, sofre influência do contexto econômico e de alguns outros fatores que já vem sendo estudados há décadas.

Frente a estas concepções de QV, o estudo será embasado no SF-36, o qual, trata-se de uma avaliação da qualidade de vida, com indicadores de consistência interna satisfatória e é um recurso de fácil administração. Com uma proposta multidimensional, avalia oito componentes: Capacidade funcional (com dez itens); Aspectos físicos (quatro itens); Dor (dois itens); Estado geral de saúde (cinco itens); Vitalidade (quatro itens); Aspectos sociais (dois itens); Aspectos emocionais (três itens); Saúde mental (cinco itens); e mais uma questão para a avaliação comparativa do estado geral de saúde atual e a de um ano atrás. Os componentes podem ser agrupados em dois sumários, o físico (Capacidade funcional, Aspectos físicos, Dor e Estado geral de saúde) e o mental (Saúde mental, Aspectos emocionais, Aspectos sociais e Vitalidade) (Ciconelli et al., 1999; Campolina et al., 2011).

Complementando essa perspectiva, Batista, Antunes e Iizuka (2012) ressaltam que o alinhamento entre práticas gerenciais, estruturais e tecnológicas à cultura organizacional, com prioridade absoluta no bem-estar dos colaboradores, é fundamental para fortalecer a qualidade de vida no ambiente profissional. De acordo com Aquino e Fernandes (2013), a perspectiva da qualidade de vida no trabalho deve ser compreendida de forma integrada, considerando simultaneamente a organização e seus colaboradores. Essa abordagem holística busca promover bem-estar e segurança no ambiente laboral, com o objetivo de favorecer a satisfação nas dimensões profissional, pessoal e familiar, além de contribuir para o aumento da produtividade institucional.

Assim, no contexto do serviço público exercido por servidores do Ministério Público, verificar o efeito mediador da qualidade de vida na relação entre suporte organizacional e os sintomas de ansiedade, depressão e estresse, poderá permitir a identificação de pontos críticos e potencialidades de trabalho dos servidores, de modo a contribuir para a formulação de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde e bem-estar no trabalho, consecutivamente, a qualidade de vida do trabalhador.

MÉTODO

Amostra

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritiva e correlacional, realizada em servidores do ministério público no Estado do Ceará.

A definição do tamanho amostral foi realizada por meio do software estatístico G*Power 3.2, utilizado para calcular o poder estatístico, determinando o número de participantes necessário em função do tipo de análise pretendida (Faul, Erdfelder, Lang, Buchner, 2007). Foram adotados os seguintes critérios: nível de significância de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral considerada relevante ($r \geq 0,50$) e poder estatístico desejado de, no mínimo, 80% ($\pi \geq 0,80$). Com base nesses parâmetros, definiu-se uma amostra ideal composta por 30 participantes — homens e mulheres, em servidores do ministério público no Estado do Ceará.

Foram incluídos na amostra os profissionais que atenderam aos seguintes critérios: disponibilidade e interesse em participar da pesquisa, vínculo ativo com seu setor de trabalho, e que completaram integralmente o questionário, sem deixar respostas em branco.

Instrumentos

Os participantes responderam aos seguintes questionários (ver anexo):

A **Escala de Percepção de Suporte Organizacional** (EPSO) é composta por 9 itens (SO1 a SO9), desenvolvida originalmente por Eisenberger *et al.* (1986) e posteriormente adaptada e validada para o contexto brasileiro por Siqueira (1995; Siqueira, Gomide Jr. 2004). A escala tem como objetivo avaliar o grau em que os trabalhadores, inseridos em organizações públicas ou privadas, percebem que sua instituição demonstra preocupação com seu bem-estar. As respostas são registradas em uma escala Likert de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente), permitindo ao respondente indicar o grau de concordância com cada afirmação.

Escala de qualidade de vida (Medical Outcomes Study36. SF-36): Trata-se de um instrumento que tem o objetivo de mensurar a Qualidade de Vida, este apresentou consistência interna satisfatória na pesquisa, o que resultou em um recurso de fácil

administração (Ciconelli et al., 1999; Campolina et al., 2011). Esse instrumento é constituído por um questionário multidimensional, formado por 36 itens englobados por oito componentes: Capacidade funcional (com dez itens); Aspectos físicos (quatro itens); Dor (dois itens); Estado geral de saúde (cinco itens); Vitalidade (quatro itens); Aspectos sociais (dois itens); Aspectos emocionais (três itens); Saúde mental (cinco itens); e mais uma questão para a avaliação comparativa do estado geral de saúde atual e a de um ano atrás. Os componentes podem ser agrupados em dois sumários, o físico (Capacidade funcional, Aspectos físicos, Dor e Estado geral de saúde) e o mental (Saúde mental, Aspectos emocionais, Aspectos sociais e Vitalidade).

Escala de Ansiedade, depressão e estresse (em inglês, DASS-21): O instrumento foi originalmente desenvolvido por Lovibond e Lovibond (1995) e é composto por 21 itens distribuídos em três subescalas, os quais, respondidas em uma escala do tipo Likert de 4 pontos, variando de 0 (não se aplica de forma alguma) a 3 (aplica-se totalmente). Os participantes deveriam indicar o grau em que experimentaram os sintomas descritos nos itens ao longo da semana anterior.

Cada subescala contém sete itens, organizados para avaliar três estados emocionais distintos: depressão, ansiedade e estresse. A construção da escala foi fundamentada no modelo tripartido, que propõe uma estrutura fatorial baseada na distinção conceitual e mensurável entre sintomas de depressão e de ansiedade (Patias, Machado, Bandeira, Dell’Aglia, 2016). No contexto brasileiro, foi adaptada e validada por Machado e Bandeira (2013) em uma amostra de 686 adultos de diversas regiões do país. De forma complementar, Vignola e Tucci (2014) também apresentaram evidências de validade para uma amostra clínica de mulheres adultas paulistas, com índices de confiabilidade acima de 0,70

Além desses instrumentos, um questionário com a caracterização sociodemográfica foi incluído (aspectos relacionados a sexo, idade, renda, especialização profissional, tempo de serviço, município que reside, estado civil, setor que trabalha, turno que trabalha, etc.).

Administração da pesquisa e análise de dados

Todos os procedimentos adotados, nesta pesquisa, seguiram as orientações previstas na Resolução 466/2012 do CNS e na Resolução 016/2000 do Conselho Federal

de Psicologia e na Declaração de Helsinki (1964), para as pesquisas com seres humanos e (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2012; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia [ANPEPP], 2000); que foi submetido ao CONEP na Plataforma Brasil, CAAE: 84085624.6.0000.5296, o instrumento da pesquisa foi aplicado em servidores do Ministério Público no Estado do Ceará, de forma individual, através de um formulário eletrônico hospedado no google.docs.

De acordo com a disponibilidade do tempo e espaço físico dos respondentes em seus setores de trabalho ou fora dele, os mesmos, foram convidados a participar de forma voluntária, anônima e privada em responder o questionário eletrônico, o qual foi encaminhado para o e-mail, redes sociais, etc.

Foi informado aos que desejavam participar, quando acessaram o endereço da pesquisa, que a pesquisa era anônima e sigilosa, podendo desistir a qualquer momento e sem prejuízo algum para ele ou para o pesquisador. Para aplicação do instrumento, a autora da pesquisa (com experiência prévia na pesquisa), ficou disponível, no e-mail e telefone celular, sem custo para o participante, durante todo o momento da aplicação do instrumento, condição essa que tinha como referência, esclarecer as dúvidas e possíveis incompreensões do instrumento. Um tempo médio de cinco minutos foi suficiente para a conclusão das respostas no instrumento.

Em relação à análise dos dados, foi utilizado o pacote estatístico SPSSWIN, em sua versão 25.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas, inferenciais e os cálculos referentes correlação de Pearson, teste t de Student, alfa de Cronbach e qui-quadrado.

RESULTADOS

A amostra final do estudo foi composta por 33 servidores, com idade variando de 29 a 52 anos (Média = 35,82; d.p. = 14,71), com 55% do sexo feminino, 64% casados, 63% formados em Direito e 88% com especialização; referente ao tempo de serviço, 36% não responderam, mas, aqueles que indicaram, 18% têm mais de 19 anos. 94% trabalham tanto no período da manhã e tarde. Em relação a situação de trabalho, 70% acreditam que tem acumulação de trabalho, com 85% relatando sentir dores no corpo devido à acumulação; 62% não precisou recorrer à algum tratamento psiquiátrico e também, 64%

não fez ou faz tratamento de psicoterapia. Para 88% deles, tem realizado alguma atividade física, com 70% fazendo três ou mais vezes por semana.

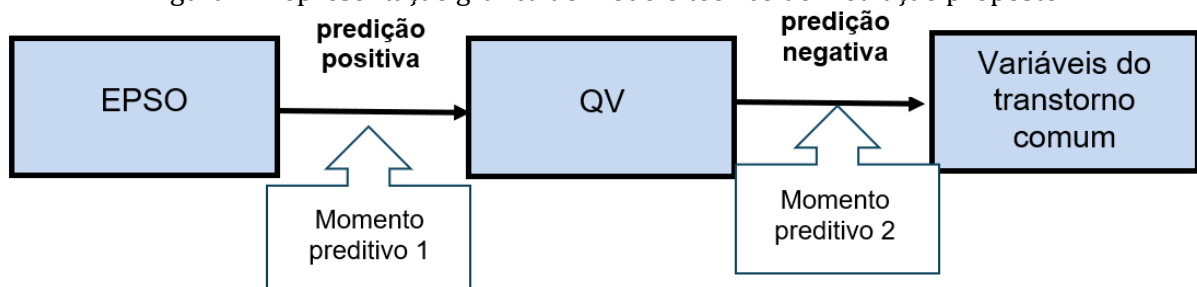
Com base nestas características sociodemográficas, verificou-se a multicolineariedade, tendo avaliada através das correlações entre as variáveis, as quais apresentaram correlação $< 0,90$, estas variaram de $-0,62$ a $0,64$. De acordo com a orientação dos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2001), estes resultados indicam que não existiu alto grau de correlação podendo gerar análises estatísticas com baixo erro. Também, foi avaliado aos outliers multivariados através do teste de normalidade de Shapiro-wilk (S-W), destinado para amostras inferiores a 100 sujeitos, observando indicadores que sugerem uma normalidade amostral (S-W = 1,08; $p < 0,51$).

Dada a normalidade da amostra, verificou-se um modelo preditivo, tendo como critério explicativo que a percepção do suporte organizacional e a Qualidade de vida (QV) e seus domínios físico e mental. Ao considerar o poder preditivo em uma pesquisa faz-se referência ao cálculo da análise de regressão múltipla, o qual visa, a partir de seus indicadores psicométricos, prever uma relação funcional entre as variáveis dependentes sobre as independentes, ao invés da relação causa e efeito linear proposto pela correlação de Pearson (Formiga, 2007).

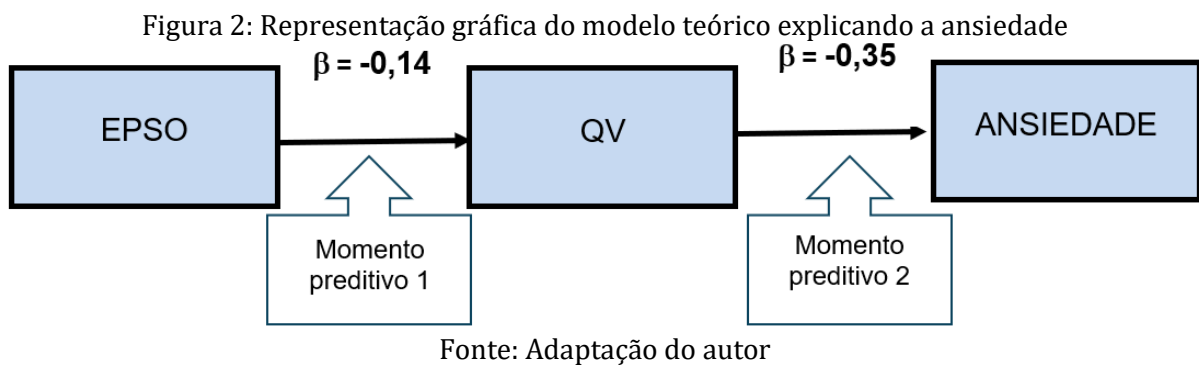
Segundo Hair, Tatham, Anderson e Black (2005), a importância da utilização da regressão linear no método para o estudo das variáveis provém de suas diversas informações concedidas que serão úteis para a interpretação dos fenômenos complexos. Isso é possível, devido ao método utilizado analisar ao mesmo tempo diversos fatores que podem se correlacionar sobre as variáveis de investigação.

Partindo desses pressupostos, efetuou-se o cálculo de análise de regressão múltipla, com o método Enter. Considerando a EPSO influenciando a QV geral e ela, quanto pontuação total, sendo variável mediadora das variáveis do transtorno mental comum (Ansiedade, Depressão e Estresse) (ver figura 1).

Figura 1: Representação gráfica do modelo teórico de mediação proposto

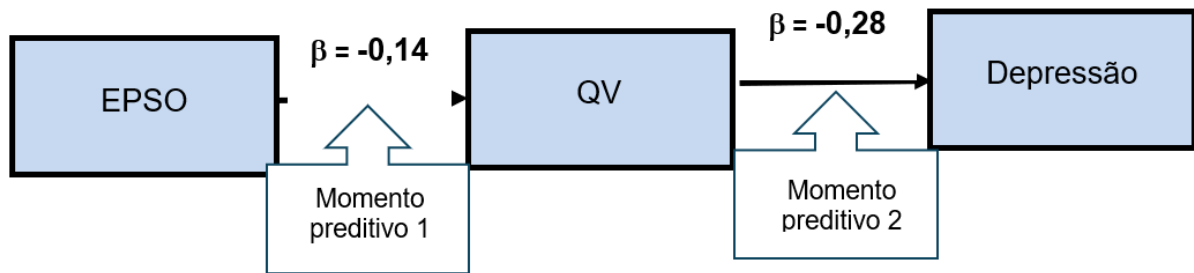


Na figura 2, 3 e 4 é possível observar o resultado deste modelo; considerando a dimensão da ansiedade como variável dependente realizou-se o cálculo de análise de regressão e observaram os seguintes resultados: no momento preditivo 1, observou-se que a EPSO predisse de forma negativa e não significativa (Beta estandarizado (β) = -0,14, $t_{(> 1,96)} = -0,66$, $p < 0,52$) o QV com indicadores estatísticos que não garantiram a influência desta variável no modelo [$R^2 = 0,03$; $R^2_{ajustado} = -0,02$; $F(1/23) = 0,44$, $p < 0,52$], explicando 2% da preditividade; no momento 2, a QV predisse negativamente a ansiedade, revelando um beta de menor proporção, mas, positivo e significativo (Beta estandarizado (B) = -0,35, $t = 2,73$ $p < 0,05$) [$R^2 = 0,12$; $R^2_{ajustado} = 0,09$; $F(1/23) = 2,99$, $p < 0,05$], explicando 9% da mostra para o modelo pretendido (figura 2).



Neste próximo modelo mediacional apresentando na figura 3, considerou a dimensão da depressão como variável dependente; foi efetuado o cálculo de análise de regressão, observando no momento preditivo 1, que a EPSO predisse de forma negativa e não significativa (Beta estandarizado (β) = -0,14, $t_{(> 1,96)} = -0,66$, $p < 0,52$) o QV com indicadores estatísticos que não garantiram a influência desta variável no modelo [$R^2 = 0,03$; $R^2_{ajustado} = -0,02$; $F(1/23) = 0,44$, $p < 0,52$], explicando 2% da preditividade; no momento 2, a QV predisse negativamente a depressão, mas, tal resultados não foi significativo, apesar de ter apresentado beta preditivo moderado (Beta estandarizado (β) = -0,28, $t = 1,36$ $p < 0,18$) [$R^2 = 0,08$; $R^2_{ajustado} = 0,04$; $F(1/23) = 1,85$, $p < 0,19$].

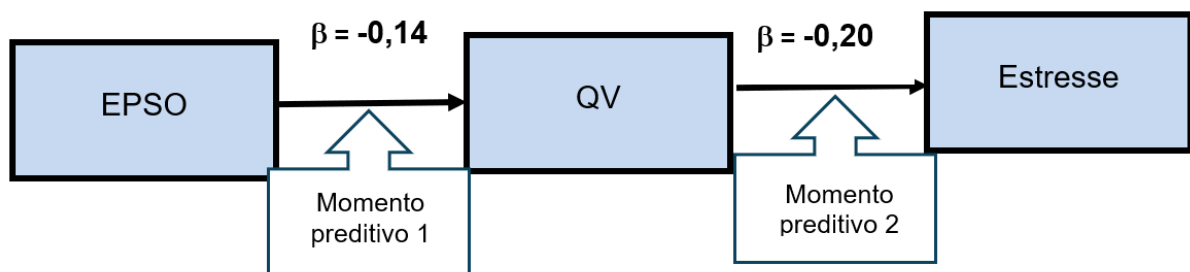
Figura 3: Representação gráfica do modelo teórico explicando a depressão.



Fonte: Adaptação do autor

Na figura 4), considerou a dimensão do estresse como variável dependente; com o cálculo de análise de regressão realizado, observou também, no momento preditivo 1, que a EPSO predisse de forma negativa e não significativa (Beta estandarizado (β) = -0,14, $t_{(1,96)} = -0,66$, $p < 0,52$) o QV com indicadores estatísticos que não garantiram a influência desta variável no modelo [$R^2 = 0,03$; $R^2_{ajustado} = -0,02$; $F(1/23) = 0,44$, $p < 0,52$], explicando 2% da preditividade; no momento 2, a QV predisse negativamente o estresse, apresentando beta preditivo moderado (Beta estandarizado (β) = -0,20, $t = 2,53$, $p < 0,05$) [$R^2 = 0,04$; $R^2_{ajustado} = 0,01$; $F(1/23) = 2,92$, $p < 0,05$].

Figura 4: Representação gráfica do modelo teórico explicando a estresse



Fonte: Adaptação do autor

Considerando estes modelos, destaca-se a não condição de preditividade mediacional; isto é, o modelo foi refutado, tendo em vista que não houve resultado significativo entre as variáveis, tanto da EPSO sobre QV, quanto da QV sobre as dimensões específicas do transtorno emocional comum (ansiedade, depressão e estresse). Outro problema no modelo é quanto a variância explicada: no modelo linear geral (ver tabela 2) o R^2 foi sempre superior a 20% (isto é, 0,20) para a especificidade da ansiedade, depressão e estresse, e neste modelo hierárquico ou mediacional foi bem inferior e até não significativos (ver figura 2, 3 e 4).

DISCUSSÃO

O objetivo central do estudo foi o de verificar o efeito mediador da qualidade de vida na relação entre o suporte organizacional e a ansiedade, depressão e estresse em técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará. Os achados observados, mesmo não sendo foco principal desta pesquisa, poderá contribuir para ações institucionais de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental, alinhadas à implementação da Resolução nº 265/2023 do CNMP, a qual, que instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público, no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.

Inicialmente, destacou a qualidade dos instrumentos administrados destinados à avaliação do suporte organizacional, qualidade de vida e a ansiedade, depressão e estresse referente a consistência interna na referida amostra. Este fato se deve a condição de não existir estudos que contemplassem a análise destes construtos numa amostra tão específica – servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – tendo os seus resultados psicométricos sendo estatisticamente confiáveis e adequados para avaliar os construtos em questão.

Tanto os valores de Alfa, quanto do Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) foram compatíveis com os resultados, previamente observados no estudo de Campolina e Ciconelli, (2008) sobre o SF-36, no estudo original de Eisenberger *et al.* (1986) e Siqueira (1995) e Formiga, Fleury e Souza (2014) e Formiga *et al.* (2018) no Brasil sobre percepção do suporte organizacional e por fim, da avaliação de ansiedade, depressão e estresse (DASS-21), originalmente proposta por Lovibond e Lovibond (1995), validada para o Brasil por Patias *et al.* (2016) para a população geral e por Formiga *et al.* (2021) numa amostra de trabalhadores brasileiros. Ao sobrepor os indicadores observados no presente estudo que as pesquisas supracitadas, reforça-se a convergência entre os indicadores de confiabilidade. Fato esse, que em seu conjunto, sustentam que o SF-36, a Escala de Percepção de Suporte Organizacional (Sorg) e a DASS-21 se mostram adequados para uso em pesquisas com servidores do Ministério Público do Ceará, fornecendo medidas estáveis e precisas.

No contexto geral do estudo, em especial, na proposta mediacional hipotizada sobre a relação do suporte organizacional e a ansiedade, depressão e estresse, com a qualidade de vida influenciando na associação entre as variáveis, com base na análise

preditiva. Quando se efetuou a proposta regressiva com base na hipótese mediacional por meio da QV, a qual, prediz a influência que ocorreria entre suporte organizacional e transtorno mental comum (ansiedade, depressão e estresse), ficou evidente a baixa ou nenhuma influência do suporte organizacional sobre a QV, mas, esta, por sua vez, interferiu na ansiedade, depressão e estresse (ver figuras 2, 3 e 4). Tais resultados permitem refletir sobre a complexa relação entre suporte organizacional, qualidade de vida e saúde mental laboral dos técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará.

Estes achados convergem parcialmente com os observados no estudo de Leite e Silva (2025) ao investigar, com base nas condições e os processos de trabalho na Justiça Federal de Juazeiro do Norte, a relação entre a qualidade de vida e danos relacionados ao trabalho nos servidores. A autora, destacou, a partir de uma correlação de Pearson, a influência da QV e suas dimensões (comportamental e psicológica) de forma negativa com DRT e as dimensões dos danos físico, psicológico e social. Mas, que na análise de frequência, através de um qui-quadrado, as variáveis não foram significativas na avaliação do nível de QV e DRT. Neste sentido, reforça-se a necessidade de melhor análise vivenciada pelos servidores no seu cotidiano laboral e a existência de tensões, desafios organizacionais e impactos subjetivos, relacionados ao equilíbrio psicossocial, ao bem-estar e às estratégias de enfrentamento utilizadas no trabalho público federal.

Outro estudo, que justifica os achados desta pesquisa e tangenciam o que foi encontrado. No estudo desenvolvido por Fidelis, Fonseca e Formiga (2025), quando avaliaram a relação entre percepção de suporte organizacional, qualidade de vida e transtornos emocionais comuns (ansiedade, depressão e estresse) entre 111 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Assú/RN. Apesar do contato cotidiano com situações de vulnerabilidade, dor e sofrimento da população atendida, os resultados indicam que os trabalhadores percebem que suas necessidades são reconhecidas pela instituição, evidenciando a presença de suporte organizacional. Os achados sugerem que esse suporte exerce papel protetivo na manutenção da saúde mental e física, favorecendo a qualidade de vida nos domínios familiar, social e laboral.

Os resultados apresentados por Fidelis et al. (2025), sugere que o suporte organizacional contribui muito para a qualidade de vida para um tipo profissional específico, no caso dos achados deles, o trabalhador do SUAS; condição esta, que difere do

que foi observado no estudo, fator que permite refletir no baixo poder preditivo do suporte organizacional para os técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará ou que este construto pode estar implementado de forma errôneo ou até nem administrado de forma prática.

Em dois estudos recentes sobre o tema em questão, tanto Formiga, Paula e Silva (2022), antes da situação de pandemia ocorrida no Brasil com trabalhadores brasileiros, quanto Lima (2025), após a condição do covid-19 com trabalhadores no Estado do Rio Grande do Norte, avaliaram a relação entre o suporte organizacional e a qualidade de vida com os danos relacionados ao trabalho. O primeiro sugere uma avaliação original, enquanto o segundo trata-se de um estudo de replicação, em ambos, foi observado relações positivas entre a Percepção de Suporte Organizacional (EPSO) e a Qualidade de Vida Psicológica e Comportamental (QVPC), com estes dois construtos, tendo relações negativas com a Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (ADRT).

No estudo de Basso (2020), ao analisou o efeito da percepção do suporte organizacional e do suporte à aprendizagem no engajamento no trabalho e sua relação com os danos psicológicos, sociais e físicos relacionados ao trabalho, em um contexto de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). A autora observou, entre os resultados e as contribuições teóricas desta pesquisa que: (i) verificação de diferenças significativas nas percepções de suporte organizacional e suporte à aprendizagem entre técnicos e docentes, bem como considerando tempo de exercício na instituição, gênero e função de chefia; (ii) identificação de relações positivas e efeitos significativos entre os suportes no trabalho e o engajamento no trabalho; (iii) identificação de relações negativas e efeitos significativos entre os suportes no trabalho e os danos físicos e psicossociais relacionados ao trabalho; (iv) identificação do engajamento no trabalho como fator de proteção aos danos físicos e psicossociais relacionados ao trabalho. De forma geral, destaca-se que alguns fatores do suporte organizacional e do suporte à aprendizagem possuem maior influência que outros sobre o engajamento no trabalho e os riscos de danos físicos e psicossociais relacionados ao trabalho. Esses achados podem subsidiar políticas de gestão de pessoas e ações estratégicas nas áreas de desenvolvimento de pessoas e de promoção de bem-estar no trabalho.

O estudo desenvolvido por Deprá, Almeida dos Santos e Marchi (2021), investigou como o suporte organizacional influencia no desempenho profissional dos colaboradores de uma empresa de entretenimento da região de Central do Rio Grande do Sul. Os autores

observaram que a percepção do suporte organizacional na empresa em análise, ancora-se nos termos de equipamentos, máquinas e materiais, além da percepção de condições estruturais, estando limitado no que diz respeito à saúde, desenvolvimento e carreira e treinamentos. Quanto à avaliação de desempenho profissional, está encontra-se atrelada a recompensa financeira, sendo os colaboradores avaliados pelo alcance de metas e pela execução de atividades diárias. Ademais, conclui-se que a empresa possui alguns pontos fracos ligados rotinas de trabalho, já que as avaliações não foram satisfatórias no fator treinamento, saúde, desenvolvimento e carreira. Assim, sugere-se para a empresa, a elaboração de um planejamento estratégico voltado para a gestão de pessoas, o qual inclua ações estratégicas que transformem estas fragilidades em pontos fortes.

Faz-se necessário também, considerar o estudo de Freitas et al. (2025), quanto avaliaram servidores públicos submetidos a jornadas de 30 e 40 horas semanais em distintos trabalhadores da área jurídica, com a intenção de avaliar dos efeitos da qualidade de vida e satisfação com o trabalho no transtorno emocional comum nos participantes. Especificamente, ao avaliar o impacto da jornada na rotina dos servidores públicos cearenses, a pesquisa visa oferecer evidências empíricas capazes de subsidiar políticas de gestão de pessoas orientadas para a promoção da saúde integral do trabalhador. As análises indicaram que, embora existam diferenças sutis entre as jornadas de 30h e 40h semanais, não há evidência estatística robusta de que um regime seja claramente superior ao outro em termos de qualidade de vida, satisfação no trabalho e transtornos emocionais comuns (TMC). Nos trabalhadores de 30h, observou-se que melhor qualidade de vida se associou a menores níveis de ansiedade, depressão e estresse, sugerindo que jornadas reduzidas podem favorecer maior equilíbrio biopsicossocial, ainda que com efeitos de magnitude moderada.

Ainda considerando o estudo de Freitas et al. (2025), no grupo de 40h, a satisfação no trabalho se mostrou negativamente relacionada aos sintomas emocionais, indicando que, quando os trabalhadores estão satisfeitos, a carga horária mais longa tende a ser psicologicamente menos desgastante. Esses achados dialogam com a perspectiva de Herzberg, segundo a qual fatores motivacionais (como reconhecimento e realização) podem amenizar o impacto de condições estruturais menos favoráveis, como o maior tempo de trabalho.

Em síntese, os resultados avaliados por Freitas et al. (2025), apontam que a duração da jornada, por si só, não determina a saúde mental ou a qualidade de vida.

Variáveis mediadoras — como suporte institucional, sentido atribuído ao trabalho e capital psicológico — parecem exercer papel mais decisivo na proteção ou vulnerabilidade emocional dos trabalhadores, o que relativiza a ideia de que a simples redução da jornada (30h) garanta, automaticamente, melhores indicadores de bem-estar em comparação à jornada de 40h.

Com base nas pesquisas supracitadas é característico que o resultado observado neste estudo é uma condição impar com os participantes do estudo (técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará) referente a qualidade de vida e sua relação com a percepção do suporte organizacional. Condição a qual, merece muita atenção, pois a QV deles é (ainda que morada) eficaz na inibição da ansiedade, depressão e estresse, sugerindo uma direção pessoal e particular destes profissionais e não da instituição em si, com vista a melhoria e bem-estar dos servidores.

Assim, evidencia-se que a qualidade de vida exerceu influência negativa sobre os sintomas de estresse e ansiedade, atuando como variável mediadora parcial na relação entre suporte organizacional e saúde mental, reforçando a relevância da qualidade de vida como um fator protetivo, capaz de atenuar os impactos emocionais decorrentes das condições de trabalho, mas, como já afirmado anteriormente, isto é uma condição privada do participante e não do programa de apoio, melhorias e intervenção para o bem-estar do servidor.

A situação apresentada acima, diverge do estudo proposto por Formiga, Oliveira, Burine, Sena e Lucena (2025), quando avaliou a relação entre percepção de suporte organizacional, bem-estar subjetivo e saúde geral em trabalhadores do Estado do Rio Grande do Norte. Os autores observaram uma relação positiva entre suporte organizacional, bem-estar subjetivo positivo e saúde geral e negativa entre suporte organizacional e bem-estar subjetivo negativo. O estudo evidencia o papel central da dimensão psicológica do indivíduo – especialmente no que se refere à sua capacidade de autogestão emocional – no contexto do trabalho contemporâneo. A busca pela felicidade e pelo equilíbrio psíquico não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva das organizações.

O estudo de Penha Silveira, Ribeiro e Mininel (2023), destaca o quanto é importante a QV da equipe de enfermagem atuante em um hospital universitário brasileiro e sua relação com o suporte organizacional percebido no trabalho. Para estas autoras, em se tratando da qualidade de vida, entre os técnicos de enfermagem o domínio

relações sociais apresentou a maior média percepção de qualidade de vida e entre os enfermeiros o domínio físico apresentou a maior média de percepção de qualidade de vida. Se tratando do bem-estar relacionado ao suporte organizacional percebido, tanto os técnicos de enfermagem quanto os enfermeiros apresentaram os maiores escores na dimensão salário e os menores escores na dimensão ascensão, o que demonstra percepções semelhantes sobre o trabalho entre os dois grupos. Segundo as autoras, com base nos resultados, sugere-se que sejam desenvolvidas iniciativas de fortalecimento de ações de promoção à saúde no ambiente de trabalho hospitalar para que se possa gerenciar junto aos trabalhadores as suas expectativas e percepções sobre o suporte organizacional percebido.

Apesar das diferentes existentes nos achados empíricos, comparados aos estudos supracitados, destaca-se que os modelos mediacionais revelaram uma associação negativa entre suporte organizacional e qualidade de vida, o que sugere que, no contexto investigado, a percepção de suporte institucional não se traduziu em melhores indicadores de qualidade de vida. Esse resultado merece atenção, pois contraria parte das expectativas teóricas de que o suporte organizacional funcionaria como um elemento de fortalecimento da saúde laboral.

A interpretação cautelosa desses achados indica que, possivelmente, o suporte percebido pelos servidores não foi suficiente para compensar os fatores psicossociais de risco presentes no ambiente de trabalho, como sobrecarga, pressão e baixa autonomia, já destacados na fundamentação teórica.

É importante destacar que a experiência pessoal e profissional da pesquisadora também contribui para a interpretação dos resultados. A vivência no serviço público e a observação direta das condições de trabalho dos técnicos ministeriais permitiram compreender que, muitas vezes, o suporte organizacional é percebido de forma fragmentada ou insuficiente, não alcançando plenamente as necessidades dos servidores. Essa percepção pode explicar, em parte, a relação negativa encontrada entre suporte organizacional e qualidade de vida, revelando que o suporte oferecido não se traduz, necessariamente, em melhorias concretas na vida laboral e pessoal dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

A partir dos achados observados pode-se destacar que os objetivos foram cumpridos: avaliar o efeito mediacional da QV na relação entre o suporte organizacional e os transtornos mentais comuns (ansiedade, depressão e estresse) em técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará.

Estabelecido este objetivo, destaca-se que a hipótese proposta foi comprovada parcialmente, não tendo sido confirmado a influência do suporte organizacional sobre a QV. Neste contexto, sugere melhor reflexão a partir da realização de novos estudos, a fim de avaliar os motivos da relação não significativa, já que em estudos anteriores sobre o tema, há notoriamente relação positiva.

Neste sentido, os achados indicam que intervenções focadas na valorização das dimensões física, psicológica, social e ocupacional da vida dos servidores constituem um eixo estratégico para a promoção da saúde mental no contexto do Ministério Público e, caso seja necessário, sugerir mudanças nas políticas de saúde aplicadas no sistema laboral desta instituição.

O fortalecimento de políticas institucionais orientadas à qualidade de vida, em consonância com as diretrizes da Resolução nº 265/2023 do CNMP, teoricamente, mostra eficiência para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, sustentáveis e psicologicamente seguros, o que, empiricamente, foi relativizado com vista ao conteúdo desta resolução. Com isso, investir em ações estruturadas de promoção da qualidade de vida, alinhadas às demandas reais dos gestores e servidores, tende não apenas a mitigar riscos psicossociais e favorecer a saúde laboral, mas também a repercutir positivamente na eficiência institucional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Por fim, mesmo com uma relevância teórica, metodológica e prática dos achados, no final de toda pesquisa o autor percebe que algumas questões precisam ser resolvidas; sendo assim, é importante reconhecer algumas limitações que delimitam o alcance das conclusões e apontam caminhos para investigações futuras.

No que se refere aos limites: destaca-se o tamanho reduzido da amostra ($n = 30$), composta exclusivamente por técnicos ministeriais do Ministério Público do Estado do Ceará. Embora os testes estatísticos tenham indicado distribuição normal dos dados e consistência psicométrica adequada das medidas, o número limitado de participantes

restringe a generalização dos resultados para o conjunto dos servidores da instituição, bem como para outros contextos do sistema de justiça.

Outra questão trata-se do tipo de estudo, o qual, administrou um corte transversal, o que impede o estabelecimento de relações de causalidade entre suporte organizacional, qualidade de vida e sintomas de ansiedade, depressão e estresse. As relações mediacionais identificadas indicam associações estatisticamente significativas, mas não permitem afirmar, de forma conclusiva, que o suporte organizacional (ou sua ausência) cause alterações na qualidade de vida ou nos desfechos de saúde mental.

Além disso, o estudo focalizou um único grupo ocupacional e uma única instituição, o que restringe a compreensão de como diferentes categorias (promotores, analistas, servidores de apoio, estagiários) e outros ramos do sistema de justiça e do serviço público vivenciam o suporte organizacional, a qualidade de vida e a saúde mental. A própria natureza das demandas de trabalho dos técnicos ministeriais pode produzir uma configuração específica de riscos e recursos psicossociais, distinta de outras carreiras.

Também não foram incorporadas ao modelo variáveis potencialmente relevantes, como engajamento no trabalho, clima organizacional, suporte à aprendizagem e sentido do trabalho, etc., que, à luz da literatura, podem atuar como mediadores ou moderadores da relação entre suporte organizacional, qualidade de vida e transtornos emocionais comuns. A ausência dessas variáveis limita a amplitude explicativa do modelo testado.

Por fim, a análise estatística recorreu majoritariamente a modelos regressivos tradicionais, adequados para o tamanho da amostra, mas que não permitem explorar, em profundidade, modelos com múltiplos mediadores e moderadores, bem como efeitos em diferentes níveis (por exemplo, indivíduo, equipe, unidade organizacional).

REFERÊNCIAS

AHUMADA, H. T.; MARTÍNEZ, M. R. Conceptos básicos em la evaluación del riesgo psicossocial em los centros de epress. In: GARCÍA, A. J.; ÁVILA, A. C. (org.). **Reflexiones teórico-conceptuales de lo psicossocial em el epress**. Juan Pablos Editor, 2011. p. 95-112.

ANDRADE, L. C.; TEIXEIRA, A. J. C.; FORTUNATO, G.; NOSSA, V. Determinantes para a utilização de práticas de contabilidade gerencial estratégica: um estudo empírico. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 1, 2013.

AQUINO, A. D.; FERNANDES, A. C. Qualidade de vida no trabalho. **J Health Sci Inst**, v. 31, n. 1, p. 53-58, 2013.

BATISTA, M. B. B.; ANTUNES, L. C.; IIZUKA, E. S. Qualidade de Vida no Trabalho e a produção acadêmica: visita aos anais dos ENANPADs de 2001 a 2011. In: ENCONTRO DA ANPAD, 26., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_GPR1993.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

BENDASSOLLI, P. F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 37-46, 2012.

BOUFFARTIGUE, P. **Le travail à cœur: pour as finir avec les risques psychosociaux**. Paris: Éditions La Découverte, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

CAMPOLINA, A. G.; BORTOLUZZO, A. B.; FERRAZ, M. B.; CICONELLI, R. M. Validação da versão brasileira do questionário genérico de qualidade de vida Short-Form 6 Dimensions (SF-6D Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3103-3110, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000800010.

CAMPOLINA, A. G.; CICONELLI, R. M. O SF-36 e o desenvolvimento de novas medidas de avaliação da qualidade de vida. **Acta Reumatológica Portuguesa**, v. 33, p. 127-133, 2008.

CICONELLI, R. M.; FERRAZ, M. B.; SANTOS, W.; MEINÃO, I.; QUARESMA, M. R. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 39, n. 3, p. 143-150, 1999.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Bem viver: saúde mental no Ministério Público – Relatório final da pesquisa “Atenção à saúde mental de membros e servidores do Ministério Público: fatores psicossociais no trabalho no contexto da pandemia de Covid-19”**. Brasília: CNMP, 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução nº 265, de 3 de julho de 2023: institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2023. Disponível em: <https://cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/2021/Resoluo-n-265-2023.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

COSTA, L. S.; SANTOS, M. Fatores psicossociais de risco no trabalho: lições aprendidas e novos caminhos. **International Journal on Working Conditions**, n. 5, p. 39-58, 2013.

- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, p. 98-104, 1993. DOI: 10.1590/S0034-75901993000300009.
- DEPRÁ, G.; ALMEIDA DOS SANTOS, L.; MARCHI, J. A influência do suporte organizacional no desempenho profissional dos colaboradores. **Disciplinarum Scientia | Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 1, p. 73-86, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/3894>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- EISENBERGER, R.; ARMELI, S.; REXWINKEL, B.; LYNCH, P. D.; RHOADES, L. Reciprocation of perceived organizational support. **Journal of Applied Psychology**, v. 86, p. 42-51, 2001.
- EISENBERGER, R.; HUNTINGTON, R.; HUTCHISON, S.; SOWA, D. Perceived organizational support. **Journal of Applied Psychology**, v. 71, n. 3, p. 500-507, 1986.
- FAUL, F.; ERDFELDER, E.; LANG, A. G.; BUCHNER, A. G*Power 3: a flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. **Behavior Research Methods**, v. 39, n. 2, p. 175-191, 2007. DOI: 10.3758/bf03193146.
- FIDELIS, A. C. F.; FONSECA, M. D. A.; FORMIGA, N. S. Percepção do suporte organizacional, qualidade de vida e saúde mental: um estudo correlacional em trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Assú, RN. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 9, p. 523-542, 2025. DOI: 10.63330/armv1n9-042.
- FORMIGA, N. S. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, v. 19, n. 2, p. 381-396, 2007. DOI: 10.1590/S0104-80232007000200009.
- FORMIGA, N. S.; FLEURY, L. F. O.; SOUZA, M. A. Evidências de validade da escala de percepção de suporte organizacional em funcionários de empresa pública e privada. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 60-76, 2014.
- FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M.; NASCIMENTO, F. S. **Cultura Organizacional, Capital Psicológico e Transtorno Emocional**. 1. ed. Novas Edições Acadêmicas, 2020. 117 p.
- FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M.; OLIVEIRA, H. C. C.; AZEVEDO, I. M.; MATOS, L. A.; PEREIRA, T. M. F.; SILVA, F. Predição do transtorno emocional em trabalhadores a partir do suporte organizacional e assédio moral no trabalho. **Research, Society and Development**, v. 10, e34010716720, 2021.

FORMIGA, N. S.; OLIVEIRA, E. S.; BURINE, L. C. R.; SENA, J. V.; LUCENA, C. M. de. A saúde geral em trabalhadores em organizações públicas e privadas em Natal-RN: um estudo correlacional entre suporte organizacional e bem-estar psicológico. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 6, p. 17-40, 2025. DOI: 10.63330/armv1n6-002.

FORMIGA, N. S.; PAULA, N. H. M. M.; SILVA, A. K. L. Suporte organizacional e danos relacionados ao trabalho: um estudo correlacional com trabalhadores brasileiros. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 12, n. 2, p. 280-302, 2022. DOI: 10.23925/recape.v12i2.50236.

FORMIGA, N. S.; RIBEIRO, N. A. C.; SILVA, J. V.; LIMA, J. A.; NASCIMENTO, A. S. O efeito mediador da qualidade de vida entre o capital psicológico positivo no trabalho e os danos relacionados ao trabalho em trabalhadores. In: **Anais do V Seven International Congress of Health**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/anais7/article/view/6960>. Acesso em: 12 dez. 2025.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. DOI: 10.1590/S0303-76572010000200006.

FREITAS, L. M.; FIDELIS, A. C.; FORMIGA, N. S.; LEITE E SILVA, S. N. Os efeitos da qualidade de vida e satisfação com o trabalho no transtorno emocional comum em diferentes cargas horárias de servidores públicos no estado do Ceará. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 9, p. 437-463, 2025. DOI: 10.63330/armv1n9-038.

GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E.; BATISTA, M. L.; MENDONÇA, M. G. V. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 607-616, 2001. DOI: 10.1590/S0102-311X2001000300015.

HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Multivariate Data Analysis**. Boston: McGraw Hill Publishing House, 2008.

JESUS, S. A. de; SILVA, L. A. da; CRUZ, A. C. de M. O impacto do estresse ocupacional na saúde mental do profissional enfermeiro. **Brazilian Journal of Biological Sciences**, v. 11, n. 25, e60, 2024. DOI: 10.21472/bjbs.v11n25-016. Disponível em: <https://bjbs.com.br/index.php/bjbs/article/view/60>. Acesso em: 12 dez. 2025.

LAGUARDIA, J. et al. Psychometric evaluation of the SF-36 (v.2) questionnaire in a probability sample of Brazilian households: results of the survey. Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD), Brazil 2008. **Health and Quality of Life Outcomes**, v. 9, p. 61, 2011.

LEITE E SILVA, S. N. **Qualidade de vida e danos relacionados ao trabalho: um estudo com servidores da justiça federal de Juazeiro do Norte-CE**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Potiguar, Natal, 2025.

LIMA, F. B. **Stress, qualidade de vida, prazer e sofrimento no trabalho de Call Center**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15802/ccv_ppgpsico_me_Fabiana_BL.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 dez. 2025.

LIMA, M. P. **Do isolamento à retomada: suporte organizacional, danos ocupacionais e qualidade de vida no contexto laboral atual**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Potiguar, Natal, 2025.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de Vida no Trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOVIBOND, P. F.; LOVIBOND, S. H. The structure of negative emotional states: comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck depression and anxiety inventories. **Behaviour Research and Therapy**, v. 33, n. 3, p. 335-343, 1995. (Obs.: DOI informado na lista original parece inconsistente.)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024: aprova nova redação da NR-01 sobre Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2024/portaria-as-no-1-419-nr-01-gro-nova-redacao.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

OGATA, A.; SIMURRO, S. **Guia prático de qualidade de vida: como planejar e gerenciar melhor o programa para sua empresa**. São Paulo: Alta Books, 2019.

OLIVEIRA, E. N.; MONTEIRO, F. F.; FÉLIX, T. A.; LIMA, G. F.; ALMEIDA, P. C. de. Qualidade de vida de imigrantes brasileiras vivendo em Portugal. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 114, p. 824-835, 2017. DOI: 10.1590/0103-1104201711412.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Gestão dos riscos psicossociais relacionados com o trabalho durante a pandemia da COVID-19**. Genebra: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_823075.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Promoción de la salud: epressão**. Genebra: OMS, 1998.

PATIAS, N. D. et al. Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) – Short Form: adaptação e validação para adolescentes brasileiros. **Psico-USF**, v. 21, n. 3, p. 459-469, 2016. DOI: 10.1590/1413-82712016210302.

PATRÍCIO, A. C. C.; VIEIRA, F. da S.; APARÍCIO, L. dos S.; ROBERTO, J. C. A.; ALMEIDA, V. da S. Fatores de risco psicossocial no trabalho e suas consequências para a saúde mental dos trabalhadores. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p. 29234-29267, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N12-227. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2724>. Acesso em: 12 dez. 2025.

PENHA SILVEIRA, R. C.; RIBEIRO, I. K. da S.; MININEL, V. A. Bem-estar no trabalho e a qualidade de vida: a realidade da equipe de enfermagem hospitalar. **Revista de Enfermagem UFPE on Line**, v. 17, n. 1, 2023. DOI: 10.5205/1981-8963.2023.252898.

RHOADES, L.; EISENBERGER, R. Perceived organizational support: a review of the literature. **Journal of Applied Psychology**, v. 87, n. 4, p. 698-714, 2002.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36 (spe), e36nspe19, 2020. DOI: 10.1590/0102.3772e36nspe19.

SAUTER, S. L.; HURRELL, J. J. Jr. Occupational health contributions to the development and promise of occupational health psychology. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 22, n. 3, p. 251-258, 2017. DOI: 10.1037/ocp0000088.

SELIGMANN-SILVA, E.; BERNARDO, M. H.; MAENO, M.; KATO, M. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010. DOI: 10.1590/S0303-76572010000200002.

SILVA, C. R. S. **Suporte organizacional percebido e comprometimento no serviço público: o caso da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SIQUEIRA, M. M. M. **Antecedentes de comportamento de cidadania organizacional: a análise de um modelo pós-cognitivo**. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1995.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JR., S. Suporte organizacional e comprometimento organizacional: análise da relação entre construtos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 47-68, 2004. DOI: 10.1590/S1415-65552004000100004.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. 4. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

TOLEDO, D. A. C.; GUERRA, A. C. Um estudo sobre o prazer no trabalho: pensando dimensões de análise. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAD, 2009. Disponível em:

https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/GPR581.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

VELOSO NETO, H. Estratégias organizacionais de gestão e intervenção sobre riscospsicossociais do trabalho. **International Journal on Working Conditions**, n. 9, p. 1-21, 2015.

VIGNOLA, E. F.; TUCCI, A. M. Saúde mental e trabalho: uma abordagem clínica. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 10, n. 1, p. 45-52, 2014.

Capítulo 5
VOCÊ TEM DIREITO A UM TELEFONEMA: ALÔ, GABO, SOU
EU !

Beatriz de Oliveira Toral
Daniela Emilena Santiago
Gustavo Pilizari
Julia Lima Campos
Theo Alves Corrêa





VOCÊ TEM DIREITO A UM TELEFONEMA: ALÔ, GABO, SOU EU !

Beatriz de Oliveira Toral

*Mestranda em Psicologia pela Unesp Assis, Psicóloga Clínica e Coordenadora do CRAS
Palmital, São Paulo, Brasil. E-mail: psi.beatriztoral@gmail.com*

Daniela Emilena Santiago

Doutora em História, Docente do curso de Psicologia da Unip, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: daniela.oliveira1@docente.unip.br

Gustavo Pilizari

Jornalista, Mestre em Comunicação e Cultura, atual Secretário de Cultura de Quatá. E-mail: gustavopilizari@gmail.com

Julia Lima Campos

Estudante do sétimo semestre de Psicologia da Unip, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: julia.campos31@aluno.unip.br

Theo Alves Corrêa

Psicólogo Graduado em Psicologia na Universidade Paulista – UNIP, Assis, SP, Brasil. E-mail: acervotheof1@gmail.com

RESUMO

A forma com que a sociedade trata a loucura, a doença mental nos dá a saber sobre a forma com que a mesma é compreendida socialmente, nos mais variados contextos. A arte, por outro lado, também tem o papel de apresentar para a sociedade as mais variadas maneiras com que os fenômenos sociais são interpretados. Nesse sentido, conhecer e analisar as representações artísticas nos impele em repensar sobre as construções subjetivas que as sociedades tem estruturado e que



abordam vários temas, dentre eles a questão da doença mental ou da loucura propriamente dita. Nesse texto, de natureza teórica, buscamos compreender e pensar a representação da loucura no conto “Só vim Telefonar” de Gabriel Garcia Márquez. A análise do conto permitiu entender um contexto dos anos 70-80 em que os comportamentos que não atendiam as normas sociais passam a ser patologizados e equiparados a algo que precisa ser tratado através de abordagens segregatórias e medicamentosas. O conto trata com beleza e sensibilidade o exemplo de uma protagonista e nos impele a pensar na importância de dispositivos humanizadores e protetivos para a atenção daqueles que padecem com sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Loucura; Conto; Só Vim Telefonar; Gabriel Garcia Márquez.

ABSTRACT

The way society treats madness and mental illness reveals how it is socially understood in a variety of contexts. Art, on the other hand, also plays a role in presenting to society the diverse ways in which social phenomena are interpreted. In this sense, knowing and analyzing artistic representations compels us to rethink the subjective constructions that societies have structured and that address various themes, including the issue of mental illness or madness itself. In this theoretical text, we seek to understand and reflect on the representation of madness in the short story "I Only Came to Call" by Gabriel Garcia Márquez. The analysis of the story allowed us to understand a context of the 1970s and 80s in which behaviors that did not meet social norms began to be pathologized and equated with something that needed to be treated through segregative and pharmacological approaches. The story beautifully and sensitively portrays the example of a protagonist and compels us to reflect on the importance of humanizing and protective mechanisms for the care of those suffering from mental distress.

Keywords: Madness; Short story; I Only Came to Call; Gabriel Garcia Márquez.

INTRODUÇÃO

A loucura, ao longo da história, foi sendo construída não apenas como uma condição clínica, mas como um fenômeno social atravessado por normas, valores e relações de poder. Comportamentos considerados inapropriados ou incompatíveis com os padrões morais e sociais vigentes passaram a ser classificados como doença mental, legitimando práticas de exclusão, segregação e silenciamento. Nesse sentido, a loucura pode ser compreendida como uma produção social, sustentada por discursos que retiram

do sujeito a possibilidade de significar sua própria experiência, deslocando essa autoridade para o saber médico e institucional (Tomain, 2009).

As instituições psiquiátricas, historicamente, assumiram um papel central nesse processo, deixando de funcionar como espaços de cuidado e sim como dispositivos de controle social. A internação, em muitos casos, não estava relacionada à existência de sofrimento psíquico, mas à necessidade de afastar determinados sujeitos do convívio social. Mulheres, pobres e indivíduos considerados moralmente desviantes foram, reiteradamente, alvos dessas práticas, tendo suas diferenças convertidas em patologias como podemos ver em tantas produções artísticas.

A produção artística, especialmente a literatura e o cinema, tem desempenhado um papel fundamental nas denúncias dessas violências historicamente naturalizadas. O documentário *Holocausto Brasileiro* (Arbex, 2016) evidencia de forma contundente como milhares de pessoas foram internadas no Hospital Colônia de Barbacena sem qualquer diagnóstico de transtorno mental. Segundo a obra, grande parte dos internos foi encaminhada ao manicômio por motivos como pobreza, gravidez fora do casamento, homossexualidade ou comportamentos considerados inadequados. Conforme aponta Arbex (2013), estima-se que cerca de 70% das pessoas internadas não apresentavam sofrimento psíquico, o que revela que a loucura, nesse contexto, era produzida a posteriori para justificar a permanência na internação bem como a violência institucional.

A produção artística, é, fundamental para representar e retratar situações que estão presentes na realidade dos seres humanos. Em *Holocausto Brasileiro* temos uma representação artística, porém, calcado no depoimento daqueles que vivenciaram o período de internações psiquiátricas. Assim como essa obra há outras que expressam essa realidade, a exemplo o conto de Gabriel Garcia Márquez, “Só vim telefonar”. Nele Gabriel García Márquez, expressa a existência da produção da doença mental. Na narrativa, Maria de la Luz Cervantes é institucionalizada sem apresentar qualquer transtorno mental prévio, sendo capturada por uma engrenagem institucional que transforma sua fala em sintoma e sua resistência em prova de loucura (Garcia Márquez,, 2014). Foi institucionalizada sem sequer ter seu nome na lista das pacientes, em momento algum teve sua fala validada. Assim como ocorre com os sujeitos retratados em *Holocausto Brasileiro*, Maria é inserida em um espaço manicomial não por estar doente, mas por uma combinação de acaso, autoritarismo institucional e descrédito de sua palavra.

A insistência de Maria em afirmar que “só veio telefonar” é reinterpretada pelos profissionais da instituição como delírio, reforçando sua permanência no sanatório (Garcia Márquez,, 2014). A partir do momento em que adentra a instituição, sua condição de sujeito de direitos é progressivamente apagada, e sua experiência passa a ser narrada exclusivamente pelo discurso médico a partir de uma anotação em sua ficha “agitada”. Conforme analisa Tomain (2009), quando a loucura é imputada a um indivíduo, seu discurso deixa de ter valor em si mesmo, passando a ser compreendido apenas como manifestação da doença, o que legitima a perda de autonomia e a submissão ao poder médico-institucional. Nesse sentido, tanto o documentário *Holocausto Brasileiro* quanto o conto de García Márquez evidenciam que a loucura não antecede necessariamente a institucionalização, mas pode ser fabricada por ela.

A internação, a medicalização, a contenção física e a invalidação da fala operam como mecanismos que produzem e reforçam a identidade de louco. Como afirma Tomain (2009), o sujeito rotulado como louco perde sua condição de agente de sua própria história, tornando-se objeto de saber e de intervenção. Além disso, o conto evidencia marcadores de gênero e moralidade que atravessam a produção da loucura. Maria é uma mulher que não se adequa aos padrões sociais esperados, e essa condição contribui para a deslegitimação de sua palavra. Ao longo da narrativa, torna-se nítido o julgamento moral dirigido a Maria em função de seus relacionamentos afetivos anteriores, aspecto que contribui para a construção de uma imagem de desvio e instabilidade. A experiência da personagem evidencia como mulheres que não se adequam aos padrões sociais e morais vigentes têm maior probabilidade de ter seus comportamentos patologizados, sendo suas escolhas e trajetórias reinterpretadas como sinais de desordem psíquica. De modo semelhante, *Holocausto Brasileiro* revela como mulheres e sujeitos socialmente marginalizados foram historicamente mais vulneráveis à institucionalização psiquiátrica, evidenciando o caráter seletivo e excludente dessas práticas (Arbex, 2016).

Além disso, a violência institucional se expressa de maneira ainda mais contundente quando Maria é assediada por uma guarda da instituição, sendo coagida a manter uma relação sexual como condição para que seu marido fosse informado sobre sua internação. Esse episódio explicita a radical assimetria de poder que atravessa o espaço manicomial e revela como, para além da patologização, o corpo feminino também se torna alvo de controle, exploração e violação de direitos. A institucionalização, nesse sentido,

não apenas silencia a fala de Maria, mas também legitima sucessivas formas de violência que se acumulam sobre sua experiência enquanto mulher.

O presente artigo possui natureza teórica, fundamentando-se na análise do conto “*Só vim telefonar*” e de referenciais teóricos que discutem a produção social da loucura e a institucionalização psiquiátrica. Não se trata de uma pesquisa de campo, mas de um exercício de reflexão crítica que busca compreender como a doença mental pode ser fabricada por meio de discursos e práticas institucionais, bem como seus efeitos na vida dos sujeitos e seus familiares.

MASTIGANDO A MÁGICA METAMORFOSE LATINA

Um Escritor é alguém cuja vida é uma tessitura de manifestações verbais; é um ser humano fadado a perturbação de vozes eloquentes; os seus Livros e os seus personagens são provas de uma mente que não dá conta de viver o real tangível: fantasiar é a verdadeira forma de experienciar e de criar sentido para suportar a existência.

Chovia forte naquele domingo na pacata aldeia de Aracataca; o calendário indicava 06 de Março, o ano era 1927; estamos na Colômbia, um País da América Latina desconhecido aos olhos do mundo até que o nascimento de um menino, nesta pequena e remota cidade, transformaria a realidade da Literatura de origem hispânica. Gabriel José de la Concordia García Márquez, ou, simplesmente, Gabo, nosso aclamado Escritor, é um sismo literário Latino - tempestuoso e virtuoso -, fez da realidade a sua metaficção, metamorfoseando-a, pois precisava transcendê-la: foi o mago das letras, abrindo sendeiros de acesso a língua da América Latina. O pai de Gabo, Gabriel Eligio, era Telegrafista, Violinista e Poeta; a mãe de Gabo, Luisa Santiaga, era dona de casa. A infância de Gabriel transcorreu marcada pela narrativa solta envolvente das histórias de seus avós Nicolás Márquez e Tranquilina Iguarán²⁵.

Seu avô Nicolás era o real concreto em fatos relacionados a Guerra e conflitos locais que o própria havia sentido na pele (o Jornalista nato); a sua avó, de nome Tranquilina - um nome, no mínimo, curioso -, pois, fazendo associação a ideia de tranquilidade, foi a parte mais inquieta e insólita na vida do infante Gabo. Segundo relatos, a sua avó - cega já na velhice -, supersticiosa que era, tinha o misticismo como fé e cura para enfrentar os

²⁵ Disponível em <https://www.fflch.usp.br/41167>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

dissabores da vida; estes marcos narrativos, lendas e relatos da avó e do avô constroem e moldam a expressão criativa, de tom fantástico, insólito e mágico do Escritor, Poeta e Jornalista, condecorado com o Nobel de Literatura em 1982²⁶.

Gabriel García Márquez vai para Bogotá, Capital da Colômbia e lá inicia sua formação Acadêmica em Direito, no ano de 1947, nunca exercendo a profissão; por volta de 1948, sua verve literária e jornalística de berço o encaminha para trabalhos como repórter de Jornais locais, tornando-se também, correspondente internacional na França e Estados Unidos na década seguinte. Publica seu primeiro conto em 1947 e, em 1951, escreve o seu primeiro romance “A Revoada”.

Era para ser uma viagem tranquila com a família para tomar banho de mar em Acapulco, na costa do México, quando Gabo tem a revelação das linhas iniciais de sua mais famosa obra, mastigada por 18 anos e concebida em 18 meses: nascia, em 1965: “Cem Anos de Solidão”, publicada na Argentina em 1967. “Buendía”: esse é o sobrenome da Família protagonista do Livro condenada a reviver a eterna repetição de traumas, nomes e solidão na famosa aldeia fictícia de nome Macondo, inspirada na própria vila de nascimento do Escritor Gabriel. Sussurros afirmam que, depois de Miguel de Cervantes Saavedra, com seu monumental “Dom Quixote” (1605), “Cem Ano de Solidão”, seria a segunda Obra mais importante de Língua Espanhola²⁷.

40 milhões de Livros vendidos depois, Gabo fez o mundo descobrir a América Latina e o seu valor poético, infinitamente quimérico e delicioso. Mesmo que a Chilena Gabriela Mistral tenha sido a primeira Latina a ser condecorada com o Nobel de Literatura em 1945, o criador de “Cien Años de Soledad”, ronda continuamente, todos os debates do universo das letras, nos inquietando com as hesitações e estranhamentos típicos da Literatura Fantástica e do Realismo Mágico. Gabo foi casado com Mercedes Barcha por mais de 50 anos, tiveram dois filhos; uma terceira filha foi revelada após a morte do Escritor em 2014, fruto de um relacionamento extraconjugal²⁸.

Após sair da Colômbia, desembarcou no México e lá construiu o seu lar por mais de 30 anos. Sua vida foi uma invenção fantástica, alicerçada em contos e lendas, inspirado em Escritores como Kafka, Faulkner, Woolf e muitos outros que encorajaram Gabriel a sair fora dos padrões esperados por um Escritor à Época. Fatos, chacinas, crendices,

²⁶ Disponível em <https://www.fflch.usp.br/41167>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

²⁷ Disponível em <https://www.fflch.usp.br/41167>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

²⁸ Disponível em <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2024/11/gabriel-garcia-marquez-os-5-fatos-essenciais-sobre-o-escritor-de-cem-anos-de-solidao>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

infortúnios, esquecimentos e esquecidos: Gabo percorre o profundo ser simbólico, perdido e refém de ciclos de poderes históricos que forjam a estrutura do fenômeno social, calando a população e reinventando estados para aguentar a sofrível existência.

Seus livros repercutem incômodos e cômodos vazios, preenchidos sempre pelas narrativas simplistas e até jocosas de um povo. “Crônicas de uma Morte Anunciada”, “Amor nos Tempos do Cólera”, “Memória de minhas Putas Tristes”, integram uma Obra de 33 livros (Romances, Contos, Crônicas, Reportagens Jornalísticas), essenciais para entender uma geração e um continente.

Gabo morre em 2014, no México; em seu discurso/manifesto ao receber o Prêmio Nobel em 1982 lembra que nossa América Latina é “reino sem limites de homens atormentados e mulheres históricas, cuja obstinação incessante se confunde com lendas. Não tivemos um momento de descanso”²⁹, e continua, como um soco no estômago: “poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e canalhas, todas criaturas dessa realidade desenfreada, pouco tivemos que pedir da imaginação, pois nosso problema crucial tem sido a falta de meios convencionais para tornar nossas vidas verossímeis. Esta, meus amigos, é a essência de nossa solidão”³⁰.

A mensagem é clara: inventar, fetichizar, fantasiar para resistir! As cinzas de Gabo serão, num bom dia, ao levantarmos da cama, metamorfoseadas em Rosas Amarelas e, assim, nossa solidão, menos pesar e dor...

“EU SÓ VIM TELEFONAR?” E A PRODUÇÃO DA DOENÇA MENTAL

No conto *Só vim Telefonar*, Gabriel Garcia Márquez apresenta parte da história de Maria de la Luz Cervantes, uma mulher que estava dirigindo seu carro nas imediações do deserto dos Monegros momento em que o automóvel sofreu uma pane. Sobre Cervantes é apresentado que ela: “Era uma mexicana de 27 anos, bonita e séria, que anos antes tivera certo nome como atriz de variedades. Estava casada com um prestidigitador de salão, com quem ia se reunir naquele dia após visitar alguns parentes em Saragoça” (García Márquez, 2014, p. 01).

²⁹ Disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

³⁰ Disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/>. Acesso: 02 de jan. de 2026.

Em decorrência do problema apresentado pelo carro de Cervantes ela busca ajuda sinalizando socorro a todos que passam pelo local, no entanto, não tem retorno. O único socorro prestado proveio da carona que ela conseguiu com um ônibus que trafegava no local. esse transporte que lhe deu carona estava cheio de mulheres sonolentas e cobertas com cobertores. Maria foi acolhida no interior do ônibus com um cobertor, e, acabou percorrendo o trajeto na intenção de pedir ajuda ao esposo com quem se encontraria posteriormente segundo planos elaborados antes do problema apresentado pelo carro. No entanto, adormeceu no trajeto ou conforme narrado: “[...]esse transporte que lhe deu carona estava cheio de mulheres sonolentas e cobertas com cobertores. Maria foi acolhida no interior do ônibus com um cobertor, e, acabou percorrendo o trajeto na intenção de pedir ajuda ao esposo” (García Márquez, 2014, p. 01).

Quando chega ao local de destino o ônibus adentra ao espaço de um edifício enorme. Imediatamente as mulheres presentes no ônibus se organizam em uma fila e vão descendo do transporte. Maria segue o fluxo e também desce ao local imaginando, inicialmente, ser um convento. Maria entrou ao espaço na intenção de usar o telefone e pedir ao esposo que socorresse. Assim, pediu para os trabalhadores do local o acesso ao telefone. Os funcionários foram direcionando-a para a parte interna do local sempre dizendo que teria acesso ao telefone. Em uma das argumentações, Maria indica:

– É que só vim telefonar – disse Maria.
Explicou-lhe com muita pressa que seu automóvel havia quebrado na estrada. O marido, que era mago de festas, estava esperando por ela em Barcelona para cumprir três compromissos até a meia-noite, e queria avisá-lo que não chegaria a tempo para acompanhá-lo. Eram quase sete da noite. Ele sairia de casa dentro de dez minutos, e ela temia que cancelasse tudo por causa de seu atraso. A guarda pareceu escutá-la com atenção. (García Márquez, 2014, p. 02).

Importante observar que Maria não figurava entre os pacientes. Não possuía seu nome inserido em nenhuma lista e também não apresentava a identificação como a das demais pacientes. Ainda assim, naquele contexto foi inserida na instituição sem que a mesma apresentasse maiores problemas burocráticos para fazê-lo.

Na narrativa há indicação de que toda vez que Maria falava sobre o telefone os trabalhadores do sanatório concordavam com sua fala e a direcionavam para os espaços da instituição, mas sem com que isso ela tivesse acesso ao telefone. No entanto, no primeiro dia acabaram lhe aplicando sedativos para que ela pudesse dormir, mas, ela não teve acesso ao telefone. No dia subsequente é indicado que Maria já fora amarrada à cama

ou como indicado: “Antes do amanhecer, quando foi despertada pelo desejo de fumar, estava amarrada pelos pulsos e pelos tornozelos nas barras da cama. Ninguém acudiu aos seus gritos” (Garcia Márques, 2014, p. 03).

Maria insiste, por dias, em ter acesso ao telefone. E começa a chorar bastante, porém, é orientada pelo médico que não há nada a ser feito. É então apresentado que o local em que Maria está é um sanatório. Maria reluta, anteriormente, à dinâmica do local e insiste, várias vezes, na comunicação com o esposo. Mas cada insistência sua é lida como um sintoma que justificaria sua inserção no local. O trecho que narra parte desse período é descrito da seguinte forma:

Depois de dois meses, Maria ainda não havia se adaptado à vida no sanatório. Sobrevivia mal e mal, comendo quase nada daquela pitação de cárcere com os talheres acorrentados à mesona de madeira bruta, e os olhos fixos na litografia do general Francisco Franco que presidia o lúgubre refeitório medieval. No começo resistia às horas canônicas com sua rotina palerma de matinas, laudes, vésperas, e a outros ofícios da igreja que ocupavam a maior parte do tempo. Negava-se a jogar bola no pátio do recreio e a trabalhar na oficina de flores artificiais que um grupo de reclusas mantinha com uma diligência frenética. Mas na terceira semana foi incorporando-se pouco a pouco à vida do claustro. Afinal, diziam os médicos, todas começavam assim, e cedo ou tarde acabavam integrando-se na comunidade (Garcia Márques, 2014, p. 03).

Demonstrando assim o ajuste de condutas e corpos viabilizado nesses espaços e indicando ainda que as requisições de Maria, assim como de outros pacientes são inviabilizadas, suas necessidades são mudadas e suas colocações são compreendidas como se fossem apenas sintomas. Outrossim, “Sua afirmação: “É que eu só vim para telefonar” pode significar duas coisas: ou que está em pleno delírio, ou que está tentando um estratagema ingênuo para fugir do hospício; nunca que veio, de fato, para telefonar” (Neto, 2009, p.01).

A fala com o marido ao telefone é alcançada somente quando Maria cede ao abuso sexual cometido contra ela por uma guarda noturna, mas, o contato não tem o resultado esperado uma vez que o esposo não vai ao encontro dela. A narrativa de Garcia Márques (2014, p. 07) assim apresenta o diálogo firmado entre Maria e seu esposo da seguinte forma:

– Alô? Preciso esperar que passasse a bola de lágrimas que se formou na sua garganta. – Coelho, minha vida – suspirou. As lágrimas a venceram. Do outro lado da linha houve um breve silêncio de espanto, e a voz ensandecida pelos ciúmes cuspiu a palavra: – Puta! E desligou. (Neto, 2009, p.02).

Isso porque na narrativa de Garcia Márques (2014) é apresentado que Maria tinha relacionamentos extraconjugais. A fala entre ela e o esposo demonstra que o marido não queria sequer ouvir o que Maria teria a lhe dizer, ainda que a mesma estivesse desaparecida há alguns dias devido as traições que a mesma cometia. Dessa forma, isso traz para a loucura um caráter de gênero uma vez que trata-se de uma mulher e sua fala, no contexto dos anos 70, é inviabilizada, ainda mais uma mulher que não se comportava como as normas da sociedade delimitavam. Associado a tal conceito há também a indicação do adultério também pesar para o julgamento de Maria e para a inviabilização de sua fala, até mesmo com a pessoa com que se relacionava e que se tratava do seu esposo.

Após essa tentativa frustrada de contato com o esposo, Maria tenta fugir e se atira em relação a uma janela, a um vitral o que resulta em muitos machucados. Nesse momento ela é direcionada para o pavilhão das loucas perigosas. De forma que todas as suas tentativas de demonstrar que não pertencia aquele espaço são interpretadas e potencializadas como doença mental e fortalecendo assim a ótica de que a doença mental também pode ser produzida, fabricada por meio do discurso. No caso, discurso esse assentado na interpretação dos atos de Maria que foram sendo conferidas pelos trabalhadores do local e sobretudo, pelo discurso médico.

Na esteira desse código, os funcionários do hospício não se deixarão seduzir por Maria, seus delírios telefônicos, suas súplicas. Se até então o único indício de sua doença era o fato de ter entrado no hospício com as outras pacientes, as suas reações frente ao regime manicomial _ tentativas de fuga, horror e descontrole emocional diante do que vê _ logo criarão outros indícios, estes sim, "inquestionáveis". Tanto assim que logo recebe inscrição, número de série, um comentário superficial sobre o enigma da sua procedência e uma qualificação, escrita à mão pelo diretor: agitada. A marca da doença está ratificada, consumada. (Neto, 2009, p.02).

Afinal de contas, o delírio é, em essência um sintoma de uma doença. Se apresenta esse tipo de comportamento, ou, de sintoma, deve ser institucionalizada. A fala de Maria não deve ser considerada.

Dando seguimento ao caso é dito que Maria consegue que uma das vigias avise seu esposo que está institucionalizada. O esposo a visita e refere que irá manter as visitas até que Maria tenha alta no atendimento. Até mesmo o marido acredita ser estranho o fato de Maria estar em um sanatório mas acaba sendo convencido pelo médio responsável pelo equipamento que sua esposa precisaria desse tipo de acompanhamento. No entanto, cada vez que o esposo ia visita-la Maria se desesperava a tal ponto que o assustava. E, esse

desespero, esse desejo de ir embora com o esposo era visto como associado a doença de Maria e não como uma reação à institucionalização. E, nesse contexto é bastante claro que é o médico que sustenta a internação de Maria e que justifica para seu esposo o ato como algo necessário para sua melhora ou cura.

Mas é evidente que quando o discurso de Maria _ como o de todos os loucos _ perde credibilidade, essa potência da qual é despojada desloca-se para alguém: a figura do médico, o único intérprete credenciado, detentor da "verdade" do louco, portanto, de um poder absoluto sobre ele. (Neto, 2009, p.02).

Ao final do conto é dito que Maria é abandonada pelo esposo e permanece o resto dos seus dias institucionalizada. Como última linha do conto há a indicação de que o mesmo teria sido escrito em abril de 1978, o que nos ajuda a situar a escrita do autor em um contexto que as instituições de atendimento para as pessoas com sofrimento psíquico possuíam, em grande ênfase, a ótica da institucionalização e da segregação. Nesse contexto também eram comuns os financiamentos que provinham da quantidade de pacientes atendidos, então, não se havia uma preocupação em de fato, cuidar dos atendidos. Antes, quanto mais pacientes incluídos, maior poderia ser a base de financiamento conferida.

O louco é apresentado ainda como aquele que não tem condições para a vida em sociedade e portanto somente a segregação é apresentada como elemento e como alternativa para essa pessoa. Todas as outras pessoas podem ter posse de si, mas o louco não. Quem detém a posse desse sujeito é o saber médico, científico que definirá, inclusive como deve ser realizado o tratamento daquele que está institucionalizado.

[...] o louco perde _ para a sociedade a qual pertence _ a sua condição de sujeito, no sentido etimológico do termo: sub-jectum, aquele que subjaz às ações, às enunciações do discurso. Desde o instante em que a marca da loucura lhe foi imputada, é como se no lugar do sujeito aparecesse a doença mental; então, o discurso e as ações expressas pelo louco cessam de significar em si próprias, tornando-se apenas sintomas da doença. Julgado incapaz de decidir sobre o seu destino todas as instâncias, que vão desde a liberdade de locomoção até as decisões sobre a forma de tratamento que recebe, o louco é transformado num fantoche que deve ser manipulado pelo poder/saber médico. (Neto, 2009, p.02).

No quesito tratamento, a narrativa de Garcia Márquez (2014) afiança que Maria teria sido submetida a utilização de medicamentos para que pudesse dormir. Os medicamentos figuravam como única alternativa usada à época em tais instituições.

Atrelado a isso há menção ao fato de Maria ter sido amarrada (pés e mãos) e até mesmo de ter sido removida para a ala das mais perigosas. Ou seja, são consolidados uma série de aparelhos repressores objetivando o controle dos corpos e a delimitação de condutas para atender a ótica da instituição.. O caso poderia então, segundo o discurso da medicina do período, ser compreendido como representativo do grau de doença apresentado pela paciente, porém, ao olhar para história de Maria é possível inferir que ela nunca esteve doente. A doença de Maria foi fabricada, produzida pelas condições concretas em que foi inserida em uma instituição que primava pela segregação do louco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a fala do sujeito perde legitimidade, sua experiência deixa de ser reconhecida como narrativa e passa a ser reduzida à condição de sintoma, a trajetória de Maria la Luz Cervantes apresentada na narrativa *Só vim telefonar*, explicita esse processo de medicalização e institucionalização do sofrimento psíquico. O autor Gabriel Garcia Márquez nos retrata evidenciando como determinados contextos sociais e institucionais podem produzir aquilo que passam a nomear como doença. Com a passagem de Maria de la Luz e sua inserção dentro de um sanatório, que não à nenhum diagnóstico fundamentado em sofrimento psíquico prévio, mas como resultado de constantes interpretações institucionais diante sua procura incessante para telefonar ao seu marido sua experiência e falas foram transformadas em sintomas. Nesse sentido, o conto se apresenta como uma crítica incisiva à lógica manicomial e à forma como o discurso médico pode operar como instrumento de poder.

Ao decorrer da narrativa, observa-se que toda tentativa de Maria de afirmar a veracidade de sua versão dos fatos, longe de ser reconhecido como pedido de ajuda, passa a ser interpretada como manifestação de delírio ou resistência ao tratamento, e qualquer reação ao sofrimento é tomado com a confirmação da suposta doença imposta pela instituição, assim o suposto discurso médico se sobrepõe a fala da personagem, legitimando práticas de contenção, sedação e isolamento. A institucionalização de Maria revela-se, como uma forma de violência simbólica e material, sustentada pela naturalização de procedimentos que visam mais ao controle dos corpos e das condutas do que o cuidado dos indivíduos.

Embora situado em um contexto histórico das décadas de 70-80, o conto de Gabriel García Márquez permanece atual e nos traz reflexões sobre as práticas em saúde mental, e o qual nos convida a problematização do cuidado que desconsideram a individualidade do sujeito, reforçando a importância de abordagens que priorizem a escuta, a autonomia e o reconhecimento da experiência subjetiva. De determinada forma a obra *Só vim telefonar* não passa somente a visão de uma ficção, mas também uma importante ferramenta crítica com intuito de mostrar-nos os riscos da medicalização excessiva e da institucionalização como respostas não profundamente estudadas, somente laudos automáticos como rótulos ao sofrimento humano.

REFERÊNCIAS

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. Documentário. Direção: Daniela Arbex e Armando Mendz. Produção: HBO Brasil. Brasil, 2016.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. **Só vim telefonar**. In: GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Doze contos peregrinos**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

TOMAIN, C. dos S. O discurso fotográfico e a produção da loucura: o Hospital Colônia de Barbacena. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 15, n. 27, p. 218–244, jul./dez. 2019.

NETO, A.N. O Estigma da Loucura e a Perda da Autonomia. **Rev. bioét.(Impr.)**. **[Internet]**. 4º de novembro de 2009 [citado 30º de agosto de 2025];6(1). Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/328. Acesso em: 24 ag. 2025.

Capítulo 6
EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: UMA
ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POVO E ANTIPOVO NA
RETÓRICA POPULISTA

Patricia Raquel de Moura Leite
Vallerie Sabrinne Santana Santos



EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POVO E ANTIPOVO NA RETÓRICA POPULISTA

Patricia Raquel de Moura Leite

Extensionista no Projeto de Convivência Universitária Mãos Dadas, Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: prquel06@gmail.com.

Vallerie Sabrinne Santana Santos

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) e da Rede de Pesquisas sobre Educação e Serviço Social no Nordeste (REPESSE-NE), Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: valleriesabrinne@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo explora a construção do conceito de *povo* e *antipovo* nos discursos populistas de Donald Trump (atual presidente dos Estados Unidos da América), Jair Bolsonaro (ex-presidente do Brasil) e Nikolas Ferreira (Deputado Federal que atualmente exerce o mandato pelo estado de Minas Gerais), analisando como essas lideranças utilizam da linguagem dos afetos para consolidar uma visão de sociedade que exclui grupos minoritários como a população LGBTQIAPN+. O artigo investiga como estas figuras carismáticas são apresentadas como heróis nacionais capazes de salvar a sociedade dos ideais progressistas. Com o objetivo de explicar tais discursos, a autora Wendy Brown e os autores Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro são base referencial para esse texto.

Palavras-chave: Antipovo. LGBTQIAPN+. Neoliberalismo. Populismo. Povo.

ABSTRACT

This article explores the construction of the concepts of the people and the anti-people in the populist discourse of Donald Trump (current President of the United States of America), Jair Bolsonaro (former President of Brazil), and Nikolas Ferreira (Federal Deputy currently serving the state of Minas Gerais). It analyzes how these leaders use the language of affects to reinforce a vision of society that excludes minority



groups such as the LGBTQIAPN+ population. The article examines how these charismatic figures are portrayed as national heroes capable of saving society from progressive ideals. To explain these discourses, the work draws on theoretical contributions from Wendy Brown, Christian Lynch, and Paulo Henrique Cassimiro.

Keywords: Anti-people. LGBTQIAPN+. Neoliberalism. Populism. People.

INTRODUÇÃO

O panorama histórico social em que se desenvolve o mundo contemporaneamente, é explicitamente marcado pelo sistema social de produção e reprodução vigente, o capitalismo, e portanto por suas consequências na humanidade. Tal sistema propõe, além de um meio econômico e político de gestão, uma racionalidade que pressupõe a utilização de conceitos da economia de mercado na vida social: o neoliberalismo; isto é, em um contexto como este os indivíduos se movem no mundo de acordo com a lógica em vigor. Por conseguinte, a sociedade subordinada ao neoliberalismo, funciona de acordo com seus propósitos, tais como a meritocracia e a individualidade.

Estamos concebendo aqui que a construção político econômica influi *diretamente* na racionalidade/subjetividade dos sujeitos. Logo, em um sistema como o capitalismo - no qual as crises fazem parte de sua estrutura - a racionalidade neoliberal adquire novos contornos para além dos âmbitos aqui citados. Isto é, em um contexto como o atual - que para conseguir manejar a crise estrutural de 1970 desenvolveu o neoliberalismo³¹ - , a herança de propostas para contornar a crise resultou na diminuição dos sistemas de bem-estar sociais, o que acarretou no impacto das consequências das crises cíclicas do capital afetando diretamente a subjetividade das pessoas. Neste ínterim, problemas decorrentes da lógica mencionada, como o aumento do desemprego, o aumento da imigração, a precarização do trabalho e o descontentamento com o sistema de proteção social, decorrem na piora das condições de vida dos sujeitos, ao passo que geram frustrações também geram resignações. O que está sendo exposto aqui é que a lógica neoliberal está ruindo devido a suas próprias contradições.

³¹ Ler o tópico 2 - Fundamentos econômicos, do texto *Uma visão do Neoliberalismo: Surgimento, Atuação e Perspectivas* do professor Jackson B. A. de Cerqueira. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/7594/6314>>.

Neste sentido, a criação de condições debilitantes tem por efeito a modificação das organizações relacionais humanas e um saudosismo ao passado - como a sociedade conformava-se anteriormente. Além disso, a lógica citada produz condições de violação da democracia pela descrença no Estado (é neste ponto que reside os desdobramentos que pretendem ser demonstrados neste texto). Assim, apreendemos que aqueles afetados por esta nova dinâmica sentem-se diretamente atacados, isto é, identificam que seus valores de moralidade, família, sociedade e liberdade estão comprometidos pela ordem social, mas principalmente estatal. Isto exposto, a compreensão que temos segue o trazido por Wendy Brown (2019), acerca dos resultados do neoliberalismo na sociedade, que compreende que

[...] as formulações neoliberais da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam assegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital. [...] essa formulação de liberdade pinta a esquerda, incluindo a esquerda moderada ou liberal, como tirânica ou' mesmo "fascista" em sua preocupação com justiça social e, ao mesmo tempo, como responsável pelo esgarçamento do tecido moral, pelas fronteiras desprotegidas e por premiar quem não merece (Brown, 2019, p. 20).

A percepção do funcionamento do neoliberalismo, exposto pela autora, demonstra como este produz condições para a cooptação dos sujeitos resignados. De forma explícita, o que estamos explicando é que é um sistema que produz suas próprias mazelas, responsabiliza o Estado por elas, gera descontentamento daqueles que antes possuíam garantias e oportuniza o ressurgimento do saudosismo ao passado, quando, para parte da população, a sociedade funcionava. Nestes termos, o neoliberalismo cria uma conjuntura de insatisfação e apresenta como solução, dentro de sistemas democráticos, uma figura resolutiva das mazelas sociais enfrentadas. Tal figura, apresenta-se de forma carismática e popular, representante de um povo enquanto um grupo hegemônico e que carrega os ideias elencados anteriormente. Em suma, trata-se de uma racionalidade que opera intrinsecamente na construção de frustrações e de figuras de poder, de *heróis* nacionais, que ao abarcar as demandas daqueles que sentem-se oprimidos pelo sistema, os representam e lhes dão voz.

Em decorrência do evidenciado até aqui, este texto busca a partir da explanação do que é o populismo e da construção de uma ideia de povo em termos neoliberais, explicitar como os discursos de personalidades políticas da extrema direita, a saber Donald Trump

(Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil) e Nikolas Ferreira (Brasil), difundem discursos de ódio contra a população LGBTQIAPN+ (a comunidade será apresentada como um todo, apesar de sabermos das distinções entre gênero e sexualidade que são questões explicativas de relações dentro da comunidade, não as explicitaremos, uma vez que o propósito deste texto não é de distinguir sexo e gênero, e sim demonstrar como a comunidade é usada como bode expiatório da extrema direita). Para tanto este texto busca apresentar *a construção de povo nos discursos Trumpista e Bolsonarista* e trazer *exemplos empíricos do caso brasileiro* para então tecer considerações finais acerca da análise evidenciada.

A CONSTRUÇÃO DE POVO NOS DISCURSOS TRUMPISTA E BOLSONARISTA

Em vista da discussão que pretendemos realizar, sinalizamos que interpretamos a construção da figura do herói nacional, ou da figura carismática, a partir do conceito de *populismo* desenvolvido por Cyril Lynch e Paschoeto Cassimiro (2021). Os autores apreendem o termo como “[...] um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática” (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 224). Nestes termos, o exposto é que através da absorção de demandas de pessoas que sentem-se suprimidas, uma figura carismática - que é a liderança capaz de mobilizar as demandas -, as incorpora e movimenta as emoções, os valores morais, sociais, familiares, políticos e econômicos de uma camada que considera como hegemônica da sociedade (a camada suprimida). Esta figura, impulsiona por meio da política democrática, a difusão de seus ideais que são representativos dos sujeitos resignados.

Convém destacar, com base nas noções de populismo abordadas anteriormente, que este conceito em sua materialidade é mobilizado a partir da incitação de sentimentos e da comoção de uma entidade, o *povo*. Cabe aqui dizer, que as noções trazidas sobre povo, não se referem à definição de nação, ou seja, ao conjunto de indivíduos que, por uma construção histórica, possuem nacionalidade em um Estado. Em vez disso, trata-se de um grupo homogêneo que se percebe como um bloco uniforme, dotado de valores próprios e excepcionais, que reforçam a ideia de um “povo verdadeiro”. Trazemos para o debate a perspectiva de um populismo ideologicamente direitista, convencidos pelos discursos de

um líder, um herói, que fala em nome do *povo* de que há um inimigo a ser combatido, em nome da moralidade, da liberdade e da família, o *povo* contra o *antipovo*³².

O atual governo trumpista se constrói dentro de valores muito bem demarcados, centrados na ideia de um *povo* branco, cristão, conservador e heterossexual, que se vê como defensor de valores tradicionais contra uma suposta ameaça representada por imigrantes, progressistas e pessoas LGBTQIAPN+, um “antipovo”. Seus discursos, a exemplo o de sua posse em 2025, reforçam sua imagem como um líder autêntico, escolhido para defender os interesses do “cidadão de bem”, ao passo que marginaliza e deslegitima aqueles que não se encaixam nesse ideal, projetando uma divisão clara entre os “verdadeiros” americanos e *os outros*³³. Nesse cenário, consolida-se uma narrativa de crise, na qual se torna necessário e urgente restaurar uma ordem moral e tradicional, com o líder populista, Trump, se apresentando como o único capaz de salvar o país da decadência. Em trecho de seu discurso, o atual presidente dos Estados Unidos explica:

Minha eleição recente é um mandato para reverter completa e totalmente uma traição horrível e todas essas muitas traições que ocorreram e devolver ao povo sua fé, sua riqueza, sua democracia e, de fato, sua liberdade. A partir deste momento, o declínio da América acabou³⁴ (United States of America, 2025, tradução nossa).

Percebe-se que a forma de construção de seu discurso, corrobora com o que estamos relatando ao longo deste texto: sua fala vai de encontro às inquietações do *povo* ao qual representa, prometendo-lhes aquilo que desejam. Discursos como este trazem um fundamento religioso, defendendo que os valores, princípios e costumes cristãos precisam ser reacendidos e fortalecidos. Afirmando que esses princípios foram negligenciados, esquecidos e enfraquecidos ao longo dos tempos, especialmente durante os governos social-democratas, que seriam responsáveis por deixar de lado tais tradições em nome de ideologias progressistas. Trump seria o líder capaz de “tornar a América grande novamente”, resgatando tempos de moralidade e grandeza da nação e acalentando

³² Ideia desenvolvida por Cyril Lynch e Paschoeto Cassimiro no texto *O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)*. Os autores explicam que o populista, no populismo radical, busca a criação de conflitos em que jogam aqueles que representam “o povo” contra aqueles que, de acordo com eles, são os responsáveis pelas mazelas que combatem o “antipovo”. “O “antipovo” é composto por todos aqueles não identificados com uma ideia de povo bem definida do ponto de vista histórico, territorial ou cultural” (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 226).

³³ Definição do termo a partir do entendimento de Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação*, isto é, o “outro” é o oposto do “eu”.

³⁴ My recent election is a mandate to completely and totally reverse a horrible betrayal and all of these many betrayals that have taken place and to give the people back their faith, their wealth, their democracy, and, indeed, their freedom. From this moment on, America's decline is over (United States of America, 2025).

aqueles que, embora privilegiados, se sentiram discriminados por um sistema que, na sua visão, favorece minorias e grupos “politicamente corretos”, e que colocam suas identidades e seus valores em risco. Ao afirmar em seu discurso de posse,

Somos um só povo, uma só família e uma só nação gloriosa sob Deus. Então, a todos os pais que sonham para seus filhos e a todos os filhos que sonham para o seu futuro, estou com vocês, lutarei por vocês e vencerei por vocês. Vamos vencer como nunca antes³⁵ (United States of America, 2025, tradução nossa).

O presidente demonstra com tais palavras, como cooptar e mover os sentimentos do seu *povo*. Sob esta ótica ainda, salientamos que a influência do presidente Trump se estende a outros governos de direita, que, embora possuam seus próprios heróis carismáticos, veem em Trump um modelo de liderança a ser seguido. Essa influência é perpassada e adotada com discursos semelhantes, centrados na defesa de valores tradicionais e na oposição a governos e ideologias de esquerda. No caso brasileiro, figuras como o ex-presidente Jair Bolsonaro adotam uma retórica populista, se posicionando como o líder capaz de derrotar a esquerda e combater a ameaça do comunismo, enquanto enfatizam a importância da moralidade cristã e da família. Nesse contexto, Trump se torna uma referência importante para o populismo direitista brasileiro, alimentando um discurso de exclusão e de luta contra um determinado inimigo. A inspiração é tamanha que Bolsonaro, em vários momentos, demonstrou admiração pública pelo líder norte-americano, chegando a bater continência à bandeira dos Estados Unidos enquanto seus seguidores gritavam “USA! USA!” (Progressista, 2017). Esse gesto, no entanto, soa contraditório, pois Bolsonaro e seus seguidores se apresentam como “patriotas”, aqueles que juram lealdade à sua própria bandeira e defendem o amor à pátria.

Retomamos aqui a ideia de que, no contexto do populismo, a existência de um *povo* implica também na construção de um *antipovo* que precisa ser combatido. Na ideologia conservadora, esse *antipovo* é representado por aqueles que defendem pautas identitárias, as minorias, a esquerda, os comunistas e, em particular neste caso, as pessoas LGBTQIAPN+. Um dos pilares do discurso conservador é a oposição aos direitos e a visibilidade das pessoas que não seguem as normas cisheteronormativas, utilizando ideias de que os valores tradicionais cristãos e a família tradicional estão sendo

³⁵ We are one people, one family, and one glorious nation under God. So, to every parent who dreams for their child and every child who dreams for their future, I am with you, I will fight for you, and I will win for you. We're going to win like never before (United States of America, 2025).

corrompidos. Assim surge o inimigo do povo. Exemplo disto é que, em discurso do último comício de campanha, em 2024 no Arizona, o presidente Donald Trump demonstrou como o *antipovo* LGBTQIAPN+, especialmente as pessoas transgêneros, é perigoso para seu *povo* e portanto, deve ser combatido. Em suas palavras, com tradução livre do canal de notícias CNN Brasil, “[...] e quando se tem fronteiras abertas e transgêneros de todo o tipo [...] Homens jogando esportes femininos... Você tem que fraudar porque quem é que vai aprovar isso, quem é que vai aprovar as fronteiras abertas com essas pessoas entrando... (CNN Brasil, 2024)”. Este apontamento do presidente demonstra o “perigo” que pessoas trans significam ao *povo* e todos os valores que ele, enquanto representante do *povo* “verdadeiro”, defende. Por tal motivo, em seu discurso de posse o presidente, baseado em entendimento binário de mundo, reiterou as pessoas trans como *antipovo* afirmando que

Esta semana, também porei fim à política governamental de tentar introduzir socialmente a raça e o gênero em todos os aspectos da vida pública e privada. Forjaremos uma sociedade daltônica e baseada no mérito. A partir de hoje, será política oficial do governo dos Estados Unidos que existam apenas dois gêneros: masculino e feminino (United States of America, 2025, tradução nossa).³⁶

De modo análogo, e conforme já sinalizamos anteriormente, figuras da política brasileira também utilizam-se deste tipo de argumentação para legitimar-se como protetores de valores cristãos e familiares. É o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro e seu correligionário, o deputado Nikolas Ferreira. O primeiro, já chegou a afirmar, em defesa a família tradicional (cisheteronormativa, patriarcal e cristã) ao participar do programa Super Pop em 2014, que “[...] a família é a célula da sociedade, ponto final [...] que família gay? isso não existe” (Oliveira, 2014, transcrição nossa). Manifestando sua indignação quanto à relação de pessoas LGBTQIAPN+ desenvolverem relações entre si visando a construção de uma estrutura familiar. O segundo, em vídeo resposta ao ato de utilizar peruca no Congresso Nacional no dia 8 de março de 2023, publicado na então rede social Twitter (atual X), apresenta uma série de “notícias” a respeito de mulheres trans nos esportes mostrando-se como defensor das mulheres cis alegando que “as mulheres sim, estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres” (Ferreira, 2023, transcrição nossa). Sua alegação além de desrespeitar a identidade de gênero de mulheres

³⁶ This week, I will also end the government policy of trying to socially engineer race and gender into every aspect of public and private life. We will forge a society that is colorblind and merit-based. As of today, it will henceforth be the official policy of the United States government that there are only two genders: male and female (United States of America, 2025).

trans, busca provocar medo no *povo* do seu “inimigo” ao seguir afirmando “e pra não acontecer isto com outras pessoas que eu me coloco aqui realmente, na posição de sacrifício, de tomar pancada de todos os lados para que isso não chegue, por exemplo, até a sua filha [...]” (Ferreira, 2023, transcrição nossa). O discurso segue, ainda, ratificando a posição de *antipovo* da comunidade LGBTQIAPN+ no que segue a declaração do deputado de que “o ativismo LGBT é o ativismo mais persecutório que existe. Ou você concorda, ou você deve ir para a cadeia” (Ferreira, 2023, transcrição nossa), como resposta às críticas feitas pela comunidade por suas atitudes.

A vista do evidenciado nos discursos e falas apresentados, a construção de *povo*, busca demonstrar, em cima da imagem da comunidade LGBTQIAPN+ como *antipovo*, a necessidade de um herói nacional para conter a ameaça contra a hegemonia. Partindo disso, demonstraremos a seguir exemplos empíricos dessa construção no Brasil.

Exemplos empíricos: o caso brasileiro

No Brasil, a identidade da comunidade LGBTQIAPN+ tem sido reiteradamente construída como *antipovo*, especialmente por meio de discursos e ações políticas que buscam reforçar sua marginalização e exclusão. Esse processo pode ser observado em diferentes momentos da história manifestando-se na retórica de líderes que associam essa população a uma ameaça aos valores tradicionais. Essa construção está inserida em um contexto político no qual a distinção entre aqueles que são reconhecidos como parte do grupo hegemônico e aqueles que são colocados à margem torna-se uma ferramenta estratégica de poder. Ao enquadrar essa comunidade como uma ameaça aos valores tradicionais ou um inimigo do *povo*, os líderes carismáticos reforçam a ideia de que existe a necessidade de um salvador da pátria que proteja a sociedade da desordem moral. Essas declarações legitimam as violências, discursos de ódio e desigualdades sofridas pela população LGBTQIAPN+, criando um ambiente polarizado onde a exclusão se torna justificável. Em entrevista ao Morning Show da Jovem Pan, em 2022, enquanto estava em campanha de reeleição, Jair Bolsonaro declarou

As pautas voltadas para a ideologia de gênero caíram com o André Mendonça. Então é uma tranquilidade para a família tradicional aqui. E não é só a família tradicional não, o pessoal que vai morar ai.... dois homens duas mulheres, a maioria deles não querem essa promiscuidade toda. Eles querem é trabalhar, cuidar da vida deles e ser feliz entre quatro

paredes, não fica com esse ativismo: a todo mundo tem que aceitar isso daqui e botar na escola (Morning Show, 2022, transcrição nossa).

Essas declarações implicam a ideia de uma ameaça que precisa ser combatida, reforçando a ideia de que essas pautas são um risco a sociedade e a *família tradicional brasileira*. O conceito de ideologia de gênero trazida pelo dito cujo é frequentemente usada para deslegitimar os debates sobre identidades de gênero e direitos da população LGBTQIAPN+, tratando-os como uma imposição e não uma questão a ser debatida.

A menção às escolas reflete uma preocupação trazida por pessoas conservadoras, que trazem os debates mencionados como uma tentativa de doutrinação ideológica. Muito se foi colocado em seus mandatos, seja como deputado federal ou como presidente da república, sobre os perigos dos debates de gênero na escola e a exacerbada preocupação com o “kit-gay”, em suas palavras

O kit gay 1 foi recolhido ao armário por ordem da Presidenta da República lá no MEC. Agora, o kit gay 2 é da Secretária Maria do Rosário. Olhem o que esses 800 homossexuais vão tratar em Brasília, aqui, para seu filho: a inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; a inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, ou seja, cota para professor homossexual. Eles querem que um garoto de seis ou sete anos de idade cresça vendo um drag queen como professor e ache aquilo normal; querem disciplinar a distribuição de livros para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infantojuvenil (ParlaTube Brasil, 2011, transcrição nossa).

O “kit-gay” ao qual ele se refere, na verdade tratava-se de uma iniciativa do governo federal em 2004, através do programa Brasil sem Homofobia. Consistia em um material didático voltado para a promoção do debate sobre o combate à violência e à homofobia nas escolas, abordando questões de gênero e sexualidade. O combate a violência é um perigo para sociedade?

Essa fala reflete a estratégia de desinformação utilizada pelas massas conservadoras e de direita para deslegitimar políticas públicas que poderiam ser extremamente eficazes no combate a violência, criando uma falsa narrativa de imposição ideológica, uma *fake news*.³⁷

As *fake news* desempenham um papel importante na construção da identidade do *antipovo*, sendo utilizada para alimentar o sentimento de medo e ameaça constante aos

³⁷ Notícias falsas. Ver definição apontada por Serra, 2018, em sua monografia *Fake News: Uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências*. Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3466/1/ALYNNE-SERRA.pdf>>.

“ataques” aos valores morais e cristãos. Exemplos emblemáticos, como o caso do “kit-gay”, foram amplamente difundidos durante os mandatos de Bolsonaro, incluindo a polêmica da “mamadeira de piroca” que ganhou destaque durante a campanha eleitoral de 2018. Este mencionado alegava que nas creches públicas eram distribuídas mamadeiras com bicos em formato de pênis. Em um vídeo postado na rede social Youtube, um internauta bolsonarista grava uma mamadeira em que o bico de plástico fora substituído por um pênis de borracha e afirma

Olha aqui, ‘oia’. Vocês que ‘vota’ no PT, essa aqui é a mamadeira distribuída na creche ‘oia’. ‘Oia’ a marca aqui ‘oia’. Tá vendo? Distribuída na creche pra seu filho, ‘oia’, com a desculpa de combater a homofobia ‘oia’. Olha o bico como é, ‘oia’. Ta vendo? O PT e Haddad prega isso pra seu filho, ‘oia’. Seu filho de cinco, seis anos de idade vai beber mamadeira na creche com isso aqui, ‘oia’, pra combater a homofobia. Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e o Haddad, Lula, Dilma só querem isso aqui para nossos filhos, ‘oia’. Isso faz parte do “kit-gay”, ‘oia’, invenção de Haddad, viu? (Leal, 2018, transcrição nossa).

Sem qualquer embasamento, essas ideias foram sendo disseminadas virtualmente contribuindo para o pânico entre os eleitores conservadores, reforçando a ideia de que a *família tradicional brasileira* se encontra em grande perigo. Tais ideias e disseminações ajudaram a consolidar Bolsonaro como o líder e o herói brasileiro capaz de enfrentar e combater a “ameaça LGBT”, que logo após seria eleito como presidente da república. Seria então o papel de um líder explorar o medo para angariar apoio popular?

Seja essa questão ou não, o fato é que seu discurso é corroborado pela religião. Religião esta que representa o seu *povo*, e que, portanto, condena o grupo alvo dos ataques de ódio aqui mencionando. Exemplo disto é o pastor declaradamente bolsonarista³⁸, André Valadão, que em pregação transmitida ao vivo de Orlando, Estados Unidos em 2023, proclamou frases incitando violência à população LGBTQIAPN+ ao falar

Essa porta foi aberta quando nós tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena. Então agora é hora de tomar as cordas de volta e dizer: não, não, não, não, tchi, tchi, tchi.. pô parar, reseta (pow). Ai deus fala: “não posso mais, já meti esse arco-íris ai. Seu eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo. Mas já prometi pra mim mesmo que eu não posso, então agora tá com vocês” ... Cê não pegou o que é que eu disse, eu disse “tá com você”. Vou falar de novo: “tá com você... Sacode uns quatro

³⁸ Ver postagem na rede social *Facebook* do próprio pastor em que ele declara seu apoio a Bolsonaro em 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/andrevaladaoofficial/posts/vms-pra-cima-dia-710-bolsonaro/2141313239265502/>>.

do teu lado e fala: vamo pra cima, eu e a minha casa serviremos ao senhor”(CartaCapital, 2023, transcrição nossa).

Essa exposição demonstra que o discurso contra esse *antipovo* tem fundamento divino, isto é, é uma missão a favor daquilo que o deus cristão, se orgulha que seus seguidores fizessem. Além disso, em mesma pregação o pastor também afirmou que membros da comunidade e o governo incentivam a mutilação de crianças, em suas palavras:

Você começa a ver *drag queens* entrando dentro das nossas salas de aula, pras nossas crianças, querendo ensinar sexualidade pras nossas crianças... Querendo ensinar crianças a, a, a escolherem serem o que elas quiserem. Crianças hoje tendo liberdade pra decidir, definir e serem mutiladas nos seus órgãos genitais, a partir de uma decisão que uma criança toma, porque, presta atenção no que eu te falo, porque a partir do momento que ela decide, mesmo que os pais não concordam, o governo tem autoridade sobre aquela criança. Você tá entendendo o que que eu tô falando com você? (CartaCapital, 2023, transcrição nossa)

Esta “pregação” para além de promover o medo, em conformidade com o que estamos expondo até o momento, provoca a raiva ao *antipovo* e ao governo, colaborando para o fortalecimento da imagem que o herói nacional quer passar. Esta assertiva pode ser confirmada a partir do que, relatado anteriormente neste texto, os representantes políticos afirmam.

Por fim, para elucidar o porquê estas personalidades constroem, difundem e mantêm estes discursos, apresentamos um trecho da entrevista do deputado Nikolas Ferreira ao Flow podcast em 2021 que expõe de forma categórica que a ignorância das pessoas de direita é o que as salva das ideologias de esquerda

Agora me fala assim, ô. Me fala aí o que é Mais Valia? Me fala aí Marx, Engels, pô! (Nikolas) Bom, em defesa do nosso povo brasileiro a maioria também não vai saber o que é essa porra ai (Monark) Tudo bem, justo. Eu boto fé aqui. Eu acho que, eu não sei quem foi que falou isso, mas tipo assim eu boto fé que a burrice ajudou o brasileiro a não ser de esquerda porque ele não entende nem isso, sacou? Ele fala assim: mano que Marx? Vai a merda, tá ligado? Mais Valia é o cacete eu quero trabalhar. Tipo assim. Sacou? (Nikolas) Isso é muito verdade, a nossa ignorância tá sendo um escudo divino, é sério mano. (Monark) (Flow Podcast, 2021, transcrição nossa)

Nikolas e Monark (então apresentador do programa) não somente afirmam a falta de conhecimento como enaltecem essa condição como uma virtude. Sob esta ótica, a intenção de apresentar este diálogo é a de expor o que cremos ser a razão, não só da

exploração do discurso de ódio pela extrema direita mas de sua difusão: a manipulação das emoções e subjetividades perpassa especialmente o manuseio da ignorância das pessoas. Destacamos a ignorância, nos termos que concebemos para fazer este destaque, como a incompreensão de fatos, neste caso, dos direitos e da existência da comunidade LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos este texto percorrendo sobre o neoliberalismo e seu impacto na subjetividade humana. Com isso demonstramos, a partir de Wendy Brown (2019), como o sistema neoliberal cria condições para sua própria destruição a partir da cooptação dos resignados. Seguimos então, demonstrando pelas formulações de Lynch e Cassimiro (2021) como isto ocorre, para tanto, baseamos nossas constatações iniciais com as ideias elaboradas pelos autores em questão, trabalhando assim com os conceitos de *populismo*, *povo* e *antipovo*, articulados a discursos que movem e provam o funcionamento de tais conceitos, discursos esses de Donald Trump, Bolsonaro e Nikolas Ferreira.

Diante disto, consideramos, a partir das exposições elencadas e dialogadas ao longo deste texto, que as personalidades aqui expostas criam discursos muito bem elaborados acerca da existência de um inimigo (neste caso a comunidade LGBTQIAPN+), que necessita ser combatido. Contudo, essa criação, por não apresentar-se como uma ameaça real a este *povo*, uma vez que, cabe ressaltar, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ assim como quaisquer outros sujeitos, apenas estão exercendo sua liberdade dentro da sociedade. Destacamos a liberdade como uma pauta tão defendida pelas personalidades políticas apresentadas, que, ao ser desrespeitada para o *antipovo*, demonstra a contraditoriedade do discurso desenvolvido por elas, mais ainda: que a liberdade não é para todos.

Outrossim, percebemos que a utilização de diversos meios de mobilização de emoções por estas personalidades (as quais citamos ao longo deste texto), contribui para a difusão de discurso de ódio, uma vez que, em nome de discursos religiosos, da busca pela estabilidade econômica e pela liberdade, há o impulsionamento do *povo* contra o *antipovo* esse inimigo irreal criado para responder pelos problemas enfrentados pelos que se auto consideram hegemônicos. Neste aspecto, essa forma de construção de mobilização de emoções, deslegitima pautas sociais importantes para a comunidade

LGBTQIAPN+, criminalizando-a e retirando sua possibilidade de exercer a sua liberdade, como observamos em trechos apresentados.

Mediante exposto, evidenciamos que tal mobilização de emoções e subjetividades é uma estratégia consciente que manipula diretamente a ignorância humana (tal como manifesto outrora), alienando o *povo* no combate de uma comunidade considerada uma minoria (quando se considera desde suas representações sociais e impactos em termos políticos, por exemplo), em prol da manutenção de ideais deste *povo*. Ademais, enfatizamos que, em nossa concepção, tal discurso de ódio é uma “muleta moral” de apoio à estrutura de *povo* construída. Em decorrência das constatações apresentadas, indagamos: Em termos de realidade social, pessoas LGBTQIAPN+ são de fato uma ameaça?

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: **Politeia**, 2019.

CARTACAPITAL. André Valadão - Trecho completo. **YouTube**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f4_-xuz03Sg&t=93s>. Acesso em: 09 fev. 2025.

CNN BRASIL. Donald Trump discursa no último comício da campanha | AMÉRICA DECIDE. **YouTube**, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxYQkFAL_rl>. Acesso em: 09 fev. 2025.

FERREIRA, Nikolas. **A polêmica...peruca**. 2023. X: nikolas_dm. Disponível em: <https://x.com/nikolas_dm/status/1633959900471611392?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1633959900471611392%7Ctwgr%5Eddd945f7ac59c822bf791db3a1edb28bbd3c32ef%7Ctwcon%5Es1&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fpolitica%2Facusado-de-transfobia-nikolas-ferreira-diz-que-ativismo-lgbt-e-o-mais-persecutorio-que-existe%2F>. Acesso em: 09 fev. 2025.

FLOW PODCAST. NIKOLAS FERREIRA - Flow Podcast #514. **YouTube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5pBtfjQWOI>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

LEAL, Neth. O penis humano é o bico da mamadeira. **YouTube**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SjhR32NZiBQ>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, v. 70, p. 223-249, 2021.

MORNING SHOW. Entrevista exclusiva com Bolsonaro - Morning Show - 10/01/2022. **YouTube**, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Jjw6iQLBc4>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

OLIVEIRA, Gustavo Murilo F. Jair Bolsonaro pela 3ª vez no Super Pop contra ditadura gay. **YouTube**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KL-eiuRZrDE>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

PARLATUBE BRASIL. Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) - Kit Gay. **YouTube**, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVGtI2n69XM>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

PROGRESSISTA. Bolsonaro bate continência a bandeira americana em sinal de subserviência aos EUA (10/10/2017). **YouTube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8M1dUtgFd0g>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Presidente (2025-2027: Donald Trump). **The Inaugural Address**. U.S. Capitol, Washington, D.C. January 20, 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/remarks/2025/01/the-inaugural-address/>>. Acesso em: 09 fev. 2025.



AUTORES



Allana da Silva Barbosa

Graduanda em Serviço Social, Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, allanabarbosadasilva16@gmail.com.

Amanda Maria Saturnino De Andrade Dantas

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9093-2298>. Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, Natal, Brasil. E-mail: amanda.andrade@mpce.mp.br

Andrea Cristina Fermiano Fidelis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0089-3681>. Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, Natal, Brasil. E-mail: acris.fidelis@gmail.com

Beatriz de Oliveira Toral

Mestranda em Psicologia pela Unesp Assis, Psicóloga Clínica e Coordenadora do CRAS Palmital, São Paulo, Brasil. E-mail: psi.beatriztoral@gmail.com

Daniela Emilena Santiago

Doutora em História, Docente do curso de Psicologia da Unip, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: daniela.oliveira1@docente.unip.br

Gustavo Pilizari

Jornalista, Mestre em Comunicação e Cultura, atual Secretário de Cultura de Quatá. E-mail: gustavopilizari@gmail.com

Henrique Fernandes Alves Neto

Filiação Institucional: Professor EBTT - IFPR. E-mail: henriqueaneto@hotmail.com

Julia Lima Campos

Estudante do sétimo semestre de Psicologia da Unip, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: julia.campos31@aluno.unip.br

Lislei Teresinha Preuss

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutora em Serviço Social/UFSC, ltpreuss@uepg.br

Maria de Fátima da Silva

Psicóloga pela URI – Campus Santiago/RS. Pós-graduada em Psicologia Jurídica pela FAVENI. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA – Campus São Borja-RS. Servidora pública, atua como psicóloga no atendimento a crianças pelo SUS na Prefeitura Municipal de Santiago/RS. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9687662140599859> E-mail: mariafsilvapsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9590-9038>

Marli de Freitas Mendes

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, mahfmendes@yahoo.com.br.

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>. Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, Natal, Brasil. E-mail: nsformiga@yahoo.com

Patricia Raquel de Moura Leite

Extensionista no Projeto de Convivência Universitária Mãos Dadas, Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: prquel06@gmail.com.

Solange Emilene Berwig

Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA, Campus São Borja-RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em

Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/2432723992234220> E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6964-044X>

Theo Alves Corrêa

Psicólogo Graduado em Psicologia na Universidade Paulista – UNIP, Assis, SP, Brasil. E-mail: acervotheof1@gmail.com

Vallerie Sabrinne Santana Santos

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESS) e da Rede de Pesquisas sobre Educação e Serviço Social no Nordeste (REPESSE-NE), Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: valleriesabrinne@gmail.com.



Vivemos em um mundo onde cada gesto cotidiano revela conexões complexas que moldam a sociedade.

Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão

investiga essas tramas, discutindo cultura, identidade, desigualdade, tecnologia, cidadania e democracia de forma acessível e instigante. Uma leitura essencial para quem busca compreender e transformar a realidade social com olhar crítico e sensível.



Editora

UNESMERO

ISBN 978-655492166-4



9

786554

921664